

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
FACULDADE DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

Deise Graciosa Pagotto

JORNALISMO LITERÁRIO: UMA ANÁLISE DAS  
REPORTAGENS DA REVISTA PIAUÍ

Passo Fundo

2018

Deise Graciosa Pagotto

JORNALISMO LITERÁRIO: UMA ANÁLISE DAS  
REPORTAGENS DA REVISTA PIAUÍ

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, sob a orientação da Dr<sup>a</sup>. Sônia Regina Schena Bertol.

Passo Fundo

2018

Deise Graciosa Pagotto

**Jornalismo literário: uma análise das reportagens da Revista Piauí**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, sob a orientação da Dr<sup>a</sup>. Sônia Regina Schena Bertol.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>; Dr<sup>a</sup>. Sônia Regina Schena Bertol - UPF

---

Prof. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

---

Prof. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Aos meus pais, Ianês Ana Vanin Pagotto e Hermes Pagotto, pela vida, pela educação e, sobretudo, por ter tornado essa graduação possível. Aos meus irmãos, Douglas Luis Pagotto, Daniel Pagotto e Gustavo Pagotto, por todo o apoio. Eu amo vocês!

Não seria possível chegar sozinha até aqui. Agradeço a Deus pela oportunidade de realizar o sonho de ser jornalista e por colocar pessoas tão especiais na minha vida. Aos meus pais, gratidão pela dedicação incansável, pelo amor incondicional e por estarem ao meu lado em todos os momentos. Aos meus irmãos pelo apoio e pela paciência. Agradeço imensamente minha orientadora, professora Sônia Regina Schena Bertol, pela dedicação, pelas horas de conversa e boas reflexões que contribuíram de maneira significativa para minha formação. Aqui, estendo o meu 'muito obrigada' a todos os professores do curso de jornalismo por todo o conhecimento compartilhado. A todos meus amigos que durante esses três anos e meio estiveram presentes nos momentos bons e ruins. Alguns partiram, outros chegaram, uns permaneceram. Mas chegar até aqui só foi possível com o apoio de cada um. Obrigada a todos que cruzaram meu caminho e deixam minha vida muito mais feliz. Agradeço aos colegas dos dois estágios que passei durante minha jornada acadêmica. Meu agradecimento a todos os colegas do Clube Recreativo Juvenil, de Passo Fundo, em especial a Juliana Vieira, uma profissional admirável que acreditou em mim e me deu a oportunidade de aprender e de crescer como pessoa e profissional. Só tenho a agradecer pela paciência, incentivo e amizade. Aos colegas da Tua Rádio Alvorada e Mais Nova FM, de Marau, pelos ensinamentos, pela humildade e por me permitirem aprender tanto. Um agradecimento especial também a toda equipe do Colégio Franciscano Cristo Rei, onde realizei minha terceira experiência profissional, em especial a Ir. Vera Coutinho, pela oportunidade, carinho e confiança. Vocês acrescentaram na minha formação! Esta conquista é, também, de todos vocês!

Seja você quem for, seja qual for a posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá.

*Ayrton Senna.*

Se a liberdade significa alguma coisa, será, sobretudo, o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir.

*George Orwell.*

## RESUMO

Compreender a linguagem literária no jornalismo como uma maneira de contar histórias e de descrever fatos é a principal intenção deste trabalho. Para tanto, este estudo busca o referencial teórico que trata da relação entre o jornalismo e a literatura, e a partir disto trabalha-se com uma análise dos elementos característicos literários nos relatos noticiosos da revista *Piauí*, através do conceito de Estrela de Sete Pontas cunhado pelo autor Felipe Pena (2016). Para abordar o tema, o trabalho faz uma retomada nas conceituações teóricas e busca evidenciar o modo que é usada a linguagem literária e como pode se tornar atrativa para o leitor sem precisar de apelos e manifestos sensacionalistas. Desse modo, o jornalismo literário que se encontrou nas páginas da Revista *Piauí* justamente apresenta-se como um jornalismo que se preocupa em contextualizar a informação, através de sentimentos e emoções, sem deixar de lado o fato, o momento e a divulgação da realidade.

**Palavras-chave:** Estrela de Sete Pontas. Gêneros Jornalísticos. Jornalismo literário. Revista *Piauí*.

## **ABSTRACT**

Understanding literary language in journalism as a way of telling stories and describing facts is the main intention of this work. To this end, this study seeks the theoretical reference that deals with the relationship between journalism and literature, and from this we work with an analysis of the characteristic literary elements in the news reports of Magazine Piauí through the concept of Seven-pointed Star coined by the author Felipe Pena (2016). In order to approach the theme, the work retakes theoretical concepts and seeks to highlight the way in which literary language is used and how it can become attractive to the reader without the need for sensationalistic appeals and manifestos. In this way, the journalism that was found on the pages of the Magazine Piauí rightly present itself as a journalism that is concerned with contextualizing information, through feelings and emotions, without leaving aside the fact, the moment and the dissemination of reality.

**Keywords:** Seven-pointed Star. Journalistic Genres. Literary Journalism. Piauí Magazine.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1. Reportagem Feliz ano velho.....         | 38 |
| Figura 2. Reportagem O fim das cobaias.....       | 39 |
| Figura 3. Reportagem O que significa morrer?..... | 39 |

## **LISTA DE TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1. Características do jornalismo literário defendidas por Pena (2016)..... | 38 |
| Tabela 2. Amostragem das reportagens da Revista Piauí.....                        | 40 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>13</b> |
| <b>CAPÍTULO 1: UM PANORAMA SOBRE O JORNALISMO LITERÁRIO.....</b>    | <b>15</b> |
| <b>1.1 Jornalismo x Literatura: relações e diferenças.....</b>      | <b>15</b> |
| <b>1.2 Jornalismo literário.....</b>                                | <b>17</b> |
| <b>1.3 Novo Jornalismo.....</b>                                     | <b>19</b> |
| <b>1.4 Conceituações e visões.....</b>                              | <b>22</b> |
| 1.4.1 Características por Fiorin e Savioli.....                     | 23        |
| 1.4.2 Jornalismo literário avançado.....                            | 23        |
| 1.4.3 A estrela de sete pontas.....                                 | 24        |
| <b>CAPÍTULO 2: A FORMA DO TEXTO JORNALÍSTICO.....</b>               | <b>26</b> |
| <b>2.1 A forma pelos gêneros.....</b>                               | <b>26</b> |
| 2.1.1 A história dos gêneros jornalísticos.....                     | 27        |
| 2.1.2 Discussão sobre os gêneros jornalísticos.....                 | 28        |
| 2.1.3 Gênero diversional.....                                       | 29        |
| <b>2.2 A forma pelo formato: reportagem.....</b>                    | <b>31</b> |
| <b>2.3 A forma pela especificidade.....</b>                         | <b>32</b> |
| 2.3.1 Jornalismo cultural.....                                      | 32        |
| 2.3.1.1 A história da cultura no jornalismo.....                    | 33        |
| 2.3.1.2 O jornalismo cultural da atualidade.....                    | 33        |
| 2.3.2 Jornalismo de revista.....                                    | 34        |
| 2.3.2.1 Revista Piauí.....  | 36        |
| <b>CAPÍTULO 3: A ANÁLISE ATRAVÉS DA ESTRELA DE SETE PONTAS.....</b> | <b>37</b> |
| <b>3.1 Amostragem.....</b>  | <b>38</b> |
| <b>CAPÍTULO 4: ANÁLISE DAS REPORTAGENS DA REVISTA PIAUÍ.....</b>    | <b>40</b> |
| <b>4.1 “Feliz ano velho” .....</b>                                  | <b>40</b> |
| 4.1.1 Análise.....  | 40        |
| <b>4.2 “O fim das cobaias” .....</b>                                | <b>42</b> |
| 4.2.1 Análise.....  | 43        |

|  |                                       |           |
|--|---------------------------------------|-----------|
| <b>4.3</b>                                   | <b>“O que significa morrer”</b> ..... | <b>45</b> |
| 4.3.1  | Análise.....                          | 45        |
| <b>CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b> |                                       | <b>49</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                      |                                       | <b>50</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                           |                                       | <b>53</b> |

## INTRODUÇÃO

O atual cenário do jornalismo convencional, com toda a sua lógica de *leads*<sup>1</sup> e pirâmide invertida, tem despertado o interesse no estudo de um estilo do jornalismo que ainda não é tão discutido entre os estudantes e mestres de comunicação: o Jornalismo Literário. No cenário da sociedade contemporânea, atual, o excesso de trabalho, a grande necessidade de imediatismo e a falta de tempo não facilitam o processo de construção de textos com características literárias. A predominância de informações menores e fragmentadas são justificadas pela ideia de que leitores não gostam e estão sem tempo para ler, transformando assim assuntos e temas de relevância em pequenas notas e notícias sem aprofundamento. Nesse cenário, acredita-se que a imprensa perde a oportunidade de contar histórias que poderiam despertar nos leitores uma identificação e que vão além do simples fato cotidiano. Histórias do dia a dia que com profundidade poderiam gerar empatia e fariam com que o leitor se identificasse com a experiência dos outros.

É marca do estilo literário utilizar os recursos ligados à literatura, transmitindo assim, emoções e sentimentos. Com o intuito de detalhamento e aprofundamento dos assuntos cotidianos, este jeito de fazer jornalismo se distingue no modo de se apresentar ao leitor, deixando de lado o tradicional modo técnico de escrita jornalística que utiliza a de pirâmide invertida.

A preocupação com este jornalismo cada vez mais engessado deu origem, na época de 60, nos Estados Unidos, a uma nova tendência de fazer jornalismo. O chamado Novo Jornalismo trouxe uma nova maneira de relatar fatos e informações cotidianas através de uma mistura da narrativa jornalística e literária, sem perder o intuito de informar.

Mesmo não tendo definido isso em sua linha editorial, a Revista Piauí, uma das revistas brasileiras mais “consumidas” na atualidade, apresenta características semelhantes as que se destaca o jornalismo literário.

Por isso, com o interesse em aprofundar os conhecimentos sobre o jornalismo literário e tendo como problema de pesquisa a verificação de como são narrados os fatos nas reportagens da revista Piauí, objetiva-se com este trabalho, realizar uma análise de algumas

---

<sup>1</sup> Lead, ou também chamado lide, refere-se ao primeiro parágrafo texto jornalístico, contendo as respostas às seis perguntas consideradas básicas ao texto: o que, quem, quando, onde, como e por quê? (PENA,2016, p.15).

reportagens da revista, procurando verificar se há a presença de características do jornalismo literário, através do conceito de Estrela de Sete Pontas do autor Felipe Pena (2016), nas reportagens da revista.

Para melhor compreensão da pesquisa, inicialmente, assuntos que envolvem a área literária do jornalismo serão estudados e divididos em capítulos que compõe a revisão bibliográfica.

O jornalismo manteve ao longo de sua história relações com a literatura. São essas relações e diferenças que serão abordadas no primeiro capítulo deste trabalho. Para melhor compreensão deste estudo, o capítulo aborda o jornalismo literário através da visão dos autores Felipe Pena, Edvaldo Pereira Lima e Fiorin e Savioli. O movimento Novo Jornalismo, que surgiu nos anos 60, também é abordado. Na sequência, o segundo capítulo inicia com uma discussão sobre os gêneros jornalísticos, fundamentada principalmente pela visão de Marques de Melo que dá norte à pesquisa, uma vez que se compreende a história dos gêneros e a categorização definida ao longo dos anos, focando no gênero diversional. Na sequência o formato reportagem é abordado. Levando em conta a aproximação que o estilo literário possui com o jornalismo cultural, as vertentes e o espaço do jornalismo cultural na atualidade, são expostos no capítulo. Por fim, são abordados conceitos e definições sobre jornalismo de revista e é contada a história da Revista Piauí, o objeto de estudo desta pesquisa.

A análise do objeto de pesquisa será feita a partir do conceito de Estrela de Sete Pontas, cunhado por Felipe Pena (2016). Com base neste conceito, o qual busca uma caracterização para o jornalismo literário, será possível analisar as reportagens jornalísticas, procurando nelas tais características, vendo finalmente se podem ser definidas, através da visão de Pena, como jornalismo literário ou não.

## CAPÍTULO 1

### UM PANORAMA SOBRE JORNALISMO LITERÁRIO

Neste capítulo serão abordados conceitos para melhor compreensão da relação entre jornalismo e literatura. As próximas páginas são destinadas para o entendimento dos conceitos de jornalismo literário, as diferenças e relações entre o jornalismo e a literatura, e o Novo Jornalismo, estilo que surgiu na década de 60. Além disso, serão abordados os estudos de Fiorin e Savioli e o conceito de jornalismo literário avançado, de Edvaldo Pereira Lima. Ambos os estudos trazem visões sobre o que pode ser considerado um texto jornalístico literário. Nessa mesma linha de conceituações também será abordado o conceito de Estrela de Sete Pontas cunhado pelo autor Felipe Pena (2016), conceito que será utilizado para a realização da análise deste trabalho.

#### **1.1 Jornalismo x literatura: relações e diferenças**

O jornalismo e a literatura sempre foram tema de discussão entre profissionais, teóricos e pesquisadores, devido ao fato de dividir opiniões acerca de suas relações. O discurso mais presente de distinção entre as duas áreas, é a de que o jornalismo deve retratar a realidade se apoiando na produção de conteúdo que garanta uma noção de verdade. Já a literatura, é a área que permeia o caminho da ficção.

Para Moacyr Scliar,

O jornalismo mostra que a objetividade é essencial, que o negócio é ir direto ao ponto [...] agora, acho sim, que a literatura pode ensinar algo ao jornalismo. Em primeiro lugar, a cuidar da forma, a escrever e reescrever. Também ensina a privilegiar a imaginação – mas não de mais: realidade é realidade. Ficção é ficção. Há sim uma fronteira entre jornalismo e ficção. Mas é uma fronteira permeável, que permite uma útil e amável convivência (SCLIAR, 2002, p.14).

O diálogo existente entre jornalismo e literatura iniciou no século XVIII. Ao longo da história, suas ideias se unem, mas também são distintas. Cada um dos gêneros possui especificidades próprias, com técnicas e estilos diferenciados. “[...] apesar dos elementos em comuns, mantêm técnicas diferenciadas”(MEDEL, 2002, p.16). De acordo com Medel, “há dimensões da literatura que pouco ou nada têm a ver com o jornalismo, dimensões do

jornalismo alheias às práticas literárias e um espaço compartilhado no qual não é tão fácil distinguir um e outro tipo de discurso” (2002, p. 23). Para o autor a diferença entre as duas formas de comunicação está em que o jornalismo faz a análise a partir dos fatos, enquanto a literatura se fundamenta na imaginação, acrescentando elementos que enriquecem o texto, ou seja, faz uso de diálogos, descreve cenas e ambientes.

Segundo Pena (2016), ambos, literatura e jornalismo, pertencem à mesma árvore genealógica. Assim como Beltrão (2007) que acredita que se o objetivo principal do escritor é levar a informação de forma organizada e bem escrita, o texto pode ser sim considerado jornalismo literário.

Costa (2015), no entanto, defende que a distinção entre as duas áreas está na missão do jornalismo narrar os acontecimentos. Assim, para a autora, as diferenças entre jornalismo e literatura se baseiam em dois mitos: o da objetividade da imprensa e o da autonomia da ficção, entendida como categoria estética.

Já para Nanami Sato (2002), o profissional jornalista, acostumado a fazer recortes diários daquilo que considera realidade, tem o dever de divulgar o que considera mais importante sobre o fato narrado, assim podendo também construir a notícia no formato que entender ser a melhor interpretação do fato.

Apesar da vocação para o “real”, o relato jornalístico sempre tem contornos ficcionais: ao causar a impressão de que o acontecimento está se desenvolvendo no momento da leitura, valoriza-se o instante em que se vive, criando a aparência do acontecer em curso, isto é, uma ficção. Além disso, o jornalismo precisa de esquemas para a captação de notícias, dos quais a fonte é uma das principais. As fontes podem constituir posições estereotipadas (SATO, 2002, p.32).

No jornalismo literário são contadas histórias, só de que uma forma mais articulada e que se desliga dos padrões tradicionais de escrita jornalística. As histórias contadas visam passar a emoção dos personagens envolvidos com o fato. Nos textos jornalísticos literários, a essência do jornalismo se mantém, mas a intensidade também ganha espaço. O jornalista apresenta ao leitor o modo de vida das pessoas envolvidas no que é a notícia. Visa o modo que agem, a forma que veem o mundo, as opiniões que carregam e as realidades e ambientes em que estão inseridos. A superficialidade dos textos perde espaço e abre-se espaço para a “identificação” do leitor com os personagens.

Conforme Piza,

reportagens, em princípio, não podem ser parciais e enfeitadas, mas isso não pode justificar que sejam escritas de modo rudimentar e reducionista. Algum teor autoral é importante porque, numa era em que há tantas fontes de informação, a diferenciação da escrita é o que poderá manter a atenção do leitor (PIZA, 2002, p.135).

O jornalista literário retrata a realidade do cotidiano, mas normalmente aquilo que está escondido por trás dos fatos. Com escrita literária meras histórias, de poucas linhas e sem aprofundamento, viram algo diferente e que atraem o leitor e o leva conhecer os desdobramentos do acontecimento, tendo uma profunda experiência da realidade.

Lima (1995, p. 16) assegura que o jornalismo literário desempenha um papel importantíssimo em preencher lacunas deixadas por outros veículos de comunicação, como jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão. “Mais do que isso, avança para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando, parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística” (LIMA, 1995, p. 16).

## 1.2 Jornalismo Literário

Quando o termo jornalismo literário vem à cabeça, já se imagina um texto mais elaborado, escrito a partir de uma visão diferenciada do fazer notícia. De fato, o jornalismo literário busca a excelência na linguagem por meio da narrativa. E esse “novo” modo de fazer jornalismo se propagou pelo mundo inteiro com variados nomes, como “Jornalismo Narrativo, Literatura da Realidade, Literatura Criativa de Não Ficção” (LIMA, 2018), entre outros.

Quando falamos em *Jornalismo Narrativo*, estamos nos remetendo ao grupo da Fundação Nieman, o braço jornalístico da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, particularmente ao período em que esta fundação foi dirigida pelo docente Mark Kramer, no início dos anos 2000. O termo *Literatura Realidade* remete a um dos grandes expoentes da prática, o estadunidense Gay Talese, que entende que o jornalista pode empregar recursos literários para reportar melhor a realidade que está cobrindo. Já *Literatura Criativa de Não Ficção* é uma tradução do espanhol *Periodismo informativo de Creación*, que remete à escola *Fundación Gabriel García Márquez* para *El Nuevo Periodismo Iberoamericano* (MARTINEZ, p. 25, 2017).

O jornalismo literário procura, sem abrir mão de uma apuração ética e criteriosa, construir ferramentas que permitam ao profissional em comunicação apresentar a realidade de uma forma diferenciada, conforme afirma Pena (2016). Além disso, o gênero oferece recursos inspirados na literatura que permitem a construção de narrativas mais atraentes, resultando em textos envolventes, criativos e humanizados.

Desta forma, o papel do jornalista literário difere do jornalista de mercado, pois o jornalismo literário envolve a narração de uma história, uma novidade ou mesmo um relato. O gênero se diferencia exatamente por abordar aspectos da vida social, de interesse da sociedade, tratando de fatos específicos e precisos para se tornar uma abordagem jornalística sem perder o foco tradicional de um meio de informação. Conforme Pena (2016), o jornalismo literário nada mais é do que a humanização ao relatar fatos e personagens de uma forma envolvente que atraia o leitor. O estilo abrange o mundo real, amplia a visão de realidade e descreve os momentos.

Pena (2016) ainda ressalta que o jornalismo literário trata-se de um meio de ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, partindo para uma apuração mais minuciosa dos fatos e uma visão mais ampla da realidade, rompendo com a periodicidade. O estilo literário de se fazer jornalismo não se trata apenas de se desligar da redação. A partir gênero se criam novas alternativas, se contribui para uma maior formação do cidadão e se estabelece um compromisso com a sociedade de relatos mais profundos que evitem a superficialidade.

“O jornalista literário não ignora o que aprendeu no jornalismo diário. Nem joga suas técnicas narrativas no lixo. O que ele faz é desenvolvê-las de tal maneira que acaba constituindo novas estratégias.” (PENA, 2016, p.13).

Na mesma linha, Borges (2013, p. 186) afirma que “o jornalismo literário, de muitas formas, em inúmeros momentos, teve a coragem de desempenhar o papel de ‘advogado do diabo’, pondo o dedo em feridas de cicatrização enganosa”. Lima (1995, p. 7) acrescenta que o produto expande-se para além do trabalho cotidiano da mídia e também se infiltra em campos pouco abordados pela imprensa como um todo, proporcionando ao leitor uma “viagem pelo conhecimento da contemporaneidade”.

Movimento que ficou bem conhecido por ir além do trabalho cotidiano da mídia e trazer noções mais amplas de determinadas realidade foi o Novo Jornalismo que será abordado a seguir.

### 1.3 Novo Jornalismo

Trazendo uma nova forma de se fazer jornalismo e uma mistura da narrativa jornalística com a literária, surge na década de 60, nos Estados Unidos, o Novo Jornalismo. A insatisfação de muitos profissionais da imprensa com as regras de objetividade exigidas pelo texto jornalístico e a busca por novidades, fez com que o novo modo de se narrar os fatos ganhasse espaço. Os nomes mais lembrados são Tom Wolfe, Truman Capote, Norman Mailer e Gay Talese. Esses autores utilizaram artifícios literários para narrar suas extensas reportagens. Mas eles não foram os primeiros a utilizar este método.

O termo foi citado pela primeira vez na história no século XIX, em 1887. Alguns críticos utilizaram o Novo Jornalismo como forma de desqualificar William Thomas Stead<sup>2</sup>, que na época soava como “cabeça oca” (PENA, 2016, p. 52). O primeiro a misturar literatura e jornalismo foi Daniel Defoe, no início do século XVIII. Ele escrevia reportagens policiais e ficou conhecido pelos romances *Robinson Crusoe* (1719) e *MollFlanders* (1722), assim sendo considerado o primeiro jornalista literário moderno. No século XX, John Hersey se utilizou do gênero ao escrever “Hiroshima” (1946), um livro-reportagem que relata a tragédia causada pela bomba atômica que os Estados Unidos da América lançaram contra o Japão durante a Segunda Guerra Mundial.

“É provável que Hershey, por mais influente que seja o seu trabalho, não esteja entre os precursores mais lembrados do novo jornalismo literário, pelo fato de ter, basicamente, contado sua história a partir de depoimentos. Isso é diferente do que fariam, anos depois, jornalistas como Truman Capote ou Norman Mailer. Eles foram precursores do movimento chamado Novo Jornalismo, que acabaria marcando sua época e influenciando o jornalismo produzido no mundo inteiro [...]” (ROCKENBACH, 2014, p. 19).

Nessa linha literária, Truman Capote escreveu *A Sangue Frio*. Na obra o autor recriou cenas, explorou a emoção e descreveu o cenário da história. Mas o autor não gostava de chamar o seu trabalho de jornalismo. Preferia usar o termo “romance de não-ficção”. No entanto, para Wolfe, o sucesso da obra *A Sangue Frio* deu muita força para o movimento (PENA, 2016, p. 52-53). Gay Talese, que também deixou sua contribuição para o movimento, é autor, entre outros, de “Fama e Anonimato”. Editado em 1992, o livro traz várias

---

<sup>2</sup> “Repórter engajado nas lutas sociais, recriava a atmosfera das suas entrevistas em seus textos e fazia matérias participativas” (Pena, 2016, p.52).

reportagens do autor sobre pessoas famosas e também sobre histórias de pessoas “desconhecidas”.

Questionado sobre o conteúdo de seu material, Talese (2004) explica que o novo jornalismo passa longe de ser ficção e tem seus princípios. Para ele, o formato

é, ou deveria ser, tão fidedigno quanto a mais fidedigna reportagem, embora busque uma verdade mais ampla que a obtida pela mera compilação de fatos passíveis de verificação, pelo uso de aspas e observância dos rígidos princípios organizacionais à moda antiga (TALESE, 2004, p. 9).

Já para Dines (1986), o novo jornalismo é uma adaptação de intelectuais às velhas formas de escrever. Dines garante que o novo jornalismo

não é uma nova concepção para o jornal, nem nova linha de trabalho ou atitude profissional. É um gênero ao qual podem aderir apenas alguns grandes nomes, cujo peso na assinatura faz com que qualquer jornal ou revista dispute seus trabalhos, seja qual for o estilo que escrevam (DINES, 1986, p.89).

Retornando aos anos 60, com o novo jornalismo prevalecia a ideia de despreendimento, ou seja, de desconstruir um texto que respondesse as perguntas do *lead*. Tom Wolfe (1976), em seu famoso ensaio *The New Journalism*, fala da origem do gênero, admitindo que o movimento surgiu muito mais por extinto do que em torno de uma teoria.

Duvido que muitos dos que irei citar neste trabalho tenham se aproximado do jornalismo com a menor intenção de criar um novo jornalismo, um jornalismo melhor, ou uma variedade ligeiramente evoluída. Sei que jamais sonharam que nada do que escrevessem para jornais e revistas fosse causar tal estrago no mundo literário [...] provocar pânico, roubar da novela o trono de maior dos gêneros literários, dotar a literatura norte-americana de sua primeira orientação nova em meio século (WOLFE, 1976, p.9).

De acordo com esta afirmação entende-se que o movimento literário, do qual Wolfe faz parte, surgiu de forma despreziosa. O sucesso do gênero e o poder do novo formato jornalístico pegou de surpresa até os jornalistas, que não tinham noção da grande expansão que o novo jornalismo ganharia.

Wolfe, Mailer, Capote e seus seguidores transformaram reportagens em exercícios literários que presumiam aceitar que o jornalista imaginasse ações, diálogos e até

mesmo o que se passava na mente de suas personagens, na busca de reproduzir um fato real (ROCKENBACH, 2014, p. 19).

De acordo com Wolfe (1976) para os jornalistas da época, o mais interessante não era a sensação de ter feito algo novo em jornalismo, mas sim a descoberta de que era possível fazer descrições da realidade usando técnicas e narrativas comumente utilizadas em romances, por exemplo. Assim, um texto jornalístico poderia utilizar recursos literários para cativar o leitor pelo lado emocional.

Wolfe (1976) fala que a partir desse novo jornalismo, surge um novo modo de se narrar os fatos, e também um novo jeito de se coletar dados. A busca por informações era mais intensa e mais detalhada. O novo tipo de reportagem exigia um trabalho de coleta de dados muito mais minucioso, e como consequência, mais demorado do que era normalmente. Os praticantes do novo jornalismo usavam grande tempo para cobrir cada história, chegando a passar dias com as pessoas sobre as quais escreviam.

O novo Jornalismo, embora possa ser lido como ficção, não é ficção. É, ou deveria ser, tão verídico, como a mais exata das reportagens, buscando embora uma verdade mais ampla que a possível através da mera compilação de fatos comprováveis, o uso de citações, a adesão ao rígido estilo mais antigo. O novo jornalismo permite, na verdade exige, uma abordagem mais imaginativa da reportagem e consente que o escritor se intrometa na narrativa se o desejar [...] (TALESE, apud UNGARETTI, 2001).

Outra característica marcante nos textos do novo jornalismo era o uso de figuras de pontuação pouco convencionais no jornalismo da época, como reticências e exclamações, além de interjeições e palavras sem sentido. Outras características e procedimentos aplicados no Novo Jornalismo, segundo Wolfe (1976), foram: a construção cena a cena, o uso de diálogos, o ponto de vista na terceira pessoa e os símbolos de status. Para Wolfe, estas quatro características seriam responsáveis pela força extraordinária que faz com que um texto torne-se atraente para quem o lê.

No Brasil, em 1966, a revista Realidade e o Jornal da Tarde<sup>3</sup> são os precursores do novo jornalismo. Marcos Faerman, Fernando Portela, Cláudio Bojunga e José Hamilton Ribeiro são alguns dos maiores expoentes do gênero na língua portuguesa. Apesar da

---

<sup>3</sup> Foi um jornal diário da cidade de São Paulo, Brasil. Foi um dos jornais que apostaram na escola do novo jornalismo americano.

literatura brasileira ter uma tradição semelhante no tocante relato, com *Os Sertões*<sup>4</sup>, de Euclides da Cunha; e também as obras de relato social, escritas por Graciliano Ramos, o novo jornalismo teve uma existência efêmera no país.

Após o advento do novo jornalismo, com o intuito de diferenciar a produção jornalística literária específica da década de 60 nos Estados Unidos de toda a literatura de relato com características jornalísticas, escritores como Mark Kramer (1996) passaram a chamar este gênero híbrido de *Literary Journalism* (jornalismo literário).

Assim surge a diferenciação. O jornalismo literário é um termo que hoje serve para descrever todas as manifestações jornalísticas literárias percebidas ao longo da história, enquanto Novo Jornalismo refere-se apenas à geração de escritores e jornalistas norte-americanos dos anos 60 que aderiram ao estilo proposto.

## **1.4 Conceituações e visões**

Discutidas as relações entre a literatura e jornalismo e as vertentes do estilo literário pelo mundo, abordaremos duas visões e conceituações feitas por estudiosos – José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, Edvaldo Pereira Lima e Felipe Pena - brasileiros sobre as características que distinguem um texto jornalístico de um texto literário.

### **1.4.1 Características por Fiorin e Savioli**

Buscando encontrar características que distinguissem o texto literário de um texto jornalístico, José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli estabeleceram três características de distinção. De acordo com os próprios autores, duas das três características estabelecidas já não são vistas como “claras” e objetivas para especificar as diferenças.

A primeira – o conteúdo – é logo descartada pelos dois autores. Não há conteúdos exclusivos dos textos literários, nem conteúdos avessos ao seu domínio. A segunda – o caráter ficcional e não-ficcional dos textos – cria uma dificuldade: como discernir o real do fictício em situações específicas como a de um texto religioso, por

---

<sup>4</sup> *Os Sertões* é um livro brasileiro que aborda a Guerra de Canudos (1896-1897), no interior da Bahia.

exemplo? A terceira – a função do texto – é a que os dois autores aceitam. Para eles, o texto não-literário tem uma função utilitária. O texto jornalístico, por exemplo, visa informar, outros textos pretendem convencer, documentar, etc. O texto literário, ao contrário, tem uma função estética. Nele o plano de expressão não serve apenas para veicular conteúdos, mas recria-os em sua organização, de um modo que importa não apenas o que é dito nele, mas o modo como se diz. Ao resumi-lo, perde-se o essencial dele. Além disso, o texto literário cria novos significados para as palavras, por desautomatizá-las, ao estabelecer relações inesperadas e estranhas entre elas (FIORIN; SAVIOLI apud COIMBRA, 1993, p. 17-18).

#### 1.4.2 Jornalismo Literário Avançado

Edvaldo Pereira Lima (2018), a partir de seus estudos e propondo um novo conceito sobre o jornalismo literário, traz três categorias de conteúdo que auxiliam na conceituação. Lima (2018) entende que os conceitos de jornalismo literário estão bem disseminados no âmbito acadêmico e bem compreendidos na prática dos repórteres, mas enxerga uma lacuna quanto à visão de mundo presente nessas narrativas. Ao experimentar essa proposta, o autor traz um novo conceito: o de Jornalismo Literário Avançado no século XXI. Para compreender o Jornalismo Literário Avançado são apresentadas três categorias de conteúdo.

A primeira categoria se refere aos recursos operativos e técnicas que diferenciam dos modelos tradicionais do jornalismo.

Aqui entram questões como os modos de captação da realidade – a observação participante, por exemplo, assim como a imersão a mais ampla possível do repórter/autor no universo temático definido por sua pauta –, os recursos narrativos – tais como a construção cena a cena, o ponto de vista autobiográfico em terceira pessoa – e os modos de edição de matérias (LIMA, 2018).

O caráter autoral do Jornalismo Literário é o foco da segunda categoria. Diferente do jornalismo tradicional, que possui um modelo – a utilização do *lead* –, no jornalismo literário os artifícios de linguagem usados, a maneira como o repórter capta história e o ambiente, fazem a diferença na narrativa (LIMA, 2018).

E a última categoria, se volta para a visão de mundo do jornalista, que fica implícito no conteúdo:

Os textos do Jornalismo Literário carregam, inevitavelmente, o legado múltiplo dos paradigmas formais ou mesmo inconscientes que conformam o modo com que percebem, interagem com, captam e expressam o real. Nesse processo de comunicação entram em jogo crenças, valores, modelos de conhecimento pertencentes ao universo individual de cada autor, ao seu campo de prática

profissional, à sociedade de sua época e lugar, às influências múltiplas procedentes das mais diversas fontes do mundo globalizado de nossos dias, numa dinâmica e complexa efervescência borbulhante dos inúmeros fatores que geram nossa construção simbólica do que entendemos por realidade (LIMA, 2018).

A partir dessa visão de realidade, baseado nos conceitos de Edgar Morin – que enxerga o conhecimento como complexo e refuta o paradigma da simplificação – e em outros conceitos da filosofia e da física quântica, Lima (2018) propõe uma concepção de Jornalismo Literário Avançado, que entende a realidade a partir de sua complexidade e vai buscar, em seus textos, expor um conhecimento transdisciplinar.

### 1.4.3 A estrela de sete pontas

Para explicar melhor de que forma compreende o jornalismo literário, o autor Felipe Pena criou a definição Estrela de Sete Pontas. “São diferentes itens, todos imprescindíveis, formando um conjunto harmônico e retoricamente místico, como a famosa estrela.” (PENA, 2016, p. 13).

De acordo com Pena (2016, p. 13-15), o jornalismo literário é como uma Estrela de Sete Pontas, que só funciona quando todas as características estão presentes. Diante deste conceito, ele destaca a primeira ponta da estrela como potencializar o conhecimento absorvido no jornal diário. Nesta “ponta” estão incluídas a checagem de informação, abordagem ética, apuração exaustiva e a observação atenta. A segunda ponta se encarrega de ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, ou do factual. Nesse caso, o repórter não tem mais *deadline*<sup>5</sup> de entregar o material no fechamento da edição, ou seja, não tem periodicidade e atualidade. A terceira característica visa proporcionar ao leitor uma ampla visão da realidade. “A preocupação do jornalismo literário, então, é contextualizar a informação de forma mais abrangente possível” (PENA, 2016, p. 14). A quarta ponta da estrela se volta ao compromisso social do jornalismo, o de exercer a cidadania. A pauta deve ser relevante a ponto de contribuir para a comunidade e com a formação do cidadão. Sem fórmulas prontas, a quinta característica do gênero é quebrar com o *lead*. No jornalismo literário, não há uma maneira indicada de iniciar o texto, uma vez que com o aprofundamento e uma abordagem mais complexa, as seis questões básicas das notícias se transformam em muito mais perguntas a

---

<sup>5</sup> Tempo máximo para realização de uma tarefa jornalística. Prazo final.

serem respondidas ao longo do texto. Em sexto, Pena compreende que se evita o uso dos “definidores primários”, ou seja, evita-se aquelas fontes oficiais (que exercem alguns cargos públicos ou especialistas como professores universitários, advogados, psicólogos, economistas, etc.) que sempre aparecem na imprensa e complementam as notícias. “Como não há tempo no jornalismo diário, os repórteres sempre procuram os personagens que estão legitimados neste círculo vicioso” (PENA, 2016, p. 15). Neste aspecto, o jornalismo literário se preocupa muito mais com as histórias de pessoas “comuns”, pessoas da vida real, as fontes anônimas. Por último, a sétima estrela volta-se a perenidade. O texto deve permanecer por gerações, influenciando e servindo de aprendizado no contexto social daquele local (PENA, 2016).

Além dessas características, para o autor o que distingue o conceito é uma questão linguística.

Assim, defino Jornalismo Literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional. Ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, transformando-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose. Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata de oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata de Jornalismo, nem de Literatura, mas sim de melodia (PENA, 2016, p. 21).

## CAPÍTULO 2

### A FORMA DO TEXTO JORNALÍSTICO

Neste segundo capítulo serão abordados conceitos para melhor compreensão da forma do texto jornalístico. Nos próximos tópicos, serão abordados os conceitos de gêneros, aprofundando a história dos mesmos e dando espaço maior ao gênero diversional, no qual se encaixa o estilo literário. Além disso, as próximas páginas serão destinadas ao entendimento do formato reportagem. Também será abordado neste capítulo o jornalismo cultural e o jornalismo de revista. Por ser o objeto de estudo deste trabalho, um tópico sobre a Revista Piauí também fará parte do capítulo.

#### 2.1 A forma pelos gêneros

O jornalismo está integralmente ligado ao nosso cotidiano. Em questão de minutos diversos canais emitem centenas de informações. A rede de canais tem crescido e conseqüentemente, contribuído para a prática jornalística, tornando-a mais ágil e dinâmica.

Mudam-se também com constância os recursos gráficos. É perceptível, mesmo para quem não tem o hábito, por exemplo, de ler jornais diários, que há uma grande diversidade de textos, algumas diferenças entre as páginas, e uma divisão crescente em editoriais – política, economia, cultura, esportes, entre outros. Aprimoraram-se os modos de “dividir” informações visando facilitar a compreensão dos conteúdos e atrair assim maior público.

Diante deste cenário estudam-se os gêneros jornalísticos, vistos como uma forma de melhor distribuir os conteúdos e inteirar os leitores acerca dos fatos que estão sendo expostos. No Brasil, o teórico mais conhecido e dedicado à área de definição dos gêneros jornalísticos é o professor, José Marques de Melo, que conduz estudos e propõem classificações em diversas obras por ele escritas. São os relatos e definições de Marques de Melo e de outros teóricos que serão abordados nesse capítulo. Além disso, será apresentado brevemente no capítulo a história dos gêneros jornalísticos, podendo assim se compreender as reflexões propostas a partir dos gêneros informativo e opinativo. No capítulo se pretende também estudar as bases da classificação do gênero diversional que se associa ao conceito de jornalismo literário.

### 2.1.1 A história dos gêneros jornalísticos

As pesquisas e estudos sobre os gêneros jornalísticos têm avançado muito nos últimos anos, principalmente no Brasil. Mas, segundo Francisco de Assis (2015), infelizmente as iniciativas de pesquisas não são reunidas, o que dificulta o processo de desenvolvimento nos estudos conjuntos sobre gêneros jornalísticos.

Mas se falando em fatos históricos, há um consenso entre pesquisadores do jornalismo. Para a maioria dos pesquisadores, o pioneiro nos estudos contemporâneos sobre gêneros jornalísticos foi Jacques Kayser. Segundo Melo, (2015, p. 15, Apud Parratt, 2008, p. 49), “as contribuições de Kayser parecem ter tido tanto peso que constituem sem dúvida o verdadeiro germe dos estudos encetados posteriormente sobre gêneros, especialmente no sul da Europa e em vários países da América Latina”. Kayser é reconhecido por dar várias palestras no Centro de Estudos de Periodismo para a América Latina (Ciespal), em Quito, Equador, e outros países da América Latina.

A “imagem” de Kayser para a Europa e América Latina é o mesmo de Luiz Beltrão no Brasil. Beltrão(2007) é considerado o pioneiro em estudos de gêneros no Brasil. Beltrão, segundo Rêgo(2015) em seus estudos classificou o jornalismo brasileiro em três categorias: informativo, interpretativo e opinativo. O jornalismo informativo é composto por notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem. O jornalismo interpretativo contém a reportagem em profundidade e o jornalismo opinativo é composto por editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor.

Muitas das obras e pesquisas de Beltrão(2007) serviram de base para os estudos de José Marques de Melo, tido como “seguidor” de Beltrão. Além de Melo, outros pesquisadores brasileiros se empenharam em estudar os gêneros jornalísticos, mas muito do que é pesquisado acaba não sendo exposto, desta forma opiniões e visões importantes acabam não sendo compartilhadas. Para Assis (2015, p. 9 -10),

é necessário que as recentes discussões sobre gêneros jornalísticos – pelo menos boa parte delas, uma vez que existem diferentes vieses da compreensão desse objeto - sejam compartilhadas com a comunidade acadêmica, afim de que estimulem novos olhares. Dessa maneira, muitos equívocos – principalmente no que diz respeito ao ensino do Jornalismo – podem ser revistos (ASSIS, 2015, p. 9-10).

Diante deste cenário, seguiremos abordando em nossa pesquisa a divisão sobre gêneros criada por Melo. Essa discussão a cerca dos gêneros será apresentada no próximo tópico.

### **2.1.2 Discussão sobre os gêneros jornalísticos**

Separar, classificar, analisar, e refletir sobre gêneros jornalísticos é uma atividade relevante que ajuda na compreensão o meio jornalístico. O estudo e a criação de novos conhecimentos, mais especificamente dos gêneros, são essenciais para situar a “identidade do jornalismo como objeto científico” (MELO apud PENA, 2015 p. 65). Pena (2015, p. 66) ao questionar sobre o que se tratam os gêneros jornalísticos, afirma que são classificações, cujo objetivo é entender, a partir de um mapa, quais são as estratégias, os tipos e as funcionalidades utilizadas. Se “propõe uma classificação a posteriori com base em critérios a priori” (PENA, 2015, p. 66). A classificação dos gêneros jornalísticos é o grande desafio do campo do conhecimento do jornalismo (MELO apud MEDINA, 2018, p. 16).

De acordo com a Antonioli (2015, p. 1) desde a criação do curso superior de Jornalismo, os gêneros jornalísticos marcaram presença no ensino. Segundo Antonioli, os gêneros jornalísticos “são fundamentais, haja vista a necessidade que o jornalista tem de conhecer, saber diferenciar e praticar em suas narrativas os diversos gêneros existentes”. Seguindo o mesmo pensamento, Lailton Alves da Costa (2015) explica que nomear gêneros garante legitimação tanto na academia quanto nas redações. Além disso,

também por consideramos como instrumentos pedagógicos válidos para o ensino e aprendizagem do fazer jornalístico. No plano acadêmico facilita a professores e alunos a divisão desses gêneros – ainda que sugira uma visão estanque e fragmentada do discurso jornalístico -, de modo a racionalizar o tempo, contado em semestres na graduação, para o ensino separado dos formatos, características e técnicas de redação para cada um. Outro argumento é que a expressão se justifica por indicar um texto cujo propósito comunicativo de maior peso seja o que define, embora os outros possam aparecer de forma secundária. O que decorre da própria estrutura textual, pois um texto cujo propósito comunicativo preponderante seja de “opinar” carrega em si o propósito de “informar”, e por expansão, o de “interpretar”, entre outros. (COSTA, 2015, p. 43).

Entre as pesquisas sobre gêneros jornalísticos, destacam-se as efetuadas pelo professor José Marques de Melo que são periodicamente atualizadas. Lailton Costa (2015) apresenta os

gêneros jornalísticos classificados por Marques de Melo como: jornalismo informativo, cujo formato poderá ser: nota, notícia, reportagem, entrevista; jornalismo opinativo, com os formatos: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta; jornalismo interpretativo, que apresenta os formatos: dossiê, perfil, enquete, cronologia; jornalismo utilitário e os formatos: indicador, cotação, roteiro, serviço, e jornalismo diversional, que tem os formatos: história de interesse humano e história colorida. No entanto, deve ser atentado, como aponta Marques de Melo (2015) que é preciso conhecer as especificidades do relato jornalístico nos suportes antigos e novos.

A partir deste momento, será abordado o contexto histórico em que nasce o gênero complementar, segundo Melo: o gênero diversional.

### **2.1.3 Gênero diversional**

Um dos gêneros complementares de Melo, o jornalismo diversional, está muito ligado à questão literária. Desta forma, é de relevância para a pesquisa que sejam identificados os aspectos inerentes ao seu surgimento a fim de melhorar a compreensão de suas características.

Inicialmente, Melo classifica o jornalismo diversional como um gênero complementar com caráter emocional. Visa o sentimento (MELO apud ASSIS, 2015, p. 141). Esse movimento, que tem raízes norte-americanas, no Brasil se consagrou na década de 1960 com a revista Realidade<sup>6</sup>, da Editora Abril, que possuía reportagens extensas e com alta tiragem (FARO apud ASSIS, 2015, p. 157). As origens desse novo modo de fazer jornalismo remetem a um período pós-guerra, caracterizado, a partir da década de 1950, como um período que remete à qualidade de vida, que volta suas preocupações para o emocional humano e adere aos ideais de repouso da mente e do corpo (DE MASI apud ASSIS, 2015, p. 143).

Sendo associado com o jornalismo literário, o gênero diversional, apesar de manter a linha da informação, visa buscar, nos elementos da literatura, um acréscimo de “algo” para atrair o leitor (MELO; ASSIS, 2015, p. 72). Com o uso de recursos literários, há um foco maior na riqueza dos detalhes, nas descrições mais longas, há um uso de metáforas e imersão na história. Os relatos passam a ser mais humanizados, paradigmas em relação à

---

<sup>6</sup> Realidade foi uma revista brasileira lançada pela Editora Abril em 1966. Destacou-se por suas grandes reportagens com temas esmiuçados e por vezes polêmicos.

impessoalidade do jornalista com a fonte são quebrados, e há a desconstrução do lead, como analisa Necchi (2018, p.5).

O que hoje chamamos e classificamos como jornalismo literário, foi definido por Melo (1994, p. 34) como jornalismo diversional, que

engloba aqueles textos que, fincados no real, procuram dar uma aparência romanesca aos fatos e personagens captados pelo repórter. Entre os gêneros que integram o jornalismo diversional estão as histórias de interesse humano, as histórias coloridas, os depoimentos, etc. (MELO, 1994, p. 34).

Segundo o que aponta Erbolato (1991, p. 44), é neste gênero que o repórter busca sentir, viver e estar mais próximo do ambiente e dos obstáculos da história. É exigido deste repórter o dobro de atenção e visão ampliada, uma vez que este não pode se deter a entrevistas, informações e apurações levianas, mas sim explorar sentimentos, ressaltar os cenários, buscar evidenciar elementos que contribuam para a narrativa e ainda estar atento para os momentos de possíveis revelações.

O enfoque diversional deste novo “jeito” de fazer jornalismo, de acordo com Melo (1994, p. 34-25), está na utilização de artifícios literários em que a objetividade e, sobretudo, o distanciamento entre repórter e fonte, próprios da indústria cultural, foram postas de lado, se não abandonadas. Dentro do gênero foram então apresentadas, por Melo (1994), as categorias histórias de interesse humano e as histórias coloridas.

As histórias de interesse humano são caracterizadas, segundo o autor, como narrativas que primam pelo uso e exploração dos detalhes sobre protagonistas envolvidos em determinado acontecimento:

Recorrendo a artifícios literários, emergem dimensões inusitadas de protagonistas anônimos ou traços que humanizam os “olimpianos”. Apesar da apropriação de recursos ficcionais, os relatos devem primar pela “verossimilhança” sob o risco de perder a “credibilidade”. Destina-se a preencher os espaços ociosos dos aficionados por relatos jornalísticos (MELO; ASSIS, 2015, p. 75).

Seguindo a compreensão do autor, a visão sobre a história colorida é que ela se preocupa com os relatos do local, funcionando como uma espécie de releitura do cenário em que determinado episódio aconteceu. A narrativa utilizada neste formato “colorido” preserva

os detalhes e tenta mostrar, através de um repórter que se comporta como um observador afastado, o que muitas vezes não é visto “a olho nu” (MELO; ASSIS, 2015, p. 75).

Identificar e caracterizar o jornalismo diversional – que possuiu diversas nomenclaturas – é reconhecer o seu papel dentro do meio profissional e dar o crédito para os repórteres que vão além da informação essencial para a composição do lead, se atendo, muitas vezes, a questões de cunho social, ainda que o gênero ainda ocupe pouco espaço nos veículos.

É pequeno o espaço que o jornalismo diversional ocupa, pelo menos na imprensa diária e em algumas revistas especializadas. [...] O gênero oferece entretenimento junto com informação. A diversão, portanto, pode ser considerada um caractere do jornalismo, fazendo com que este não fiquem reservados somente nos conteúdos considerados “sérios” ou os textos redigidos em tom formal e desprovidos de qualquer tipo de atrativos. (ASSIS, 2015, p. 159).

## **2.2 A forma pelo formato: reportagem**

Reportagem trata-se de um formato jornalístico que trabalha com matérias que exigem a abordagem de assuntos mais complexos e que, conseqüentemente, necessitam de maior tempo de apuração e maior tempo para divulgação. Para Nilson Lage (2004) a principal característica da reportagem é um texto livre das “imposições” da pirâmide invertida, o que possibilita aos jornalistas uma liberdade e ousadia das palavras. A reportagem possibilita a ampliação dos fatos e garante ao receptor uma maior compreensão do fato descrito. Além de que, dá liberdade, supera os padrões e fórmulas convencionais de se tratar uma notícia.

Para Sodré e Ferrari (1986), a reportagem é um gênero jornalístico privilegiado, que tem como interesse maior a narração de fatos da realidade de uma forma muito mais detalhada. Através da reportagem se permite um mergulho maior no fato cotidiano, sem perder o intuito maior de informar.

Na notícia, quem se pronuncia são os fatos, as fontes envolvidas e as informações, o jornalista se mantém de forma mais discreta. Já a reportagem é mais abrangente. Investiga assuntos e preocupa-se em ser atual e oportuna, a fim de despertar o imaginário e a reação das pessoas. Segundo Lage (2004) a reportagem aborda assuntos, enquanto a notícia trata de fatos. Para a reportagem, interessa mais as relações que reatualizam os fatos.

A reportagem se diferencia de outros gêneros textuais jornalísticos tendo como características predominantes à forma narrativa, a investigação maior dos fatos narrados e a

humanização do relato. Necessitando de maior empenho dos jornalistas, por exigir um maior aprofundamento no tema, além de texto, a reportagem deve ser complementada com imagens, gráficos, entre outros atributos.

A busca aprofundada e o maior envolvimento do jornalista com o assunto e com as discussões humanas tornam esse tipo de jornalismo diferenciado. A reportagem passa então a ser a construção da história dos fatos, mas com maior profundidade nas informações antes trabalhadas pelas notícias.

Dessa forma, José Marques de Melo (2015, p.55) classifica o formato reportagem como o

relato ampliado de acontecimentos que produziu impacto no organismo social (desdobramentos, antecedentes ou ingredientes noticiosos). Trata-se do aprofundamento dos fatos de maior interesse público que exigem descrições do repórter sobre o “modo”, o “lugar” e “tempo”, além da captação das “versões” dos “agentes” (MELO, 2010, p. 55).

Portanto, a reportagem usa a criatividade para envolver o receptor trabalhando com pautas mais complexas que visam apontar causas, contextos e consequências.

Considerando suas características próprias há várias maneiras de classificar uma reportagem. Ela pode ser dividida por tipos, como sugere Nilson Lage (2004), que a divide em três gêneros: investigativa, interpretativa e novo jornalismo (jornalismo literário). A reportagem investigativa consiste na apuração de um fato que leva a outros, que serão revelados ao longo da investigação. O gênero interpretativo se dá a partir de um fato que será observado pelo critério metodológico. E o novo jornalismo utiliza a literatura para construir as situações e histórias que serão reveladas ao público.

## **2.3 A forma pela especificidade**

### **2.3.1 Jornalismo cultural**

O jornalismo desenvolveu nos últimos séculos um íntimo relacionamento com a cultura, essa entendida como as mais diversas formas de manifestações artísticas em todo o mundo. Neste contexto, Faro (2006, p. 7) acredita que o Jornalismo Cultural é “um território de práticas jornalísticas que tanto reiteram os signos, valores e procedimentos da cultura de

massa quanto discursos que revelam tensões contra-hegemônicas características de conjunturas históricas específicas”.

Diante desses processos históricos de relacionamento, em diversos momentos as atividades jornalísticas e culturais tem se encontrado quase de forma híbrida. Essa hibridização teve maior destaque ao longo do século 20. Hoje o desafio maior da cultura é não “ser reduzida ao mero entretenimento”(BREGANTINI Apud BALLERINI, 2015, p. 11).

### **2.3.1.1 A história da cultura no jornalismo**

Por ser uma trajetória de muitos anos e ter uma documentação escassa e de difícil acesso, o relacionamento entre a cultura e o jornalismo, é por vezes um quebra-cabeça incompleto (BALLERINI, 2015, p. 15).

Segundo Ballerini (2015), no mundo a data-chave para o início do desenvolvimento do jornalismo cultural foi a invenção do tipo mecânico móvel para impressão por Johannes Gutenberg, por volta de 1450, que se um marco para o jornalismo, uma vez que possibilitou a impressão e publicação de livros, poemas e textos teatrais.

No Brasil havia manifestações de jornalismo cultural antes mesmo da chegada da família Real Portuguesa, que ocorreu em 1808. Mas essas manifestações foram pouco preservadas e por isso, o nascimento oficial do jornalismo cultural em nosso país, se deu no século 19, mas foi só na metade do século que ganhou mais fôlego (BALLERINI, 2015, p.21).

### **2.3.1.2 O jornalismo cultural na atualidade**

Quando se fala em jornalismo cultural no século 21, se fala também em grandes desafios. Não é novidade dizer que os espaços para as artes estão sendo cada vez mais reduzidos. As razões são bem conhecidas: houve uma diminuição da quantidade de suplementos literários que circulavam nos fim de semana dos jornais e há quase uma inexistência de revistas dedicadas integralmente à literatura, por isso, essa área disputa espaço

com as demais e quase, se não sempre, sai em desvantagem. Segundo Ballerini (2015, p. 77) essa desvantagem ocorre por três motivos principais:

Primeiro porque estamos na era das imagens, ou melhor, da interação audiovisual. A palavra escrita, não imagética portanto, para ser um atrativo cada vez menor para as novas gerações. Em segundo lugar, porque a literatura não disputa apenas o espaço editorial dos cadernos culturais, mas também a atenção cada vez mais rarefeita do leitor – especialmente nas grandes cidades. O terceiro motivo é a própria produção do jornalismo literário, cada vez mais difícil e um tremendo desafio para os jornalistas (BALLERINI, 2015, p. 77).

Para Szantó (2007, p.42) “A cobertura de teatro, museus ou música clássica está cada vez mais frequentemente empacotada com artigos sobre estilos de vida, jardinagem, viagens e culinária. A cultura está cada vez mais embutida dentro de seções engraçadas e estilosas, nas quais se supõe que os leitores tenham mais interesse”.

### **2.3.2 Jornalismo de revista**

Dentre tantos veículos de comunicação, as revistas estão neste meio. Revistas cobrem funções sociais que estão além do reportar. Podemos caracterizá-las por recrear, trazer análise, reflexão e experiências de leitura. As revistas são capazes de promover a miséria do pensamento, erigir mitos, sustentar estereótipos e fomentar ideologias. Assim, podem comportar, em relação de justaposição, tolerância e negociação, o conhecimento e a cegueira, a consciência e a incompreensão (AZUBEL, p. 3, 2013).

Diferente de outros meios, as revistas são capazes de confirmar fatos e aprofundar histórias veiculadas por meios imediatos, devido a sua periodicidade. Nas revistas o jornalista tem mais tempo de elaborar a pauta, checar as informações e se aprofundar no tema. Mas esse meio noticioso não surgiu à toa. Segundo Scalzo (2011), a primeira revista de que se tem notícia foi publicada em 1663, na Alemanha, intitulada *Erbauliche Monaths-Unterredungen*, em brasileiro “Edificantes Discussões Mensais”(tradução nossa). Mas foi ao longo do século XIX, as revistas começaram a ganhar espaço, principalmente na Europa.

Com o aumento dos índices de escolarização, havia uma população alfabetizada que queria ler e se instruir, mas não se interessava pela profundidade dos livros, ainda vistos como instrumentos de elite e pouco acessíveis. Com o avanço tecnológico das

gráficas, as revistas se tornaram o meio ideal, reunindo vários assuntos em um único lugar e trazendo belas imagens para ilustrá-los. Era uma forma de fazer circular diferentes informações concentradas sobre os novos tempos, a nova ciência e as possibilidades que se abriam para uma população que começava a ter acesso ao saber (SCALZO, 2011, p. 20).

Inicialmente as revistas eram monotemáticas, ou seja, tratavam de um único assunto por título, mas com o tempo passaram a ser multitemáticas.

No Brasil, a chegada das revistas tem relação histórica com a economia do país. Quem trouxe as revistas ao Brasil foi a corte portuguesa. “A primeira, *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, aparece em 1812, em Salvador, na Bahia”(SCALZO, p. 26, 2011). A revista trazia discursos sobre costumes, virtudes, além de clássicos portugueses. Mas como todas as revistas da época, as revistas tinham características bem parecidas com as de livros.

No ano de 1928, nasce a revista que seria um dos maiores fenômenos editoriais brasileiros: *O Cruzeiro*<sup>7</sup>. No pós-guerra, surge outra revista de sucesso: *Manchete*<sup>8</sup>. Em 1966 é a vez da revista *Realidade* ganhar espaço. Diferente das demais, a revista é considerada uma das mais conceituadas de todos os tempos, uma vez que focava na reportagem e no jornalismo investigativo. Atualmente a revista *Veja*<sup>9</sup>, lançada em 1968, é a revista mais lida no Brasil (SCALZO, 2011, p. 30- 31).

A maior diferença da revista para outros meios é a periodicidade. Fatos que rendem notícias acontecem a todo o momento. Meios como TV, rádios, internet, publicarão o fato quase no momento em que ele se desdobra, mas e a revista? Aí entra o diferencial! Para as matérias de revista é sempre necessário se buscar outros ângulos do fato. “Nas revistas, a redação não treme. Ou treme bem menos. Se for para falar de terremoto, será necessário descobrir o que ninguém sabe sobre ele, explicá-lo de forma diferente” (SCALZO, 2011, p. 41).

É isso que a revista *Piauí*, tema do próximo tópico e objeto de análise do nosso trabalho faz com suas reportagens. Os assuntos são abordados através de várias visões e o fato ganha diversos desdobramentos.

---

<sup>7</sup> A revista criada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand estabelecia uma nova linguagem na imprensa nacional, por meio de grandes reportagens e dando uma atenção maior ao fotojornalismo.

<sup>8</sup> A revista, da Editora Bloch, seguindo os mesmos passos da *Cruzeiro*, valorizava muito os aspectos gráficos e fotográficos.

<sup>9</sup> Revista de distribuição semanal. Trata com mais frequência questões políticas, econômicas e culturais.

### 2.3.2.1 Revista Piauí

De acordo com informações retiradas da plataforma online (site) da revista, a *Revista Piauí* é uma publicação mensal é muito conhecida por “optar por um jornalismo com o privilégio do tempo”, como se qualificam em sua página da internet. A revista é editada pela Editora Alvinegra, e distribuída pelo Grupo Abril.

A *Piauí* foi idealizada fundada pelo documentarista João Moreira Salles em outubro de 2006. Com uma estrutura inovadora, em seu enredo, traz pautas pouco convencionais produzidas com narrativa ficcional. Opta também por abordar temas da contemporaneidade de uma maneira mais detalhada.

Mesmo nunca tendo assumido publicamente que segue o jornalismo literário, as matérias, produções e forma de narrativa retratam essa forma da publicação, explica o site Observatório da Imprensa.

Aliado ao caráter inovador e literário da revista, a diagramação e planejamento visual é voltada para uma maneira mais artística do que outras publicações costumeiras. Em sua maioria, as capas não trazem fotos nem manchetes, apenas ilustrações e o título das principais matérias.

Ainda segundo o site do Observatório da Imprensa, além de não seguir uma linha editorial definida, a *Piauí* possui um quadro de editorias mutáveis, tendo apenas algumas seções fixas. Outra característica da revista é a diagramação não é fixa, feita de acordo com o conteúdo de cada edição. Mas o maior diferencial da revista está em sua narrativa. As matérias da *Piauí* não seguem as normas utilizadas no jornalismo tradicional, como o lead por exemplo. O discurso utilizado na revista carrega marcas irônicas, poéticas e literárias.

### CAPÍTULO 3

#### A ANÁLISE ATRAVÉS DA ESTRELA DE SETE PONTAS

Esta pesquisa tem como objetivo analisar se há a presença de características literárias nas reportagens da Revista Piauí e se a mesma pode ser definida como uma revista voltada a produção de jornalismo literário. Visando uma forma de análise do fazer jornalístico empregado nessas reportagens, a metodologia utilizada na pesquisa será de análises através de categorias construídas para este fim, utilizando o conceito da Estrela de Sete Pontas cunhado pelo autor Felipe Pena. Dessa forma, a leitura dos conteúdos produzidos na revista passa a não ser somente objetiva e leiga, mas passa a ser conduzida e voltada a um olhar mais interpretativo, este apresentado por um especialista da área.

Com base no objeto de estudo da presente pesquisa, que trata da análise de uma amostragem de reportagens da revista Piauí, atenta-se para tarefa de verificar se esses conteúdos de fato atendem às demandas para serem caracterizados como sendo jornalismo literário, de acordo com sete características estabelecidas por Felipe Pena (2016).

Consideramos como sendo de extrema importância para a comunidade que a análise seja realizada a partir dos conceitos de Pena, realizando uma investigação mais profunda e precisa sobre o conteúdo das reportagens, para que, ao se afirmar se o conteúdo é ou não jornalismo literário, possa se ter mais certeza do que se afirma, com maior força de argumentação.

Para que de fato o conteúdo seja considerado jornalístico literário é necessário que o mesmo se enquadre dentro de características próprias do conceito. Por isso, os critérios de Pena serão fundamentais na construção da análise. Ao todo são aplicados sete critérios que explicam o que diferencia o jornalismo literário do jornalismo do dia a dia. Para Pena(2016), o conceito de jornalismo literário vai muito além de fugir das amarras da redação, se tornando um conceito muito amplo. Como cita “no dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar o peixe na feira” (PENA, 2016, p. 13).

Para Pena a estrela de sete pontas é definida como sete itens diferentes, que são imprescindíveis e formam um conjunto harmônico e místico, assim como uma estrela de fato é. Essas características serão descritas na tabela a seguir.

Tabela 1. Características do jornalismo literário defendidas por Pena (2016)

| Nº | Característica                                 |
|----|--|
| 01 | Potencializar os recursos do Jornalismo        |
| 02 | Ultrapassar os limites dos acontecimentos      |
| 03 | Proporcionar uma visão mais ampla da realidade |
| 04 | Exercitar a cidadania                          |
| 05 | Romper com as correntes do <i>lead</i>         |
| 06 | Evitar os definidores primários                |
| 07 | A busca da perenidade                          |

Fonte: Deise G. Pagotto, 2018.

### 3.1 Amostragem

Pela escolha do objeto, a pesquisa utiliza uma técnica de amostragem qualitativa. Nesta abordagem, “o termo utilizado para a parte da população de objetos estudados é *corpus*. [...] As formas obedecem a critérios conceituais e não levam em conta a representatividade do material” (HERSCOVITZ, 2010, p. 129).

A pesquisa se dará através da análise da amostragem intencional, sendo consideradas três reportagens de diferentes editorias, publicadas em diferentes meses do ano de 2018 na Revista Piauí. Como dito anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa é analisar se as reportagens divulgadas na Revista Piauí podem ser classificadas como jornalismo literário, de acordo com as categorias estabelecidas por Felipe Pena (2016).

A primeira reportagem escolhida é intitulada “Feliz ano velho” da editoria de política e foi publicada no mês de janeiro de 2018.

Figura 1. Reportagem Feliz ano velho



Fonte: Revista Piauí, 2018.

A segunda reportagem “O fim das cobaias” foi publicada no mês de fevereiro de 2018 e contempla a editoria geral.

Figura 2. Reportagem O fim das cobaias



Fonte: Revista Piauí, 2018.

A terceira e última reportagem escolhida é “O que significa morrer?” da editoria de saúde, publicada no mês de abril de 2018.

Figura 3. Reportagem O que significa morrer?



Fonte: Revista Piauí, 2018.

## CAPÍTULO 4

### ANÁLISE DAS REPORTAGENS DA REVISTA PIAUÍ

Neste capítulo será apresentada a descrição e análise do objeto de estudo deste trabalho, a partir das reportagens coletadas na Revista Piauí. A coleta dos textos jornalísticos obedeceu ao critério de seleção de amostragem intencional, sendo escolhidas reportagens de diferentes editorias e meses de 2018. A partir destas, procurar-se-á compreender o uso do jornalismo literário na produção dos textos jornalísticos.

Tabela 2. Amostragem das reportagens da Revista Piauí

| <b>Ano</b> | <b>Mês</b> | <b>Reportagem</b>       |
|------------|------------|-------------------------|
| 2018       | Janeiro    | Feliz ano velho         |
| 2018       | Fevereiro  | O fim das cobaias       |
| 2018       | Abril      | O que significa morrer? |

Fonte: Deise G. Pagotto, 2018.

#### 4.1 “Feliz ano velho”

A reportagem “Feliz ano velho”, da edição 136 da Revista Piauí, foi escrita pelo jornalista Fernando de Barros e Silva e se enquadra na editoria de política. Publicada no mês de janeiro de 2018, a reportagem aborda questões políticas em ano eleitoral.

O principal foco do texto é apresentar a população os nomes, até então divulgados pela mídia, que poderiam concorrer na eleição à presidência da república em outubro deste ano. A reportagem fala da história política dos possíveis candidatos á presidência, de partidos políticos e faz uma crítica ao momento de retrocesso (palavras do autor) que o Brasil vive.

##### 4.1.1 Análise

O primeiro parágrafo do texto escrito por Fernando de Barros e Silva, já inicia com a presença de uma das características do jornalismo literário: a quebra do *lead*.

“As portas da aeronave foram fechadas com atraso por motivos operacionais, alheios à nossa vontade.” A voz que chega pelo sistema de som do avião é impessoal e suave, como manda o protocolo. Não há pedido de desculpas, não há – sobretudo isso – responsabilidades. Os motivos do atraso são “operacionais” e “alheios à nossa vontade”. Estamos num mundo em que as coisas acontecem, ou deixam de acontecer, sem que ninguém tenha culpa. Estamos no Brasil. (SILVA, 2018).

Na sequência da narrativa outras características aparecem. No trecho apresentado a seguir, há o rompimento de uma característica marcante do jornalismo contemporâneo: a atualidade, assim a narrativa ultrapassa os limites do acontecimento cotidiano. Não há mais uma preocupação com as novidades, mas sim, os fatos relatados buscam proporcionar uma ampla visão da realidade, outra característica literária. (PENA, 2016, p.14).

Em 2016, enfim, o Brasil consumou algo no mínimo inusitado: o impeachment de um ex-presidente. Tal extravagância ficou visível no próprio dia em que o impedimento de Dilma foi ratificado pelo Senado, quando Renan Calheiros, então presidente da Casa, inventou aquela gambiarra institucional, mandando às favas a Constituição: Dilma perdia o mandato, mas não os direitos políticos. Uma vez defenestrada a presidente, os direitos políticos que passavam a importar, ou que importava cassar, não eram os dela, mas os do cara. Não que esse raciocínio estivesse na cabeça dos senadores. Não é assim que funciona. Estou sugerindo apenas que o truque de Calheiros se ilumina se for pensado como um sintoma, como ensina Freud. (SILVA, 2018).

Essa despreocupação com a atualidade é vista também em outros momentos do texto: o falar das eleições no Brasil em 2014; da presidente Dilma e de outros presidentes anteriores; de pesquisas realizadas durante os anos de mandato da presidenta; o impeachment de Collor; a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994; as notícias sobre a possível candidatura de Luciano Huck divulgada a partir da metade de 2017; as passeatas contra Dilma em 2015; o golpe militar de 1964; a eleição do presidente americano Donald Trump. O trecho a seguir também exemplifica o uso da característica:

“Pedido de intervenção militar racha passeata anti-Dilma na Paulista”, diz o *Estadão* em 15 de novembro de 2014, logo depois da eleição; “Manifestação no Rio mistura impeachment e golpe militar”, escreve o jornal *O Dia* em 15 de março de 2015; “Protestos contra Dilma coincidem com a data do golpe militar AI-5”, estampa o *Valor Econômico* em 12 de dezembro de 2015. Os exemplos poderiam se multiplicar. Há mal-estar, há eventuais enfrentamentos, mas não há incompatibilidade plena entre a massa verde-amarela e os nostálgicos do regime autoritário. Eles se toleraram. (SILVA, 2018).

Seguindo a análise da narrativa, embora haja pouco uso de fontes, a fonte que aparece mostra a presença de mais uma das características literárias defendidas por Pena (2016). O autor do texto, Fernando de Barros e Silva, evita os definidores primários, ou seja, os famosos entrevistados de plantão. Fernando deixa de lado as fontes oficiais e utiliza a opinião de uma fonte anônima, a aeromoça, que possui um próprio ponto de vista sobre a pauta em questão.

“A aeromoça reaparece novamente para dizer, com a mesma serenidade protocolar, que algo deu errado, mas ninguém é culpado por isso: “A democracia brasileira está sendo asfixiada por motivos operacionais, alheios à nossa vontade”.” (SILVA, 2018).

Diferente das reportagens jornalísticas atuais, o texto “Feliz ano velho” faz uma abordagem maior do tema que é algo de grande relevância. Costumeiramente, temas como política são abordados de forma fragmentada, sem muito aprofundamento. Os fatos vão sendo contados com o desenrolar das histórias, já na reportagem, a partir da análise, podemos notar que o autor Fernando faz o uso de técnicas narrativas do jornalismo diário, mas constrói novas estratégias profissionais para conseguir realizar uma apuração mais rigorosa e ampliar o fato.

Por se tratar de um tema social e que envolve diretamente o cidadão brasileiro, outra característica apontada por Pena (2016) é facilmente reconhecida. O exercício da cidadania é muito presente na narrativa. A escolha do tema e a forma que é abordado contribui de forma positiva para a formação do leitor. Em toda a narrativa, relatos, fatos e acontecimentos, mostram a história brasileira na política. Seguindo este mesmo quesito, a perenidade do texto é algo certo. Tudo o que informa e acrescenta ao leitor conhecimento de certa forma se torna perene.

## **4.2 “O fim das cobaias”**

A reportagem “O fim das cobaias” que faz parte da editoria geral, foi publicada na edição 137 da Revista Piauí, no mês de fevereiro de 2018. O texto é escrito pelo jornalista Roberto Kaz.

“O fim das cobaias” traz à tona questões humanitárias. De cunho científico, a reportagem aborda a possibilidade de se deixar de sacrificar animais em nome da ciência, ou seja, de usar animais como cobaias, para testes e experimentos científicos principalmente de medicamentos que posteriormente poderão ser utilizados por pessoas.

### **4.2.1 Análise**

Como na reportagem anterior, embora sejam de diferentes editorias, o primeiro parágrafo do “O fim das cobaias” também inicia de forma diferente do que é visto no jornalismo diário. Ou seja, não há o uso de uma fórmula pronta para o início da narrativa. O modo de iniciar o texto rompe com as correntes do *lead*.

Alguém aqui é ativista?”, perguntou o biólogo Octavio Presgrave para os nove alunos à sua frente, que se entreolharam em silêncio. “Só por curiosidade. Eu me dou bem com eles.” Era uma terça-feira de julho do ano passado na Fundação Oswaldo Cruz, centro de referência em biologia e saúde pública localizado no Rio de Janeiro. Presgrave ministrava a primeira aula de um curso sobre métodos alternativos ao uso de cobaias, parte de um mestrado profissional em ciência de animais de laboratório (KAZ, 2018).

Na sequência da narrativa já há a presença de outra característica presente no conceito de estrela de sete pontas de Pena(2016). O autor usa características próprias do jornalismo diário, mas desenvolve-as, construindo estratégias próprias para contar a história e levar o leitor a compreender o assunto abordado no texto. Essa característica fica explícita nos trechos a seguir:

“Sou biólogo, trabalho há 32 anos com métodos alternativos”, explicou, enquanto usava um controle remoto para projetar imagens numa tela, para onde se voltavam todas as atenções. Mencionou um projeto de lei federal que visa proibir o uso de animais em pesquisa de cosméticos (“É um erro”), e depois resumiu, de forma breve, os passos que levaram às tentativas recentes de reduzir o uso de cobaias em laboratório (“Foi só no século XVIII que se colocou em questão, pela primeira vez, se os animais sofriam”). (KAZ, 2018).

A sala, pequena, era decorada com uma espécie de anúncio, em forma de pôster, onde se viam as imagens de 21 camundongos comercializados por um laboratório americano. Do lado de fora, no corredor, havia outro cartaz – dessa vez celebrando as quatro “Maravilhas da Engenharia”. A primeira era a Estátua da Liberdade. A segunda, o Big Ben, e a terceira, um pagode japonês. A quarta e derradeira “maravilha” era um camundongo da raça Black-6 – de longe, a mais usada em pesquisa laboratorial. (KAZ, 2018).

Nos próximos parágrafos o autor se dedica a mostrar para o leitor de onde vem a ideia de usar animais como cobaias de experimentos que posteriormente serão utilizados por seres humanos. O uso desses relatos ultrapassa o limite do cotidiano e cria uma visão mais ampla da realidade, terceira característica apresentada por Pena (2016). No primeiro trecho, apresentado a seguir, há a presença do rompimento com a atualidade. Já o segundo trecho amplia o conhecimento da realidade, uma vez que contextualiza a informação da forma mais abrangente possível.

“Sou fã de Darwin”, continuou Presgrave, em tom de piada. “Mas ele teve culpa ao apontar a proximidade entre humanos e outros animais.” A ideia de continuidade entre as diversas espécies, tal como descrita pelo naturalista inglês, ajudou a impulsionar as pesquisas com bichos a partir do século XIX. Camundongos, ratos,

cachorros e outros mamíferos passaram a ser usados em testes laboratoriais, a fim de saber se certas substâncias serviriam aos seres humanos. (KAZ, 2018).

O remédio para a dor de cabeça, a vacina contra a gripe, o repelente contra o mosquito, o soro para a picada de cobra. O antialérgico, o antitérmico, o anti-inflamatório, o antibiótico. O Dorflex, o Rivotril, o Sonrisal, o Neosoro, o Viagra. Todo remédio disponível no mercado – da pomada mais simples ao mais pesado quimioterápico – só chegou às prateleiras das farmácias porque foi testado, antes, em milhares de animais. Para testar um remédio em um bicho, é preciso inoculá-lo com a doença (ou ao menos induzir algum sintoma). Como saber se uma substância reduz a obesidade? Tornando um camundongo obeso por manipulação genética. Como saber se um analgésico alivia a dor? Colocando um rato sobre uma chapa quente, para que ele sinta dor. Como testar um fármaco contra o vício em cocaína? Viciando um macaco em cocaína. (KAZ, 2018.)

Outro fator a ser analisado é que quase toda a reportagem se constrói a partir de falas e conhecimentos produzidos por diversos cientistas e biólogos. Nesse quesito há a presença de outra característica defendida por Pena (2016), o uso de fontes comuns.

Por se tratar de um tema amplamente discutido por diferentes pessoas, algumas por vezes sem ligação direta com a área da ciência, o uso de animais como cobaias gerou e continua gerando muita polêmica. No entanto, por ser um assunto que gera debate, existe a clareza de que o conteúdo produzido por Kaz (2018) seguirá sendo uma narrativa permanente para conhecimentos futuros nessa área. De forma clara, minuciosa e contextualizada o autor/jornalista exerce o seu papel com a sociedade que é de contribuir com a formação do leitor.

### **4.3 “O que significa morrer?”**

A reportagem ‘o que significa morrer?’, publicada na edição 139 da Revista Piauí, faz parte da editoria de saúde. Publicada no mês de abril de 2018, o texto foi escrito pela jornalista Rachel Aviv.

Na reportagem o foco central é a morte cerebral. Mais precisamente, é abordada a história de uma mãe que busca provar que a sua filha está viva, mesmo diante de uma morte cerebral, pondo em jogo o que de fato significa morrer. Na narrativa diversas abordagens são expostas.

### 4.3.1 Análise

A reportagem de Rachel Aviv inicia com a história de Jahi McMath, uma moça de 13 anos, que passaria por uma cirurgia de amígdalas. Essa era a primeira cirurgia pela qual a menina estaria se submetendo, mas para o Doutor Frederick Rosen, era mais uma de muitas que já havia realizado. Logo no início, um dos sete conceitos de Pena (2016) aparece, que é a quebra do *lead*, no primeiro parágrafo, quando Rachel abre o texto contextualizando-o:

Antes de se submeter a uma cirurgia de amígdalas, Jahi McMath, uma garota negra de 13 anos, moradora de Oakland, na Califórnia, perguntou ao dr. Frederick Rosen quais eram suas qualificações. “Quantas vezes o senhor já fez essa cirurgia?” Centenas de vezes, o médico respondeu. “E dormiu bem essa noite?” Sim, tinha dormido bem. Nailah Winkfield, a mãe de Jahi, deu corda para ela continuar sua pesquisa. “É seu corpo”, disse. “Fique à vontade para perguntar o que quiser”. (AVIV, 2018).

Enquanto conta a história de Jahi, antes e depois da realização da cirurgia, o texto de Rachel (2018) demarca outras duas características do conceito proposto pelo autor. A primeira é a potencialização de recursos jornalísticos, que é vista por Pena (2016) como a criação de novas estratégias narrativas (apuração rigorosa, observação atenta, capacidade de se expressar claramente), a partir do conhecimento adquirido anteriormente no jornalismo diário. A segunda é ultrapassar os limites do cotidiano, ou seja, não há uma preocupação em trazer dados atuais e periódicos e também não se trata de notícias corriqueiras a que estão habituados os leitores como taxa de juros, sessões políticas, agricultura. Os trechos abaixo denotam as características:

Jahi não queria ser operada de jeito nenhum, mas a mãe jurou que a cirurgia melhoraria sua qualidade de vida. A adolescente, que sofria de apneia do sono, ficava cada vez mais exausta e dispersiva na escola. Roncava tão alto que sentia vergonha de dormir na casa de alguma amiga. Nailah havia criado quatro filhos sozinha, e Jahi, a segunda, era a mais atormentada. Quando via alguma notícia na televisão sobre guerras em outros países, perguntava baixinho: “Vai chegar aqui?” As colegas caçoavam por ela ser “troncudinha”. Jahi não protestava. Uma ou outra vez, Nailah foi até a escola pedir aos professores que controlassem os demais alunos. (AVIV, 2018).

Como todos os estados norte-americanos, a Califórnia segue uma versão do Uniform Determination of Death Act, de 1981, a lei que regulamentou e uniformizou a definição de morte e estabeleceu que está morto todo indivíduo que tiver sofrido “cessação irreversível da totalidade das funções do cérebro como um todo, incluindo o tronco cerebral”. Na Califórnia, a lei exige que os hospitais permitam “um período

razoável de acomodação” antes de desconectar o respirador – longo o bastante para permitir que a família se reúna, mas não a ponto de negligenciar “as necessidades de outros e eventuais pacientes igualmente necessitados de cuidados urgentes”. (AVIV, 2018).

Além destes dois trechos, as características ainda aparecem outras vezes durante a reportagem. Uma delas é quando há a contextualização breve da história e das primeiras investigações sobre mortes cerebrais.

Até a década de 60, a única maneira de morrer era por falência cardiorrespiratória. A ideia de que a morte poderia ser diagnosticada a partir do cérebro só surgiu depois do advento do respirador mecânico, que permite o que à época ficou conhecido como “tratamento de oxigênio”: enquanto o sangue carregar oxigênio até o coração, este pode continuar batendo. Em 1967, Henry Beecher, renomado bioeticista da Faculdade de Medicina de Harvard, escreveu a um colega que “seria bastante desejável que um grupo da Universidade de Harvard chegasse a alguma conclusão razoável quanto a uma nova definição para a morte”[...]. (AVIV, 2018).

Ainda voltado à análise de ruptura/ ultrapassagem dos limites do cotidiano, outro momento que a característica é apresentada é quando o texto conta a história de um menino que também teve inicialmente o diagnóstico de morte cerebral.

Em 1992, Shewmon foi solicitado a dar um parecer no caso de um garoto de 14 anos que, depois de cair do capô de um carro em movimento, teve sua morte cerebral atestada. A família do garoto era religiosa e insistiu que ele fosse mantido num respirador. Os médicos, certos de que o coração não aguentaria muito tempo, atenderam ao pedido. O rapaz sobreviveu por 63 dias e entrou na puberdade. “Esse caso contrariou tudo que me haviam ensinado sobre a abrangência e a iminência do colapso so-mático na morte cerebral”, Shewmon escreveu mais tarde. “Ele me obrigou a repensar a questão toda.” (AVIV, 2018).

Em seguida, a narrativa faz uma retomada nos estudos de diversos médicos pesquisadores sobre suas visões de morte. O texto traz divergências e alguns pontos em comuns debatidos pelos pesquisadores. O trecho a seguir é demonstrativo:

Nos doze anos seguintes, 27 estados norte-americanos reescreveram suas definições de morte para adequá-las às conclusões da comissão de Harvard. Milhares de vidas foram prolongadas ou salvas a cada ano graças à declaração de morte cerebral de pacientes – uma definição de morte que acabou sendo adotada no Reino Unido, no Canadá, na Austrália e em boa parte da Europa. Agora esses pacientes podiam doar seus órgãos. O filósofo Peter Singer descreveu a nova definição como “um conceito tão desejável em suas consequências que seria impensável abrir mão dele, e tão

precário em seu embasamento que mal se pode apoiá-lo”. A nova morte era “uma escolha ética disfarçada de fato médico”, escreveu. (AVIV, 2018).

Aqui, já é possível perceber a terceira característica proposta por Pena para o jornalismo literário: a ampla visão da realidade, que se trata do aprofundamento exaustivo do fato. Ampla visão da realidade não pode ser compreendida como sinônimo de visão de mundo, mas sim da incansável busca do repórter atrás das informações que tragam o melhor contexto possível e possam situar o leitor sobre os fatores envolvidos (PENA, 2015, p. 14).

Além desses trechos sobre as visões dos pesquisadores é possível afirmar que a reportagem também proporciona uma ampla visão da realidade pela apuração, pelas histórias contadas, pela contextualização de outros assuntos como, por exemplo, a religião, ao fato. Cada fato contado remete e vai ao encontro da pauta em questão abordada, que se a morte cerebral pode ser de fato considerada morte ou não, através da história de Jahi McMath.

O texto tem como protagonista Jahi, mas ao longo do texto outras pessoas ganham “voz”. Esse fator, de buscar utilizar a fala de pessoas “comuns” corresponde à outra conceituação de Pena (2016), que é de evitar os definidores primários, ou seja, as fontes que sempre têm voz nos veículos de comunicação.

Essa característica fica evidente quando a jornalista dá voz ao tio de Nailah, Omari Sealey:

“O irmão mais novo de Nailah, Omari Sealey, passou a dormir junto ao leito da sobrinha, para ter certeza de que não “acabariam com ela”. Disse: “Senti que a vida dela não valia muito para eles. Era como se tentassem nos enxotar dali.”” (AVIV, 2018).

Além deste trecho, a característica de evitar os definidores primários aparece outras vezes ao buscar fontes que não eram ditas oficiais, mas se tornaram importantes para o desenrolar da narrativa, como: a mãe de Jahi, Nailah Winkfield; a avó de Jahi, Sandra Chatman; uma médica negra, Sharon Willians, entre outras fontes.

Os outros dois fatores propostos por Pena (2016) para definir o jornalismo literário, que são a perenidade e o exercício da cidadania, ficam explícitos pelo contexto social que envolve a narrativa. O tema morte cerebral é de relevância social e é algo muito pouco debatido e conhecido pela sociedade. Muitas pessoas desconhecem o surgimento das visões e os modos de entender a morte em diferentes países. Na reportagem de Rachel, há a abordagem dos diferentes entendimentos, desde a classe médica até a área da religião.

Weisbard já havia atuado como diretor jurídico assistente na Comissão Presidencial que tratara da questão da morte e, como Wikler, sentia-se desconfortável com o resultado. “Penso que as pessoas que se debruçaram conceitualmente e em profundidade sobre a questão da morte cerebral têm um QI bastante elevado, valorizam enormemente a própria capacidade cognitiva – gente que acredita que a capacidade de pensar, planejar e agir é o que dá sentido à vida. Mas há uma outra tradição que dá ênfase maior ao corpo.” O conceito de morte cerebral é rejeitado pela população indígena norte-americana, por muçulmanos, protestantes evangélicos e judeus ortodoxos. A ideia também é vista com ceticismo no Japão, o que se deve em parte à desconfiança na autoridade médica. O primeiro transplante de coração realizado no Japão, em 1968, tornou-se um escândalo nacional – não era evidente que o doador não poderia se recuperar, nem que o receptor (que morreu logo em seguida) precisasse de fato de um coração novo. Depois disso, o país jamais adotou uma lei abrangente que determinasse que a morte cerebral equivalia à morte do ser humano. Weisbard, um judeu praticante, disse não concordar que “comunidades minoritárias deveriam ser forçadas a aceitar uma definição da morte que viola suas crenças, práticas religiosas e seus sentidos”. (AVIV, 2018).

Por isso, a reportagem “O que significa morrer?” carrega a característica de perenidade, uma vez que se aprofunda nos fatos, deixando de lado a superficialidade de alguns relatos cotidianos. (PENA, 2016, p.15).

## CAPÍTULO 5

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após descrever e analisar as três reportagens de diferentes editoriais da Revista Piauí, que constituem a amostragem deste estudo, é possível destacar, em primeiro lugar, que a Revista Piauí mensal se preocupa com a publicação de matérias de interesse público, caracterizando-se em primeiro lugar como jornalismo. Em todas as reportagens analisadas percebe-se que os assuntos são voltados ao cotidiano e abordam temas que geram discussão e estão ligados direta ou indiretamente aos leitores, assim cumprindo o dever de exercitar a cidadania.

Podemos notar nas reportagens também o maior uso de fontes não oficiais, ou seja, de pessoas comuns, que embora às vezes não tenham uma formação sobre o assunto abordado, tem opinião e podem sim colaborar com o desenvolvimento do texto e daquele tópico. Além disso, a valorização das fontes não oficiais faz com que o leitor se identifique com o material lido, assim encontrando outras razões para continuar lendo o material produzido pela revista.

Ainda, é possível identificar a preocupação com o conteúdo das reportagens. Nota-se que há uma apuração mais rigorosa e uma observação atenta aos fatos narrados. Para tanto, se faz necessário um tempo maior de produção do conteúdo, o que demonstra uma ruptura com o *deadline*. Assim, nota-se que as reportagens visam contextualizar a informação da forma mais abrangente possível.

Dessa forma, tendo como base os estudos teóricos acerca do jornalismo literário e também a análise realizada a partir das categorias de Pena (2016), é possível chegar ao alcance do objetivo geral deste trabalho. Por obedecerem às características apresentadas no conceito de Estrela de Sete Pontas, pode-se afirmar que as reportagens retiradas da Revista Piauí, objeto de estudo dessa pesquisa, caracterizam-se como jornalismo literário através da visão de Pena (2016).

Respondendo-se, portanto, o problema de pesquisa proposto para este estudo, acredito que os objetivos da pesquisadora, de apresentar um conteúdo relevante dentro do campo do conhecimento científico e que possa contribuir para o aprendizado acadêmico, foram alcançados. O que almeja-se é que este estudo possa servir como base para futuras investigações neste campo, compreendendo que o mesmo não esgota-se aqui, mas que muito mais ainda pode derivar do mesmo.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Francisco de. *Gênero Diversional*. In: ASSIS, Francisco de; DE MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.
- AVIV, Rachel. *O que significa morrer?*. Revista Piauí, 2018. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-que-significa-morrer/>>. Acesso em: 11 junho 2018.
- AZUBEL, Larissa L.R. *Jornalismo de revista: um olhar complexo*. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/58942/64212>>. Acesso em 17 de abril 2018.
- BALLERINI, Frantiesco. *Jornalismo Cultural no século 21*. São Paulo: Summus, 2015.
- BORGES, Rogério. *Teoria e análise*. Florianópolis: Insular, 2013.
- CANIÇALI, Daniela. *O jornalismo que procedeu e inspirou a revista piauí*. Ufrgs, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/o-jornalismo-que-procedeu-e-inspirou-a-revista-piaui>>. Acesso em: 16 abril 2018.
- CAPOTE, Truman. *A sangue frio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex (Coord.). *Jornalismo e literatura, a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904 – 2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- COSTA, Lailton Alves da. *Gêneros jornalísticos*. In: ASSIS, Francisco de; MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986.
- DINIZ, Lilia. *Piauí uma revista sem gravata*. Observatório da Imprensa, 2007. Disponível em: <[observatoriodaimprensa.com.br/caderno-dacidadania/piaui\\_uma\\_revista\\_sem\\_gravata](http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-dacidadania/piaui_uma_revista_sem_gravata)>. Acesso em: 16 abril 2018.
- ERBOLATO, Márcio L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática S.A., 1991.
- FARO, J.S. *Nem tudo o que reluz é ouro*. Contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural, 2006. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewFile/3871/3384>>. Acesso em: 16 de abril 2018.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. In: COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Ática S.A., 1993.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

KAZ, Roberto. *O fim das cobaias*. Revista Piauí, 2018. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fim-das-cobaias/>>. Acesso em: 11 junho 2018.

LAGE, Nilson. *Reportagem : teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 4Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Edvaldo P. *Memória do futuro: Jornalismo literário avançado no século XXI*. Disponível em: <<http://edvaldopereiralima.com.br/index.php/jornalismo-literario/artigos/212-memoria-do-futuro-jornalismo-literario-avancado-no-seculo-xxi>>. Acesso em: 15 abril 2018.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

MARTINEZ, Monica. *Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas*. In: INTERCOM, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2017.

MEDEL, Manuel A. Vázquez. *Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências*. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. *Gêneros jornalísticos: repensando a questão*. Disponível em: <<http://www.thaisabueno.com.br/wp-content/uploads/2016/01/01-textonovogenero-1.pdf>>. Acesso em: 05 de abril 2018.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro*. In: ASSIS, Francisco de; MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. *Gêneros Jornalísticos no Brasil*. 2 Ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

NECCHI, Vitor. *A (im)pertinência da denominação “jornalismo literário”*. Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0527-1.pdf>>. Acesso em: 17 abril 2018.

PENA, Felipe. *Jornalismo Literário*. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

PIZA, Daniel. *Jornalismo e literatura: dois gêneros separados pela mesma língua*. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

QUISTER, Ezequiel S.; NICOLATO, Roberto. *Os Procedimentos do Jornalismo Literário na Revista Piauí*. Intercom, 2013. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/145467730/Os-Procedimentos-do-Jornalismo-Literario-na-Revista-piaui>>. Acesso em 16 de abril 2018.

RIBEIRO, Daniela Costa. *As novas tecnologias de comunicação e as transformações no processo de produção televisiva*, 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14557.pdf>>. Acesso em: 17 de abril 2018.

ROCKENBACH, Fábio Luis. *Gabriel García Márquez entre a ficção e a reportagem*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

SATO, Nanami. *Jornalismo, literatura e representação*. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 4 Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SCLIAR, Moacir. *Jornalismo e literatura: a fértil convivência*. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

SILVA, Fernando Barros e. Feliz ano velho. *Revista Piauí*, 2018. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/feliz-ano-velho/>>. Acesso em: 11 junho 2018.

SODRÉ, Muniz; FERRARRI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a Narrativa Jornalística*. 7 Ed. São Paulo: Summus, 1986.

SZANTÓ, Andrés. *O quadro ambíguo*. In: LINDOSO, Felipe. *Rumos do Jornalismo Cultural*. São Paulo: Summus, 2007.

TALESE, Gay. *Fama e anonimato*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

UNGARETTI, Wladimir. *A Literatura como forma de resistência*. Ponto de Vista, 2001. Disponível em: <<http://www.pontodevista.jor.br/resistencia.html>>. Acesso em: 12 abril 2018.

WOLFE, Tom. *El nuevo periodismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, S. A., 1976. Disponível em: <[http://galaxiacapote.com.ar/pagina4/textoscriticos/Wolfe\\_Tom\\_El\\_nuevo\\_periodismo.pdf](http://galaxiacapote.com.ar/pagina4/textoscriticos/Wolfe_Tom_El_nuevo_periodismo.pdf)>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

## ANEXOS

### Reportagem 1:

#### FELIZ ANO VELHO

Em torno do retrocesso brasileiro  
FERNANDO DE BARROS E SILVA

As portas da aeronave foram fechadas com atraso por motivos operacionais, alheios à nossa vontade. A voz que chega pelo sistema de som do avião é impessoal e suave, como manda o protocolo. Não há pedido de desculpas, não há – sobretudo isso – responsabilidades. Os motivos do atraso são “operacionais” e “alheios à nossa vontade”. Estamos num mundo em que as coisas acontecem, ou deixam de acontecer, sem que ninguém tenha culpa. Estamos no Brasil.

Passageiro frequente da ponte aérea Rio-São Paulo há seis anos, desde que comecei a trabalhar na piauí, devo ter ouvido essa ladainha da comissária de bordo algumas dezenas de vezes. Não saberia dizer a partir de que momento essas explicações que nada explicam grudaram na minha mente.

O fato é que a cada atraso passei a esperar, com certo prazer infantil, o momento em que a empresa encena dar satisfações ao cliente. Desde então, enquanto a moça uniformizada se desincumbe de seu script, do assento eu vou recriando mentalmente os meus próprios pronunciamentos: “O país chegou a essa situação por motivos operacionais, alheios à nossa vontade”; “Estamos nessa merda infinita por motivos operacionais, alheios à nossa vontade.” E por aí eu decolo, com pequenas variações, a depender do humor do dia (e do tamanho do atraso).

Quando pensei neste texto, antes que o Judiciário se pronunciasse sobre a data do julgamento de Lula, o primeiro título que me ocorreu foi “2018, o golpe que não terminou”. No entanto, embora me agradasse (a ponto de eu insistir em anunciá-lo aqui, depois de tê-lo abandonado), ele logo me pareceu condescendente com Lula e com o PT. Ele diz a verdade. Mas não diz toda a verdade.

Começo pela ressalva: com a narrativa do golpe, os petistas pretendem transformar Lula no verdadeiro “isentão” do país. Foi com essa alcunha que a militância do partido carimbou e perseguiu nas redes sociais os que não foram às ruas ou hesitaram em defender

Dilma publicamente durante o impeachment. Como se alguém simpático à esquerda não tivesse o direito de ter dúvidas nem razões de sobra para estar perplexo com o desassombro com que se roubou o Estado nos governos do PT.

Isento, segundo o Houaiss, pode ser o sujeito “neutro, imparcial, que não se deixa seduzir”. Mas pode ser também aquele que “se encontra eximido, livre, desembaraçado, limpo de culpa”, coisa que Lula talvez imagine ser quando, por exemplo, diz desconfiar das acusações contra Sérgio Cabral, como fez recentemente.

A despeito disso, desde a destituição “mandrake” de Dilma Rousseff, o que de certa forma está no horizonte das intenções de todos que dela participaram, ou quase todos, é a inviabilização política de Lula. É esse o ponto de fuga do quadro que passou a se desenhar em 2015 e a questão decisiva que se coloca para o país na sucessão presidencial.

Óbvio que o PIB e as forças verde-amarelas que em torno dele se organizaram queriam, antes de tudo, se livrar do pesadelo que Dilma e seu governo passaram a representar para o país. A economia quebrou, a presidente não tinha, na verdade nunca teve, capacidade mínima de articulação política, os escândalos da “petrolândia” começaram a jorrar por todos os lados logo depois da reeleição – tudo isso é sabido. Mas, para além desse pesadelo, havia um fantasma. Foi também contra ele – esse fantasma ancestral, anterior à crise dilmista – que muita gente de bem se insurgiu.

2016, enfim, o Brasil consumou algo no mínimo inusitado: o impeachment de um ex-presidente.

Tal extravagância ficou visível no próprio dia em que o impedimento de Dilma foi ratificado pelo Senado, quando Renan Calheiros, então presidente da Casa, inventou aquela gambiarra institucional, mandando às favas a Constituição: Dilma perdia o mandato, mas não os direitos políticos. Uma vez defenestrada a presidente, os direitos políticos que passavam a importar, ou que importava cassar, não eram os dela, mas os do cara. Não que esse raciocínio estivesse na cabeça dos senadores. Não é assim que funciona. Estou sugerindo apenas que o truque de Calheiros se ilumina se for pensado como um sintoma, como ensina Freud.

Que a saída de Dilma tenha paradoxalmente dado sobrevida ao fantasma é algo que a crônica política vem repetindo faz algum tempo, com razão. O ônus do desastre econômico foi transferido para os bucaneiros do PMDB e seus agregados – a estrada ficou livre para que Lula se reinventasse, ou, antes, buscasse reatar os pontos entre o presente e suas origens: como um saltimbanco, ele passou a percorrer o país no papel de vítima das elites e animador das massas estropiadas. Embora o número seja velho, isso ele sabe fazer.

É evidente também que a ressurreição de Lula está ligada à total ausência já não digo de popularidade, mas de empatia deste governo. Com exceção dos editorialistas do *Estadão*, ninguém gosta de Michel Temer. O governo que ele comanda é obsceno. Primeiro, pelas razões sabidas: escolham entre o jogo de malas de Geddel e a mala com rodinhas de Rocha Loures, o mordomo do mordomo deste filme de terror. Mas é obsceno também pela razão que o torna palatável aos olhos do mercado. A agenda liberal patrocinada por Temer só seria legítima com o lastro do voto. Nas atuais circunstâncias, ela serve de âncora para um governo espúrio, que troca sua impunidade pelos serviços e favores que vai prestando no atacado aos donos do dinheiro, ao mesmo tempo que barganha no varejo com os picaretas de sempre do Congresso. Parece simplista? Eu gostaria que fosse mais complexo. (Não estou sugerindo que o país não precise de reformas. Pessoas de esquerda e sensatas que entendem de economia – são poucas – não ignoram a necessidade de que as regras da Previdência sejam alteradas, para dar um exemplo).

Chegamos, enfim, ao ano da eleição. E chegamos com Lula na condição de cabra marcado para morrer. Não nas urnas, em outubro, onde seria aceitável vê-lo ganhar ou perder, mas bem antes, pelas mãos dos três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre.

Como se sabe, os magistrados marcaram o julgamento para 24 de janeiro, encurtando os prazos que eles mesmos vinham observando para examinar os autos nas decisões relativas ao petrolão. A não ser no caso de uma surpresa, o TRF-4 deverá confirmar a sentença do juiz Sérgio Moro, que condenou Lula a nove anos e seis meses de prisão no rumoroso caso do tríplice do Guarujá. Também é quase certo que haverá divergências entre os três juízes no que tange à dosimetria da pena (quanto de cana, em que condições etc.), mas o fundamental é que, condenado em segunda instância, Lula estará inelegível pela Lei da Ficha Limpa.

A partir daí, sob o aspecto legal, sua candidatura ainda pode seguir respirando por aparelhos. Lula e o PT terão à disposição uma série de recursos judiciais que, em tese, caso não surja uma nova manobra para encurtar de vez a novela, lhes permitirão formalizar a candidatura à Presidência a partir de 20 de julho, conforme manda o calendário eleitoral. O imbróglio passaria então para as mãos do Tribunal Superior Eleitoral e até, possivelmente, do Supremo Tribunal Federal, sem que se possa dizer com absoluta certeza que estará decidido antes do primeiro turno da eleição, em 7 de outubro.

Tudo somado, Lula se parece com o Malandro de Chico Buarque: O cadáver do indigente/é evidente que morreu/e no entanto ele se move/como prova o Galileu.

Aos olhos dos seguidores de Sérgio Moro, o ex-presidente já é faz tempo um presunto, de pé junto, e com chulé, mas ainda falta combinar isso com o povo. Quando se olha para a pesquisa de intenções de votos do Datafolha divulgada no início de dezembro, além do fato de Lula liderar a corrida presidencial em todos os cenários, em primeiro e segundo turnos, o que chama a atenção é a faixa do eleitorado que quer vê-lo no Planalto mais uma vez. Os mais pobres, para resumir.

Entre os que têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos (1 930 reais, equivalente a praticamente metade da população brasileira), Lula alcança 47% das preferências. No Nordeste, hoje ele seria eleito no primeiro turno – tem até 58% das intenções de voto na região, a depender do cenário analisado.

O cientista político André Singer destacou esse corte de classe numa de suas colunas recentes na *Folha*, intitulada “Lulismo e antilulismo”. A rejeição a Lula, lembrou Singer, que em março de 2016, às vésperas do impeachment de Dilma, chegou a ser encampada por 49% da população mais pobre, hoje refluíu para 27% nessa mesma faixa de renda, enquanto entre os mais ricos ela permanece altíssima, na casa dos 63%. A conclusão de Singer é que “rara vez o popular e o antipopular se confrontaram com tanta nitidez na história do país”.

Singer seria o primeiro a admitir que tem lado nesse confronto. Mas todo mundo, em alguma medida, tem lado – ninguém é neutro em matéria de política. A questão reside, muito mais, na maneira de lidar com isso. Digamos que a distinção que importa no debate intelectual se dá entre, de um lado, as pessoas que dizem o que pensam e pensam o que dizem, e, de outro, aquelas acostumadas a subordinar o que dizem e o que pensam a conveniências políticas ou missões partidárias. É isso, basicamente, que distingue um intelectual de um ideólogo. É isso, para não fugir do ringue, que diferencia André Singer de Marilena Chaui – ainda que ambos sejam quadros oficialmente vinculados ao PT. Fim da digressão.

A constatação de que Lula está encarnado no campo popular – e que isso deve significar alguma coisa pouco trivial num país com abismos de classe tão colossais – faz com que seu provável banimento da disputa eleitoral pela via da Justiça seja uma espécie de divisor de águas, diante do qual a democracia brasileira dificilmente sairá ilesa.

Isso não passou despercebido a comentaristas políticos que nada têm a ver com o PT. Dias antes que o TRF-4 se pronunciasse sobre a data do julgamento, Roberto Pompeu de Toledo escrevia em sua coluna na revista *Veja*: “Quem quer ver Lula derrotado deve torcer para que o seja nas urnas. Lula impedido será um fantasma a assombrar não apenas a eleição, mas o mandato presidencial que se seguirá.” Dias depois, com o julgamento já marcado, Demétrio Magnoli perguntava em sua coluna na *Folha*: “Estamos dispostos a subordinar os

direitos políticos do eleitorado de Lula a um veredito provisório de três juízes federais do Rio Grande do Sul, sobre o qual pesará a suspeita (fundada ou não) de atropelo dos prazos judiciais costumeiros?”

O alvo de Magnoli era a Ficha Limpa, para ele incompatível com democracias vigorosas, nas quais “só uma sentença definitiva exclui o condenado da arena eleitoral”. É como se a lei criada para sanear a política representasse antes um vício, uma espécie de tutela indevida do Judiciário sobre o eleitor, traduzindo mais uma vez – agora digo eu – um sentimento arraigado na elite brasileira: a demofobia. “O brasileiro não sabe votar” – quantas vezes ouvimos (ou dissemos) isso?

Nem Pompeu de Toledo nem, muito menos, Magnoli são suspeitos de simpatia por Lula, o que nas atuais circunstâncias é uma razão a mais para prestar atenção ao que dizem. Ao mesmo tempo, parecem estar alertando para o risco iminente de algo que, na verdade, *já aconteceu*. O país ingressou num ponto sem volta, e não há no horizonte boa solução para o nó político-institucional em que se meteu.

Posso ouvir o coro dos legalistas se apressando em dizer que, pelo contrário, as instituições estão funcionando muito bem. Afastamos uma presidente seguindo todos os ritos constitucionais, atravessamos até aqui a pior recessão da história brasileira sem desordem social, julgamos e prendemos (não nessa ordem, mas isso é detalhe) os grandes responsáveis pela corrupção sistêmica do Estado, gente que até pouco tempo era protegida pela impunidade, essa sim uma mácula que nos envergonhava como nação. Tudo isso dentro da mais absoluta normalidade. Sendo assim, é uma coincidência infeliz que o senhor Luiz Inácio Lula da Silva esteja na iminência de se tornar inelegível, mas, embora tenha gosto em blasfemar, a ponto de se comparar a Jesus Cristo, ele é apenas um filho da República e, como qualquer outro cidadão, não está acima da lei. Sua constrangedora situação nada mais é do que o resultado casual da interação virtuosa entre diferentes esferas de Poder (a Polícia, o Ministério Público, a Justiça, o calendário eleitoral) num regime democrático funcionando a pleno vapor.

Os legalistas de fato têm um ponto. Eu gostaria de viver nesse país que eles descrevem.

A aeromoça reaparece nos meus voos mentais para dizer, com a mesma serenidade protocolar, que algo deu errado, mas ninguém é culpado por isso: “A democracia brasileira está sendo asfixiada por motivos operacionais, alheios à nossa vontade”.

Em 1989, Mario Amato entrou involuntariamente para o anedotário da política nacional. O então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo falava muito

sério quando se dirigiu a uma plateia de 120 lideranças do mundo corporativo: “Se Lula ganhar as eleições, aqui o número de empresários que fugiriam não seria menor do que 800 mil.” Corria o mês de outubro, estávamos a pouco mais de trinta dias do primeiro turno, e o número de virtuais fugitivos que saiu da cabeça alarmada do empresário fazia alusão à Revolução dos Cravos, em 1974, quando se estima que 80 mil empresários abandonaram Portugal. O êxodo na antiga colônia seria dez vezes maior.

Lula passou para o segundo turno, mas perdeu a Presidência para Fernando Collor, como se sabe. Os empresários não fugiram da pátria amada, mas muita gente quebrou e teve a vida arruinada logo a seguir, quando o Caçador de Marajás decidiu confiscar a poupança dos brasileiros a fim de debelar a inflação. Deu tudo errado, é claro.

Em 1989 eu era um novato, iniciando a carreira de jornalista como redator do caderno Ilustrada, na *Folha*. Foi a minha primeira eleição presidencial e, ao mesmo tempo, a última de que participei apenas como espectador, sem envolvimento profissional.

Três anos depois, quando Collor sofreu o impeachment, eu editava na página 3 do jornal a seção Tendências/Debates, que àquela época ainda se beneficiava do prestígio de ter sido um catalisador da chamada “sociedade civil” (jargão dos anos 70, em oposição ao poder militar) durante a democratização.

Na véspera da votação da Câmara que afastaria o presidente, lembro de uma conversa telefônica com Roberto Jefferson, então líder da tropa de choque *collorida*, de quem iríamos publicar um artigo para dar voz aos que estavam sendo derrotados. Eu não o conhecia pessoalmente, e a conversa não deve ter durado muito. O que retive dela foi a insistência com que Jefferson dizia que o presidente estava sendo vítima de uma imensa injustiça, que deputados haviam sido comprados para derrubá-lo, que estava em curso uma grande armação – frases essas seguidas sempre de perguntas que solicitavam o meu assentimento: “Você não concorda comigo, Barros?”, “Não acha isso também, Barros?”, “Não tem conhecimento disso, Barros?” Junto com a voz de tenor eu escutava um ruído esquisito – *nhec, nhec, nhec* –, que, justa ou injustamente (até hoje não sei), concluí ser um grampo feito por ele. Desliguei com a nítida sensação de que havia sido gravado por um aparelho rudimentar de um vilão desesperado, como se fosse um agente da polícia política da Alemanha Oriental às vésperas da queda do Muro de Berlim.

Tudo isso pertence a um passado remoto que desencavo da memória sem muito método. Não tenho dúvida de que o impeachment de Collor representou um momento de fortalecimento da democracia e de grande vitalidade da imprensa brasileira. E que hoje

acontece mais ou menos o contrário. Vivemos uma espécie de exaustão da democracia e de fragilização do jornalismo.

Entre aquele momento e o atual muita coisa mudou. A partir do Plano Real e da eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, o Brasil ingressou num período virtuoso que durou pelo menos até 2010, quando Lula elegeu sua sucessora. O descarrilamento desse ciclo dourado – no qual parecia que havíamos começado a pagar uma dívida social de séculos e a construir pelo menos um arremedo de país decente – desfaz um conjunto imenso de ilusões a respeito de nossas possibilidades como nação.

Os anos 80 do jaquetão de Sarney reencarnaram nas mesóclises de Temer. Os sinais de retrocesso estão em toda parte. Um amigo mais otimista e mais atento aos indicadores sociais me alerta, no entanto, para o fato de que o veredicto histórico sobre a natureza e a extensão do estrago atual ainda está em aberto. Pode não ser tão ruim. Pode melhorar logo mais adiante. Ele deve estar certo. Nossos desastres afinal nunca são definitivos. Mas não consigo afastar a convicção de que o revés atual expôs o que há de cronicamente inviável no país.

Depois de quase trinta anos, o espírito de Mario Amato voltou a se manifestar. Quando ficou claro que Jair Bolsonaro estava descolando dos demais candidatos para assumir o segundo lugar nas pesquisas, e que Lula, ao mesmo tempo, consolidava sua liderança, começaram a pipocar na tevê, nas redes sociais, nas revistas e nos jornais sinais de alerta sobre a ameaça que um e outro representam para o futuro. Com desvantagem para Lula. Fico com a sensação incômoda de que está se formando um consenso tácito, uma espécie de entendimento implícito de que, a despeito do resultado da Justiça, Lula não pode ser candidato.

O patriarca dessa mentalidade, da qual temos hoje, como tivemos em 1989, uma espécie de eco diluído, é Carlos Lacerda, autor da famosa formulação contra Getúlio Vargas em 1950: “Não pode ser candidato. Se for, não pode ser eleito. Se eleito, não pode tomar posse. Se tomar posse, não pode governar.”

Em novembro, a *Folha* publicou uma reportagem intitulada “Mercado flerta com agenda reformista de Bolsonaro”. Em matérias desse tipo, raramente essa entidade – o mercado – está representada por gente graúda do PIB, que não perde tempo com isso. Quem costuma falar em nome do mercado são profissionais do “médio clero” de agências e bancos de investimento, para quem aparecer é uma forma de acumular prestígio junto à clientela.

Pois bem, nessa reportagem, um desses porta-vozes da banca dizia que, “pela conversa com os investidores, o Lula hoje é um problema. Pode ser disruptivo”. Bolsonaro, completava, “tenderia a causar um estresse menor”. Uma pesquisa realizada pela XP

Investimentos, apresentada no texto como “a maior corretora independente do país”, corroborava o vaticínio de que entre o ex-presidente petista e o discípulo do coronel Brillhante Ustra, o primeiro seria mais danoso ao ambiente de negócios – ou mais “disruptivo”, para repetir a expressão que sintetiza o tamanho da encrenca.

No mesmo mês, a revista *Veja* trouxe uma capa com os rostos de Lula e Bolsonaro cortados pela metade, um em cada extremo da página. No centro, a manchete: “A POLÍTICA QUE ASSUSTA.” Atrás das letras vermelhas, havia uma silhueta pontilhada e, dentro dela, o enunciado: “Com Lula e Bolsonaro liderando as pesquisas, ganha fôlego a busca por nomes de centro, como Luciano Huck e Henrique Meirelles.” E que fôlego!

Dias antes que o próprio Huck, comparando-se a Ulisses – não o do PMDB, mas o de Homero –, viesse anunciar ao mercado, na página 3 da *Folha*, que havia resistido ao canto das sereias e desistia de sua aventura à Presidência, o *Estadão* parecia apostar todas as suas fichas na candidatura do apresentador do *Caldeirão*. No dia 18 de novembro, a colunista Eliane Cantanhêde anunciava: “Huck é para valer.” Dizia, entre outras coisas, que “Huck não é um Silvio Santos e tem a USP no DNA”, discorrendo a seguir sobre a filiação do rapaz.

Cinco dias depois, em 23 de novembro, o jornal estampava na primeira página, em manchete: “Aprovação a Huck dispara e atinge 60%, mostra pesquisa.” Seria uma bomba, se uma bomba fosse. Lendo o texto que mereceu o principal destaque da edição, ficamos sabendo que não se tratava de uma pesquisa de intenção de voto, mas da resposta à seguinte questão: “Agora vou ler o nome de alguns políticos e gostaria de saber se o(a) senhor(a) aprova ou desaprova a maneira como eles vêm atuando no país.” Huck, que não é político, bombou. Pergunto se essa operação não pode ser enquadrada na categoria das *fake news*. O jornalismo profissional não está ameaçado apenas pela selvageria das redes sociais.

No dia 27 de novembro, Luciano Huck publicou a sua carta de renúncia, deixando o *Estadão* órfão, por assim dizer. Seu artigo “No rumo” vale um minuto de atenção. Huck não é político, mas escreve como um. O tom da peça é piegas, confessional, autocomplacente, repleto de boas intenções e lugares-comuns. “Carrego desde sempre, genuinamente, enorme paixão e curiosidade pelo outro”; “Gosto muito de gente. Sempre gostei”; “Sinto na pele o pulso das ruas”; “Ando há anos e anos por lugares ricos, paupérrimos, super ou subdesenvolvidos, em guerra, centros moderníssimos de saber, cantos absolutamente esquecidos pelo desenvolvimento. Sempre atrás da mesma coisa: gente boa.”.

Há um eco de Geraldo Alckmin nessas platitudes. É o governador de São Paulo quem gosta de repetir, com a voz pausada, as ênfases silábicas de professor de cursinho e sua eterna expressão de coroinha: “Governar é gostar de gente e cuidar de pessoas.” O texto de Huck, no

entanto, soa tão sincero quanto o desapego que ele tem pelo dinheiro. Saímos do artigo com a sensação de que sua decisão não é irreversível. Talvez Cantanhêde seja uma visionária e Huck ainda venha a ser “para valer”.

Seja como for, é preciso um ambiente muito rebaixado para que ele possa ser alçado por alguém como Fernando Henrique Cardoso à condição de representante do “novo” na política, como ocorreu numa entrevista à *Folha*. Huck é um apresentador de programa de auditório da Globo, alguém que se projetou misturando entretenimento de massa com assistencialismo. Isso é velho. É conservador. É quase sempre atroz, entre outras coisas porque empresta a quem patrocina caridades uma superioridade moral problemática, que se nutre da violência social brasileira. Nessa área, eu prefiro o escracho do Chacrinha, que atirava postas de peixe sobre o auditório enquanto perguntava com deboche: “Vocês querem bacalhau?!” O teatro da humilhação pelo menos não vinha embrulhado em cordialidade nem usava a máscara do bom-mocismo

A ojeriza aos políticos, o descrédito dos partidos, o espírito de facção que tomou conta de setores do Judiciário e do Ministério Público, a sensação aguda de que as instituições, a começar pelo Congresso, operam em causa própria e não representam aspirações coletivas nem organizam demandas da sociedade – isso tudo se soma ao recrudescimento da violência e a evidências cotidianas de que os serviços públicos funcionam muito mal, quando não estão à beira do colapso. O exemplo do Rio de Janeiro talvez seja o mais representativo do atual desmanche, até porque a cidade costuma ser uma biruta da direção em que sopra o vento em escala nacional. Alguém já disse que o Rio é um trailer do Brasil.

Jair Bolsonaro por enquanto é o beneficiário desse caldeirão. Com ele, a extrema direita deixou de ser uma força residual, a opção de uma franja da sociedade, para adquirir certa expressão e presença nacional. Numa eleição marcada por um grau exasperante de incertezas, sabemos isto: que o conservadorismo extremo jogará um papel inédito na arena política desde a redemocratização.

Ele foi gestado nas manifestações que desembocaram na queda de Dilma. Quando se visita o noticiário dos últimos anos, são recorrentes os relatos de uma certa tensão entre o movimento mais amplo pelo impeachment, em que prevalece o antipetismo por assim dizer “democrático” (com aspas mesmo), e os defensores da intervenção militar no país.

“Pedido de intervenção militar racha passeata anti-Dilma na Paulista”, diz o *Estadão* em 15 de novembro de 2014, logo depois da eleição; “Manifestação no Rio mistura impeachment e golpe militar”, escreve o jornal *O Dia* em 15 de março de 2015; “Protestos contra Dilma coincidem com a data do golpe militar AI-5”, estampa o *Valor Econômico* em

12 de dezembro de 2015. Os exemplos poderiam se multiplicar. Há mal-estar, há eventuais enfrentamentos, mas não há incompatibilidade plena entre a massa verde-amarela e os nostálgicos do regime autoritário. Eles se toleraram.

“Há um exagero da imprensa em relação a meia dúzia de gatos pingados que defendem a intervenção militar. É evidente que sou contra e o PSDB também”, despachou o senador Aloysio Nunes na avenida Paulista, ainda em 2014, quando Aécio Neves podia andar na rua. Os gatos pingados se multiplicaram no lusco-fusco do antipetismo. A energia social mobilizada pelo impeachment (deflagrado formalmente por Eduardo Cunha, não esqueçamos) redundou num imenso desrecale conservador, no qual está presente uma espécie de “revanche da província, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei”, como descreveu Roberto Schwarz num ensaio de 1970 ao tratar das forças que haviam sido liberadas pelo golpe militar de 1964.

À luz disso pode-se pensar na cruzada moralista do MBL, por exemplo. Ela representa um deslocamento da fúria conservadora na direção dos costumes depois que a bandeira do combate à corrupção lhes foi subtraída, com a queda do PT – afinal, não há como defender a decência na condução da coisa pública e apoiar o governo Temer ao mesmo tempo.

Embora Jair Bolsonaro se conecte bem com esse espírito, não acredito que consiga ir muito mais longe do que já foi como candidato. Sim, eu sei que a imprensa não levou Trump a sério, que o establishment não levou Trump a sério, que seu próprio partido não o levou a sério, que ninguém acreditou naquele paspalhão – e ele é hoje o presidente dos Estados Unidos. Estava enraizado num ressentimento tão difuso quanto monumental, mas estranhamente invisível aos olhos de todos.

Tosco, meio aparvalhado, infantilóide, fascistão à moda brasileira, Bolsonaro me parece até mais crível do que Trump. Mas não consigo vê-lo como um nome viável quando a campanha afunilar. Não tem partido, não tem tempo de tevê, não terá o PIB ao seu lado, ao contrário do que diz o “mercado” ouvido pela *Folha*. De qualquer modo, mesmo se perder tudo daqui em diante, Bolsonaro já ganhou. Difícil, aliás, imaginar alguém mais vitorioso no processo dos últimos anos.

A aposta do PIB, até segunda ordem, será em Geraldo Alckmin. Não se sabe ainda se ele conseguirá atravessar a via Dutra, se será capaz de sensibilizar o Rio com aquele seu jeito de Pin-da-mo-nhan-ga-ba. Sua fala, no entanto, será mais mansa que a do militar boquirroto. O país não precisa de gente que cospe fogo, mas de gente que gosta de gente – e sobretudo de quem trabalha. Bolsonaro late, Alckmin faz.

Ninguém percebeu, mas a campanha do tucano à Presidência foi lançada bem antes da convenção do partido em dezembro, ao cair da tarde de um domingo de setembro, no bairro do Morumbi, em São Paulo, quando a Polícia Civil armou uma imensa cilada, com mais de 100 homens, para capturar um bando de assaltantes que aterrorizava a região. Assim que saíram do casarão que haviam acabado de assaltar, foram todos diligentemente fuzilados. A queima de fogos durou alguns minutos, dez bandidos, dez cadáveres, não sobrou ninguém para contar a história. Quem é que precisa de Bolsonaro?

“As portas da aeronave foram fechadas sem atraso, cumprindo o nosso compromisso com a pontualidade.” Ouço a aeromoça e penso que nem tudo está perdido, ao mesmo tempo que sou tomado por uma tristeza difícil de definir.

Abro então um livro que há anos prometia ler, uma das muitas lacunas e frustrações que a gente vai acumulando ao longo da vida. É *Conversa na Catedral*, de Mario Vargas Llosa. A cena de abertura descreve um repórter deixando a redação do jornal *La Crónica*, em Lima. Ele olha a paisagem em volta – “carros, edifícios desiguais e desbotados, esqueletos de anúncios luminosos flutuando na neblina, o meio-dia cinzento” – e pergunta: “Em que momento o Peru tinha se fodido?” Anda um pouco pela rua, “de mãos nos bolsos, cabisbaixo, escoltado por pedestres”, e pensa que ele era como o Peru, “também tinha se fodido em algum momento.” Mas “em qual”?

O avião acaba de decolar.

## Reportagem 2:

### O FIM DAS COBAIAS

Será possível deixar de sacrificar animais em nome da ciência?

ROBERTO KAZ

“Alguém aqui é ativista?”, perguntou o biólogo Octavio Presgrave para os nove alunos à sua frente, que se entreolharam em silêncio. “Só por curiosidade. Eu me dou bem com eles.” Era uma terça-feira de julho do ano passado na Fundação Oswaldo Cruz, centro de referência em biologia e saúde pública localizado no Rio de Janeiro. Presgrave ministrava a primeira aula de um curso sobre métodos alternativos ao uso de cobaias, parte de um mestrado profissional em ciência de animais de laboratório.

“Sou biólogo, trabalho há 32 anos com métodos alternativos”, explicou, enquanto usava um controle remoto para projetar imagens numa tela, para onde se voltavam todas as atenções. Mencionou um projeto de lei federal que visa proibir o uso de animais em pesquisa de cosméticos (“É um erro”), e depois resumiu, de forma breve, os passos que levaram às tentativas recentes de reduzir o uso de cobaias em laboratório (“Foi só no século XVIII que se colocou em questão, pela primeira vez, se os animais sofriam”).

A sala, pequena, era decorada com uma espécie de anúncio, em forma de pôster, onde se viam as imagens de 21 camundongos comercializados por um laboratório americano. Do lado de fora, no corredor, havia outro cartaz – dessa vez celebrando as quatro “Maravilhas da Engenharia”. A primeira era a Estátua da Liberdade. A segunda, o Big Ben, e a terceira, um pagode japonês. A quarta e derradeira “maravilha” era um camundongo da raça Black-6 – de longe, a mais usada em pesquisa laboratorial.

“Sou fã de Darwin”, continuou Presgrave, em tom de piada. “Mas ele teve culpa ao apontar a proximidade entre humanos e outros animais.” A ideia de continuidade entre as diversas espécies, tal como descrita pelo naturalista inglês, ajudou a impulsionar as pesquisas com bichos a partir do século XIX. Camundongos, ratos, cachorros e outros mamíferos passaram a ser usados em testes laboratoriais, a fim de saber se certas substâncias serviriam aos seres humanos.

Presgrave apertou um botão no controle remoto, fazendo surgir na tela a imagem de um coelho sem pelos na região do tórax. “No passado, era preciso raspar a cobaia para testar se um protetor solar era tóxico. Uma parte da pele era exposta à luz com o produto, outra era exposta sem, para comparar. Mas agora já existe um método alternativo. É só aplicar o protetor num conjunto de células, e colocar essas células dentro de uma máquina.”

Antes de dar a aula por encerrada, o biólogo mostrou a lista de onze princípios éticos estabelecidos pela Sociedade Brasileira de Ciência em Animais de Laboratório, da qual ele é vice-presidente. O primeiro artigo defende que “é primordial manter posturas de respeito ao animal, como ser vivo, e pela contribuição científica que ele proporciona”. Já o segundo postula que “a sensibilidade do animal é similar à humana no que se refere a dor, memória, angústia e instinto de sobrevivência”. O texto projetado na parede da sala lembrava ainda que, apesar da semelhança entre humanos e cobaias, elas estavam impossibilitadas de se proteger das “manobras experimentais e da dor” que essas experiências pudessem causar.

Presgrave lembrou que gatos já haviam servido a pesquisas sobre o sistema circulatório, cães elucidaram dúvidas sobre o mecanismo urinário, e pequenos roedores ajudaram a entender os meandros da respiração. Após uma pausa, lançou a pergunta: “É

correto experimentar no animal o que moralmente não poderia ser experimentado no homem?”

O remédio para a dor de cabeça, a vacina contra a gripe, o repelente contra o mosquito, o soro para a picada de cobra. O antialérgico, o antitérmico, o anti-inflamatório, o antibiótico. O Dorflex, o Rivotril, o Sonrisal, o Neosoro, o Viagra. Todo remédio disponível no mercado – da pomada mais simples ao mais pesado quimioterápico – só chegou às prateleiras das farmácias porque foi testado, antes, em milhares de animais.

Para testar um remédio em um bicho, é preciso inoculá-lo com a doença (ou ao menos induzir algum sintoma). Como saber se uma substância reduz a obesidade? Tornando um camundongo obeso por manipulação genética. Como saber se um analgésico alivia a dor? Colocando um rato sobre uma chapa quente, para que ele sinta dor. Como testar um fármaco contra o vício em cocaína? Viciando um macaco em cocaína.

Um dia qualquer da minha vida, por exemplo, começa com um antidepressivo. Para que esse remédio chegasse à minha gaveta, milhares de camundongos foram separados, ainda filhotes, de suas mães – e depois medicados. Uso lentes de contato, que atravessam a noite mergulhadas numa solução aquosa. Para que esse líquido chegasse com segurança aos meus olhos, milhares de coelhos tiveram seus olhos testados (vários deles com fórmulas anteriores, possivelmente tóxicas, que não foram aprovadas). Animais ajudaram a desenvolver o meu creme contra psoríase, o remédio que tomo para dormir, o colírio que aplico diariamente em meu gato.

É possível, também, expandir a escala. Se a expectativa de vida do brasileiro é de mais de 75 anos – contra 50 anos em meados do século passado –, isso deveu-se, em parte, ao uso de animais na biomedicina. Hoje temos transplante (aprimorado em porcos), vacina (desenvolvida em cavalos) e toda sorte de remédio para controle cardíaco (testados em camundongos, ratos, coelhos, carneiros e cachorros). O debate atual sobre a reforma da Previdência está diretamente ligado aos avanços obtidos em pesquisas com animais.

Bichos servem à ciência desde o século II, quando Galeno de Pérgamo, médico influente do Império Romano, passou a abrir porcos e primatas vivos para entender o funcionamento dos órgãos (a dissecação de humanos era proibida por lei, proibição que foi mantida pelo cristianismo ao longo de toda a Idade Média). Mas foi a partir do século XIX que a experimentação animal ganhou um papel central na pesquisa médica. A guinada foi motivada, em parte, pela publicação em 1859 de *A Origem das Espécies*, o livro de Darwin que desvendou a proximidade entre o homem e os demais animais. Já a responsabilidade

prática ficou por conta do médico francês Claude Bernard, que escreveu, seis anos depois, um livro chamado *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental*.

À época, a Europa era varrida por epidemias de tuberculose, tifo e difteria. Bernard passou a defender uma ideia contraintuitiva até então: de que o tratamento para as doenças humanas poderia ser encontrado em pesquisas com animais não humanos. “Investigações de substâncias medicinais ou tóxicas [*em animais*] são totalmente aplicáveis ao homem do ponto de vista terapêutico”, escreveu, defendendo que o efeito era o mesmo, “a não ser por diferenças em grau”.

Bernard dissecou, vivos, dezenas de cães, inclusive o da sua própria casa, em nome do avanço da ciência. “O fisiologista não é um homem do mundo”, escreveu em seu livro. “Não ouve os gritos dos animais, não vê o sangue que se alastra. Só vê a ideia, só observa os organismos que lhe escondem problemas que quer descobrir.”

Na mesma obra, fazia uma comparação provocativa, em defesa própria: “Seria estranho se reconhecermos o direito do homem de fazer uso dos animais em vários âmbitos da vida, para serviços domésticos, comida, e proibir o uso para sua própria instrução em uma das ciências mais úteis para a humanidade. Nenhuma hesitação é possível; a ciência da vida só pode ser estabelecida pelo experimento, e podemos salvar vidas apenas após sacrificar outras.”

Hoje, estima-se que ao menos 100 milhões de animais sejam sacrificados, a cada ano, para salvar vidas humanas (sem contar os bilhões que nos servem de alimento). Os chamados métodos alternativos são a principal aposta da ciência para tentar diminuir esse número.

Em linhas gerais, um método alternativo é aquele que corresponde a um teste com animal – mas sem a necessidade de utilização de um animal. O problema é que o conceito de “animal” é um tanto relativo aos olhos das leis internacionais que regem a pesquisa científica. Via de regra, apenas os vertebrados são protegidos. “Você tem que seguir várias normas para usar cinco ratos, mas pode usar 5 mil abelhas da forma como quiser”, explicou Octavio Presgrave, durante sua aula na Fiocruz. Embriões, mesmo os de vertebrados, também podem ser utilizados, por não disporem de um sistema nervoso formado (o que anula a possibilidade de dor). Há métodos alternativos com embriões de peixe e galinha.

Métodos alternativos sempre atendem a um objetivo específico (ou “desfecho”, no jargão científico). O BCOP – sigla em inglês para o teste de opacidade e permeabilidade da córnea bovina – tem o objetivo de atestar se uma substância causa corrosão ocular (o método é considerado alternativo por usar um órgão, o olho do boi já morto, descartado pela indústria alimentícia). O MAT – teste de ativação de monócitos – usa sangue humano como meio de

avaliar a segurança de uma vacina. Há ainda a pele reconstituída, que se vale de células, também humanas, para testar o potencial tóxico de um cosmético (a maior parte das empresas de cosméticos já aboliu os testes com animais).

Um dos métodos alternativos que mais tem mobilizado os cientistas, chamado Human on a Chip, mistura diferentes tipos de células humanas, de vários órgãos, num aparato que lembra uma fita cassete. O tal “chip” difere dos demais métodos de substituição do uso de animais por não estar associado a um único tipo de teste ou pesquisa, mas por poder gerar uma possibilidade enorme de desfechos – de testes toxicológicos à pesquisa de novos fármacos.

A ideia do aparato, como o nome sugere, é resumir o corpo humano em um pequeno objeto (a palavra “chip”, nesse caso, não remete a chip de computador, e sim ao sentido literal, que em inglês significa “lasca”). Nessa “lasca de humano”, feita de plástico, vidro e silicone, há uma série de compartimentos, cada qual desenhado para receber células de um órgão específico. Num deles, por exemplo, o pesquisador pode colocar células de rim. Noutro, intestino. Se o chip tiver quatro entradas, ele pode acrescentar epiderme, fígado, ou células de qualquer outro órgão desejado. Se chegar a dez compartimentos (modelo que ainda está sendo desenvolvido), o cientista poderá preencher a pequena lasca com todos os órgãos vitais – e então utilizá-la na pesquisa que bem entender.

Órgãos em miniatura – chamados de organoides – não são novidade na ciência. Em alguma escala, são produzidos desde os anos 70, embora a técnica só tenha sido consolidada na década passada. A novidade do chip está em juntá-los num só objeto, para testar a reação em cadeia dos organoides. “Antes havia dois tipos de teste: aqueles feitos em animal ou os que eram feitos em tecido humano não sistêmico”, explicou-me o médico Eduardo Pagani, referindo-se ao cultivo isolado de células. “O chip, que integra vários tipos de células, fica no meio do caminho.”

Pagani é gerente de desenvolvimento de fármacos do LNBio, o Laboratório Nacional de Biociências – um centro federal de excelência, voltado à pesquisa biológica, que existe desde 2009 em Campinas. Foi por sugestão dele – e por decisão da Renama, a Rede Nacional de Métodos Alternativos do Ministério da Ciência – que o LNBio passou a estudar o Human on a Chip, a partir de 2014.

“A Renama tinha recebido uma verba do Ministério da Saúde para investir em linhas de pesquisa que diminuíssem o uso de animais”, contou Pagani, durante uma conversa em seu gabinete, no fim do ano passado. “Então em 2014 eu fui a um congresso de métodos

alternativos, em Praga.” Foi quando ouviu falar pela primeira vez do chip. “Eu não tinha ideia da existência desse negócio.”

Pagani disse ter ficado “maravilhado” com a novidade. “Eu tinha viajado para lá disposto a adquirir uma tecnologia chamada Pathways of Toxicity, que fazia muito sucesso naquele momento”, lembrou. “Mas voltei tendo que convencer o pessoal da Renama a investir em outra história.” No final daquele ano, a verba de 1 milhão de reais foi liberada.

Foi na Inglaterra, em 1876, que surgiu a primeira lei a regular a experimentação com animais (a título de comparação, isso só ocorreria no Brasil em 2008). Fazia então onze anos que o médico francês Claude Bernard publicara seu livro, contribuindo para difundir a vivissecção pela Europa. Fazia também um ano que o bacteriologista croata Emanuel Klein fora inquirido, a respeito da pesquisa com animais, por uma comissão do Parlamento britânico. “Um pesquisador não tem tempo para pensar sobre o que um animal vai sentir ou sofrer”, respondeu Klein, com indiferença, a respeito dos seres que abria sem anestesia em seu laboratório. Publicada nos tabloides, a frase acabou por fortalecer o movimento antivivissecção.

A Inglaterra já despontava, então, como o país de referência no campo do direito dos animais, posto que ocupa até hoje. Ainda em 1789 o filósofo inglês Jeremy Bentham postulou a primeira pergunta a problematizar a experiência dos bichos (e a contestar o modelo do filósofo René Descartes, que via os animais como autômatos, sem capacidade de pensar sobre a própria existência e, portanto, sem alma). “A questão não é se eles pensam ou falam”, escreveu Bentham. “A questão é: eles sofrem?” Em 1822, o Parlamento britânico aprovaria a primeira lei a versar sobre o sofrimento de uma espécie que não a nossa (no caso, bois, cavalos, ovelhas e outros bichos de fazenda). Dois anos depois surgiria o primeiro grupo civil organizado em defesa da causa animal.

Foi também na Inglaterra que dois jovens cientistas – o zoólogo William Russell e o microbiologista Rex Burch – começaram a visitar, em 1954, uma série de laboratórios que trabalhavam com animais. Cinco anos depois, publicaram um livro técnico, defendendo que o resultado de uma pesquisa dependia, em muito, do estado mental das cobaias. “Há boas razões para supor que a angústia [*vivenciada pelos bichos*] acaba por acarretar em escassez de informações”, escreveram, acrescentando que um animal em perigo só era capaz de dar informações sobre “a sua própria miséria”. Do livro acabou surgindo o conceito dos 3Rs, acrônimo para as palavras *replacement*, *reduction* e *refinement*, marco zero de todo método alternativo que substitui, reduz ou refina o uso científico de animais.

O Human on a Chip se encaixa no escaninho dos métodos substitutivos (o primeiro dos 3Rs): ou seja, aqueles que eliminam ou diminuem drasticamente o uso de cobaias. Os métodos de redução (o segundo “R”) consistem em mudanças de protocolo, como filmar o experimento. Uma vez registrado em vídeo, é possível acessar a gravação, em casos de dúvidas sobre alguma etapa da pesquisa, diminuindo assim a necessidade de usar novos animais no processo. Já os de refinamento (o último dos 3Rs) são os que geram mais controvérsia, por pressuporem uma certa resignação: a ideia básica é melhorar a vida dos bichos que nascem e morrem no laboratório.

“Refinamento passa por administrar anestésico ou analgésico durante o experimento, ou por manter os animais em grupo no caso em que são gregários, por exemplo”, explicou Octavio Presgrave durante sua aula na Fiocruz, no ano passado.

Presgrave mencionou um experimento real – e algo anedótico – realizado nos Estados Unidos. A ideia era inferir se o desconforto sentido por funcionários de um laboratório afetava as cobaias. Para isso, o hormônio do estresse, chamado cortisol, era medido nos camundongos em duas situações. Na primeira, os tratadores manuseavam os animais enquanto ouviam, no fone de ouvido, as músicas de que gostavam. “Quem gostava de jazz ouvia jazz, quem era de heavy metal ia de heavy metal”, explicou. Depois, a lógica era invertida, e os tratadores passavam a escutar o que detestavam. “E sabe o que aconteceu?”, perguntou Presgrave. “O cortisol dos bichos aumentou!” Concluiu, após uma pausa: “Animal sente dor e angústia como a gente. Camundongo não é um tubo de ensaio com patas.”

Existem ao menos vinte empresas – nenhuma brasileira – que fabricam o Human on a Chip (ou Organs on a Chip, como o aparato também é chamado). As duas maiores são a americana Wyss, sediada na Universidade Harvard, e a alemã TissUse. O LNBio trabalha com o da empresa alemã. “É que o Wyss só vende o chip com o organoide já pronto, ao passo em que a TissUse ensina o comprador a produzir os organoides”, explicou Talita Marin.

Marin é uma mulher de cabelos lisos, de 37 anos, que coordena o Laboratório de Cultivo de Tecidos Humanos do LNBio. Especializou-se no manejo, *in vitro*, de células cardíacas – tema que estuda desde o mestrado, quando abria camundongos para fazer suas pesquisas. “Eu estreitava o canal da aorta com um clipe ou uma linha, para provocar uma hipertrofia no coração”, explicou. Quando o bicho piorava, ela administrava remédios que melhorassem a disfunção – e depois fazia a eutanásia, para poder analisar os órgãos. “É uma cena de horror”, contou-me, quando a visitei pela primeira vez no LNBio, em meados do ano passado. “Você vê o bicho te olhando, o coração dele palpitando. Dá muito dó.”

Em paralelo, Marin passou a cultivar, *in vitro*, um tipo de célula cardíaca do camundongo. “Eu mimetizava a hipertrofia diretamente na célula, para ter um sistema de estudo isolado”, explicou. O experimento acabou por render-lhe um convite para continuar a pesquisa, durante o doutorado, na Universidade Harvard. Em 2014, já trabalhando no LNBio, seria chamada por Eduardo Pagani para coordenar o estudo do chip.

A exemplo do médico, Marin também não ouvira falar do chip. “Mas aceitei, mesmo sem saber onde eu estava me metendo”, disse. Passou o primeiro semestre de 2015 estudando que chip usaria, com que linhagens de célula, até decidir pelo da empresa alemã. Em setembro daquele ano, viajou com mais dois pesquisadores a Berlim. “Fiquei duas semanas, para aprender a manipular o chip e a fazer o organoide de fígado.” De volta ao Brasil, produziu o organoide de intestino por conta própria. “A gente já tinha noção básica de cultura celular.” Os dois órgãos, explicou Marin, são os mais importantes para testes de fármacos. “Eles respondem pela absorção dos nutrientes.”

Produzir um organoide é um processo complexo, que envolve células de diferentes linhagens – geralmente de origem cancerígena –, que precisam ser reconfiguradas, em laboratório, de forma a cumprir novos papéis (esse processo leva o nome técnico de diferenciação).

Marin diz ter passado seis meses consolidando a produção, até que pudesse testar os organoides no chip. No de fígado, as células passaram a ocupar a função do hepatócito (responsável pela metabolização), colangiócito (excreção) e célula estrelada (que, desregulada, pode provocar fibrose). “Óbvio que não é igual a um órgão normal, mas é o mais avançado que temos”, explicou a pesquisadora. No intestino, as células passaram a atuar como enterócito (responsável pela absorção) e célula caliciforme (produtora de muco). “Um intestino humano tem ao menos mais dois tipos de células, mas nesse momento, essas são as que importam para o meu experimento.” Comparou: “Se eu fizesse um pulmão para o chip, ele não precisaria respirar, mas precisaria ter uma célula chamada pneumócito, que reage bem em estudo de toxicidade.”

Marin pegou um recipiente com um líquido transparente, onde havia vários pontos brancos que lembravam grãos de areia. “São os fígados”, explicou. “Cada um tem 50 mil células. Não podem ter mais porque o centro da esfera morreria sem oxigênio.” Em seguida mostrou-me os organoides de intestino (na verdade, uma membrana semipermeável de 1 centímetro quadrado, sobre a qual as células intestinais são depositadas). “No corpo, o intestino filtra os nutrientes para a corrente sanguínea. Aqui ele faz a mesma coisa, através dessa membrana.”

A pesquisadora abriu uma estufa, ajustada à temperatura do corpo humano, de onde tirou um recipiente com um organoide de coração. Colocou-o sob a lente de um microscópio, e pediu que eu observasse. “Está vendo pulsar?”, perguntou. “Foi feito há uma semana, a partir de célula-tronco.” Explicou que apesar do movimento, as células não bombeavam sangue. Essa responsabilidade, por assim dizer, ficava a cargo de uma máquina, chamada unidade de controle, que fazia um barulho grave e marcado. “Ela bate sessenta vezes por minuto, enviando ar comprimido para o chip, na mesma frequência do nosso coração.”

Desenvolver um método alternativo à pesquisa com animais é custoso e demorado. Para ter utilização comercial, ele precisa atravessar um processo de validação, que pode durar mais de dez anos, divididos numa série de fases. Na primeira fase – em que se encontra o Human on a Chip –, a pesquisa é tocada por laboratórios isolados, que atestam se o método merece ser estudado a longo prazo. Comprovada a aposta, parte-se para a segunda etapa, em que uma mesma pesquisa é repetida em pelo menos três laboratórios. Na última fase, o estudo passa a ser feito em larga escala (com mais laboratórios e mais substâncias avaliadas). O processo precisa ser coordenado por um centro público de validação.

Existem dois grandes centros internacionais de validação: o ICCVAM – sigla em inglês para Comitê de Coordenação Interagencial para Validação de Métodos Alternativos –, sediado nos Estados Unidos, e o ECVAM – o Centro Europeu para Validação de Métodos Alternativos –, o mais antigo deles, criado em 1991 na União Europeia. A validação do Human on a Chip deve passar por ambos – e, eventualmente, também pelo BraCVAM, o Centro Brasileiro para Validação de Métodos Alternativos, sediado na Fundação Oswaldo Cruz, que é comandado justamente pelo biólogo Octavio Presgrave.

Presgrave é um tipo baixo e redondo, de 55 anos, que combina o sotaque carioca com uma voz mansa e arrastada. Na Fiocruz, chefia também a Comissão de Ética no Uso de Animais e o INCQS, um laboratório responsável por controlar a qualidade de soros, vacinas, remédios, alimentos e cosméticos disponíveis no mercado. De quebra, ainda toca bateria numa banda de rock, dessas de fundo de garagem, que se reúne em estúdio uma vez por semana.

Ele trabalha numa sala simples, de frente para uma janela estilhaçada por uma bala de fuzil. “Foi num fim de semana, antes de eu ser diretor”, explicou, com naturalidade (a Fiocruz é rodeada por favelas dominadas pelo tráfico). Começou a se interessar pelo campo da metodologia alternativa em 1986. Na época, ele usava ratos e coelhos para testes de controle toxicológico. “Eu trabalhava bem com animal, como trabalho até hoje”, comentou. “Mas, claro, me preocupava com o bem-estar deles.”

Além disso, Presgrave queria encontrar métodos mais confiáveis. O animal de laboratório, por mais controlado que seja, sempre estará sujeito a variações biológicas, o que torna o resultado do que está sendo testado, em alguma medida, uma reação particular daquela cobaia.

Em 1989, Presgrave publicou o primeiro de vários estudos a respeito do tema. Comparava o teste de DL50 – em que a dose tóxica de uma substância é determinada a partir da morte de metade das cobaias – com quatro outros métodos. Mostrava que um resultado obtido com a morte de 77 camundongos (no DL50) poderia ser alcançado com 71 animais a menos (num método chamado de “dose letal aproximada”). Apontava também que o DL50, apesar de exigido por agências reguladoras, “depende de tantas variáveis, como espécie e raça do animal, sexo e idade, dieta, tempo de jejum, temperatura, umidade”, que deveria ser visto como um “resultado único”, irreplicável, em vez de “uma constante biológica”.

A partir dos anos 90, o estudo de métodos alternativos passou a pipocar, de forma pontual, em um ou outro laboratório do país. Na USP e na UFRJ surgiram trabalhos com pele artificial. Na Universidade Federal de Santa Maria, trocou-se o coelho pelo MAT, o teste de ativação de monócitos, que usa sangue humano. “A gente se encontrava em congressos, mas as iniciativas eram isoladas”, explicou Presgrave. Em 2013, o BraCVAM foi criado. Desde então, o centro brasileiro coordena a validação de um método que tenta substituir o teste de corrosão ocular – feito em coelhos –, pela membrana de um ovo embrionado de galinha. O método se chama Het-CAM (em inglês, Hen’s Egg Test on Chorioallantoic Membrane).

Numa terça-feira do ano passado, fui à Fundação Oswaldo Cruz para acompanhar um dia de pesquisas do Het-CAM, num laboratório sem ar-condicionado, atulhado de caixas de ovos, onde trabalhava a tecnologista Luciana Madureira, de 40 anos. “Os ovos foram pegos ontem, em Bio-Manguinhos”, explicou Madureira, referindo-se à unidade da Fiocruz responsável pela produção de vacinas (a da febre amarela é feita com embriões de galinha). “Eles produzem 8 mil ovos por semana. Nós pegamos sessenta.”

Os ovos estavam no décimo dia de incubação – o último antes que o embrião comece a formar o sistema nervoso. Madureira pegou uma tesoura, e passou a abrir um buraco, do tamanho de uma moeda, na parte superior de um dos ovos. Em seguida usou uma pinça para retirar uma das duas membranas que envolvem o embrião (a membrana mais interna, chamada cório-alantoide, é a que serve ao Het-CAM). Era possível ver o embrião se mexendo.

“Hoje vou testar três cremes para vitiligo”, explicou, enquanto aplicava o primeiro creme sobre a membrana. Contou vinte segundos, retirou o creme e ligou um cronômetro por

mais meio minuto para observar a reação da membrana. Os vasos sanguíneos começaram a estourar. “Olha, deu uma hemorragia”, ela disse – o que apontava para a possibilidade de o creme também ser irritante ao olho humano. O resultado foi anotado numa tabela, e o ovo foi colocado num congelador, onde permaneceria até ser incinerado.

Apesar de usar um ser vivo em formação, o Het-CAM é considerado um método alternativo porque embriões não costumam ser protegidos por lei. Ele é utilizado na França e na Alemanha, mas enfrenta resistência nos Estados Unidos e no resto da Europa. “Já houve duas tentativas de validação não concluídas, por falta de informação suficiente”, explicou-me Octavio Presgrave. Por ser barato – e por já dispor de uma literatura científica considerável a seu respeito –, o método acabou sendo adotado pelo BraCVAM.

Se validado, a ideia é que o Het-CAM sirva de alternativa, junto com outros métodos, ao teste ocular de Draize (técnica em que uma substância é pingada no olho de um coelho, para atestar o perigo de ser usada por humanos). A validação tenta provar que a reação da membrana a uma substância pode ser comparada ao efeito que essa mesma substância teria na nossa conjuntiva. Presgrave estima que o processo ainda deva exigir pelo menos mais dois anos de pesquisa

Avalidação do Human on a Chip ainda está em fase bem anterior. Primeiro, os laboratórios têm de provar que os organoides – não só os de fígado e intestino, mas também os de coração, pulmão, cérebro, pâncreas, estômago, rim e outros mais – interagem bem dentro do chip. Para que isso ocorra, é preciso haver uma espécie de sangue sintético, chamado de meio de cultura, que seja aceito por todo organoide. “O problema é que cada célula funciona melhor num meio de cultura específico”, explicou Talita Marin. Por ora, o máximo que se conseguiu foi a interação satisfatória de quatro organoides.

O segundo desafio é mostrar que o chip produz resultados confiáveis. Por isso, a pesquisa no LNBio já envolve o teste de fármacos. Os primeiros experimentos foram feitos com alpidem, um ansiolítico retirado do mercado, por ser muito tóxico ao fígado. “Era um bom marcador para testar a reação do nosso organoide”, explicou Marin. Os testes atuais, bem mais específicos, são com paracetamol, um dos mais populares analgésicos do mundo.

“Escolhemos o paracetamol por três razões”, ela disse. “A primeira é que ele também danifica o fígado, quando usado em altas doses” (a toxicidade é bem-vinda por criar um parâmetro de comparação com o corpo humano: se é tóxico no órgão, também tem que ser no organoide). A segunda razão é que existe uma ampla literatura médica disponível sobre o paracetamol. “O chip é uma variável desconhecida”, continuou Marin. “Então eu preciso ao menos usar uma droga conhecida, bem estudada, para me ajudar na hora de comparar os

resultados.” A terceira é que a substância é quase toda metabolizada no fígado. “Não precisaria do rim, que ainda não desenvolvi. É uma droga adequada ao meu sistema.”

A ideia é testar o paracetamol até encontrar uma dose que seja absorvida sem danificar os organoides (para fazer isso num camundongo, seria necessário administrar a droga por via oral ou intravenosa, depois coletar o sangue para avaliação e, por fim, matar a cobaia). Uma vez alcançada a dose ideal, a equipe de Marin precisa criar uma equação que relacione a absorção do remédio, pelos organoides do chip, ao efeito que ele tem no corpo humano. “Aqui não tem vaso sanguíneo, não tem hormônio, rim, bile, então a equação não pode ser simples”, explicou. Mais adiante, Marin pretende partir para outros fármacos. “Vamos fazer isso com dez ou vinte substâncias, até chegar a uma equação segura.”

O avanço dos métodos alternativos não é movido apenas pela preocupação com o sofrimento dos bichos. Na ciência, há quem fale em “esgotamento do modelo animal” nas pesquisas. O câncer, por exemplo, já foi curado dezenas de vezes em camundongos. A depressão, que tem quadro oscilante em humanos, só pode ser mimetizada de forma precária em roedores. A septicemia gera efeitos distintos, a depender do animal estudado.

“Toda semana publicamos mensagens encorajadoras da contínua guerra contra doenças e problemas de saúde”, dizia um editorial de 2010 da revista *Nature*. “Vias genéticas são elucidadas, drogas promissoras são identificadas e modelos animais doentes são trazidos de volta à saúde. Ainda assim, o número de doenças humanas que pode ser eficientemente tratado permanece baixo. A incômoda verdade é que cientistas e clínicos têm sido incapazes de converter os avanços na biologia básica em terapias.”

Decorrem, daí, os casos esporádicos de retirada de um remédio do mercado. A talidomida – substância sedativa, testada com sucesso em ratos – resultou em milhares de bebês com malformação das extremidades. O rofecoxibe – princípio ativo do anti-inflamatório Vioxx, famoso nos anos 2000 – foi usado por 80 milhões de pessoas até ficar provado que aumentava o risco de enfarto. Noventa por cento dos remédios que funcionam em cobaias são reprovados nos testes com humanos. Fazer um remédio chegar à farmácia pode custar mais de 1 bilhão de dólares.

Há ainda um segundo problema, de ordem hipotética, que surge quando se inverte a lógica. Se um remédio que funciona em cobaias tende a falhar em humanos, é de se supor que essa mesma situação ocorra na direção oposta. “O FDA [*sigla do departamento que regulamenta o uso de remédios nos Estados Unidos*] diz que é preciso testar 5 mil substâncias para achar uma que mereça ser estudada”, explicou-me o biólogo Thales Tréz, de 40 anos.

“Imagina quantas dessas substâncias poderiam ter efeito em humanos, mas foram descartadas por não mostrar resultado em animais?”

Tréz é um ativista com formação científica, que leciona na Universidade Federal de Alfenas, além de presidir um instituto, chamado 1R, que prega a substituição total dos testes com animais. Ele é vegetariano, mas não vegano, o que lhe permite tomar remédios de forma esporádica. “Sim, há uma incoerência nisso”, admitiu. “Se houvesse um antibiótico ou anti-inflamatório que não houvessem sido testados em animal, eu usaria. Mas não há.”

Ele diz nunca ter usado uma cobaia, mesmo quando estudava biologia na Universidade Federal de Santa Catarina – época em que chegou a resgatar um cachorro de um laboratório, na véspera de uma aula prática. “Ele seria anestesiado e aberto para que nós estudássemos o funcionamento do coração”, contou. “A ideia era observar como o batimento cardíaco mudava, dependendo da substância injetada. Depois ele seria eutanasiado.” O cachorro, viralata, acabou sendo adotado – ao passo que o biólogo foi fichado pela polícia, sob a acusação de roubo de patrimônio público. “Mas no semestre seguinte a universidade trocou os animais por vídeos de cirurgias antigas”, disse, com orgulho. “Teve um efeito positivo.”

Tréz defende uma tese controversa – exposta num livro recente, de sua autoria –, de que a experimentação animal é nociva ao avanço da ciência. “O que eu proponho é que a fase pré-clínica”, ou seja, aquela dos testes com cobaias, “já esteja ligada à nossa espécie”, explicou. Hoje, um remédio não pode ser testado em uma pessoa antes de passar pelo crivo de três espécies de animais. A regra, que visa proteger os humanos, surgiu depois que o Tribunal de Nuremberg expôs as atrocidades em nome da ciência ocorridas nos campos de concentração nazistas. O que os ativistas afirmam é que as atrocidades continuam a ser praticadas, só que em animais, em laboratórios – caso em que são chamadas de “experimentos científicos”.

É possível fazer pesquisa com humanos de forma ética”, continuou Tréz, mencionando o caso dos remédios contra o vírus HIV, testados em pessoas, com consentimento, por falta de uma cobaia satisfatória. Octavio Presgrave, do BraCVAM, tem uma visão mais pragmática. Ele diz que a substituição total até poderá ocorrer, mas não num futuro próximo. “Gosto do Thales, ele é bastante ponderado”, comentou, recentemente, pelo telefone. “Mas para certas pesquisas ainda não há alternativa. Só dá para saber se uma substância faz mal ao feto testando com animal.” Citou também os testes de toxicidade repetida – em que um animal passa meses sendo medicado, para saber se o acúmulo de um remédio pode intoxicá-lo. “O Human on a Chip até pode ser um bom instrumento para substituir os animais nesse tipo de experimento.” Mas no futuro, frisou o biólogo. “Por enquanto não dá.”

Foi a partir da segunda metade do século XX que o ativismo em defesa dos animais ganhou força. A guinada foi provocada justamente pelo avanço da ciência – em particular, pela corrida espacial, que enviou cachorros e macacos ao espaço durante a Guerra Fria. O voo sem volta da cadela Laika, em 1957, gerou protestos na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde várias pessoas se reuniram em frente à sede das Nações Unidas, em Nova York.

Com a publicação em 1975 do livro *Libertação Animal*, do filósofo australiano Peter Singer, passou-se a contar com uma base teórica – e não apenas emocional – para a defesa dos direitos dos animais. Na obra, Singer se valia do conceito de especismo, cunhado cinco anos antes pelo psicólogo britânico Richard Ryder, para dizer que discriminar um ser vivo qualquer, por sua espécie, era tão grave quanto segregar alguém por cor ou por gênero. Na obra, o filósofo defendia uma ideia simples e forte: a de que todo animal, por ter a capacidade de sofrer, tinha também interesses próprios, que deviam ser considerados (mesmo que o interesse fosse apenas o de não sofrer).

Ao longo do livro, Singer fazia um inventário do especismo na ciência e na indústria da carne. Usava estudos públicos, disponíveis na literatura científica, para falar de cachorros obrigados a engolir cápsulas de explosivo, macacos expostos à radiação química, filhotes de chimpanzé separados da mãe, para ter sintomas análogos ao da depressão – isso para ficar apenas nos exemplos ligados à pesquisa científica. “Certamente que um dia, os filhos dos nossos filhos, ao terem conhecimento do que se praticava nos laboratórios do século XX, sentirão tanto horror e incredulidade perante o que pessoas, tão civilizadas noutras áreas, puderam fazer”, escreveu, comparando essas práticas científicas ao horror “que nós sentimos quando lemos acerca das atrocidades perpetradas nas arenas de gladiadores romanos, ou no comércio de escravos do século XVIII.” Por fim, dizia que “essa projeção pode soar exagerada, mas a história nos ensina que apenas a moda das roupas muda mais rápido que a moda da ética”.

No Brasil, o caso mais emblemático de ativismo em prol de animais ocorreu em 2013, com a invasão do Instituto Royal, que resultou no resgate de 178 cães da raça beagle. O laboratório, localizado na cidade de São Roque, entre São Paulo e Sorocaba, havia recebido um aporte de 5,2 milhões de reais de uma agência de fomento, ligada ao Ministério da Ciência, para fazer testes de toxicidade com cachorros, coelhos, camundongos e ratos.

A celeuma do Royal começou em 2012, quando um tratador chamado Henrique Cesar Pereira da Silva entrou em contato com a Aspa, a Associação Sempre Pelos Animais, de São Roque, após passar uma semana trabalhando no canil do laboratório. A associação encaminhou uma denúncia ao Ministério Público, que abriu um inquérito para investigar o

caso. O tratador foi ouvido, assim como uma veterinária do Royal. A pedido do Ministério Público, um biólogo e uma veterinária independentes fizeram visitas técnicas ao laboratório. Depois disso, o inquérito ficou estagnado.

Em 2013, a associação de São Roque pediu ajuda da Uipa, a União Internacional Protetora dos Animais, sediada em São Paulo. O caso chegou à imprensa e às redes sociais – o que acabou motivando cinco ativistas a se acorrentarem, por uma semana, no portão de entrada do Royal. No dia 17 de outubro, uma quinta-feira, representantes do laboratório concordaram em se reunir com os ativistas no Centro de Saúde de São Roque. “Eu fui acompanhar”, contou-me a advogada Viviane Cabral, de 45 anos, assessora do deputado federal Ricardo Tripoli, do PSDB de São Paulo. “Mas quando deu cinco da tarde, nos avisaram que não iriam mais. As protetoras entenderam que aquela tinha sido uma artimanha para tirá-las do portão.” Ato contínuo, o portão lotou de gente.

Às duas da manhã, quando o instituto estava vazio, os ativistas cortaram o alambrado, quebraram algumas portas e entraram. Fizeram uma fila indiana para tirar os cachorros e os coelhos das gaiolas. Por falta de logística, ou de empatia, os camundongos e ratos foram deixados para trás. Cabral argumenta que eram muitos, os roedores. “Ninguém tinha caixa para transportá-los.”

Naquele mês, Ricardo Tripoli pediu a instauração, na Câmara dos Deputados, de uma comissão externa para apurar o caso. “Chegou muita coisa, incluindo um envelope lacrado, sem remetente, com um monte de documento tirado do instituto”, contou Cabral. Partes da descrição, no relatório final, fazem lembrar o cenário de um presídio: “Os canis não possuíam incidência de luz solar, e eram desprovidos de camas, casinhas ou paletes. Os filhotes mantidos no canil estoque demonstravam alto grau de estresse, e permaneciam encarcerados em gaiolas metálicas suspensas, de 2,5 por 1,5 metro, que acomodavam até cinco cães. Latiam incessantemente, tornando o ambiente insalubre e estressante. O odor de fezes era sentido ainda na entrada da sala.”

Viviane Cabral lembrou que nenhum dos cinco inquéritos sobre o Royal chegou à fase processual: “O desfecho legal não aconteceu, mas o caso levantou uma discussão, mostrou uma evolução histórica, colocou a sociedade se opondo a uma prática vigente, ainda que essa prática seja permitida.”

O dentista José Mauro Granjeiro era coordenador do Conceia, o Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – um colegiado vinculado ao Ministério da Ciência –, na época da invasão do Royal. Ele me disse que o instituto cumpria todos os protocolos exigidos para a pesquisa, tanto que fora agraciado com o selo de Boas Práticas de Laboratório,

concedido pelo Inmetro. “A invasão trouxe à discussão um tema importante, mas foi ruim para o país. Jogou vários anos de pesquisa no lixo”, afirmou. “O Royal fazia testes de toxicidade aguda e sensibilidade cutânea que quase ninguém fazia. Agora, têm que ser feitos no exterior.”

O Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal foi criado em 2008, como parte de uma legislação que estabelecia regras para o uso de animais em pesquisa. Em 2014, o Conceia publicou duas resoluções normativas, em que autorizava o uso de 24 métodos alternativos já validados na Europa. A partir do próximo ano, parte desses métodos – que incluem a pele reconstituída e o uso de córneas bovinas – vai se tornar obrigatória, em substituição a alguns testes com cobaias.

Quem coordena atualmente o Conceia é a biomédica Monica Andersen, uma mulher elegante, especializada no estudo do sono. Ela trabalha na Universidade Federal de São Paulo, numa sala decorada com quadros e pelúcias de animais de laboratório. Numa das imagens emolduradas aparecem três camundongos vestidos de astronauta (roedores foram lançados ao espaço muito antes do voo de Yuri Gagarin). Outro quadro traz um grupo de ratos sem pelo, da raça hairless, sob o título “Colônia nudista”. Um terceiro retrata uma cobaia, acompanhada de uma frase em inglês, que explica: “É claro que ela parece cansada. Está trabalhando há dois anos pela cura do câncer.”

Andersen começou a estudar a ciência de animais em laboratório em 1999, no Canadá, durante um curso preparatório para o doutorado. “O doutorado era sobre ciência do sono”, lembrou. “Mas eu só podia cursar se completasse uma aula sobre o manejo de animais.” Foi quando descobriu haver um universo de regras, leis e condutas, por lá, que não existiam no Brasil. “Aqui eu falava: ‘Me libera trinta ratos para amanhã’, e conseguia.” Desde então, escreveu três livros sobre o assunto. Um deles, publicado em parceria com o fisiologista Sergio Tufik, foi dedicado “aos animais de laboratório que, com suas vidas, dão uma contribuição notável ao desenvolvimento de novas técnicas e tratamentos médicos”.

“Às vezes você vai ter que usar um número grande de animais para beneficiar o que está lá na frente”, ela disse, pragmática, durante uma conversa no ano passado. “A sociedade protetora vende uma ideia muito bonita, mas é preciso pensar que doenças seriam negligenciadas”, caso se priorizasse a vida dos animais usados nos experimentos. Exemplificou: “Uma amiga minha, de faculdade, tinha alopecia areata, uma doença em que caem todos os pelos do corpo. Dá para testar o tratamento no camundongo hairless.” Citou também uma regra da empresa aérea Latam, que não transporta animais de laboratório. “Isso

significa que ela não carrega cobaias que podem ajudar a estudar o vírus da zika no Nordeste.”

Andersen fala em dez anos para que se comece a ver alguma redução mais significativa na pesquisa com bichos. Hoje, de acordo com o Conceia, 650 mil animais são usados por ano, no Brasil, em pesquisa científica (os dados, de 2015, foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Imprensa). Aves respondem por quase um terço do total, seguidas de camundongos, peixes e ratos (é preciso frisar que um teste de ração já configura uso científico; daí a abundância de aves). Thales Tréz acredita que os números são mais expressivos. “Há vários biotérios que funcionam sem o aval do Conceia.”

Voltei a encontrar Talita Marin na manhã de uma segunda-feira, em dezembro do ano passado. Ela estava em seu laboratório, no LNBio, acompanhada de uma assistente, Nathalia Indolfo, que a ajudava a preparar o conteúdo de dezoito chips. O silêncio das duas só era quebrado pelo barulho alto de uma máquina de esterilização. “Chato, né?”, comentou Marin, enquanto colocava o meio de cultura em cada chip. “Vou misturar o fluido do intestino com o do fígado, para os dois ficarem bem.”

O laboratório tinha uma estufa ajustada à temperatura do corpo humano, de onde Marin tirou dois estojos, cada qual com 24 organoides de intestino. “Eles ficaram três semanas no líquido, para atingir o desempenho máximo”, explicou, antes de depositá-los nos chips com a ajuda de uma pinça. Depois partiu para os organoides de fígado, que se acumulavam às dezenas em três recipientes (cada “fígado” é formado por vinte grãos separados, que têm que ser “pescados” um a um, com uma pipeta, e depois colocados no chip). O trabalho durou meia hora.

“Agora a Nathália vai colocar o paracetamol no intestino”, explicou Marin, enquanto a assistente pingava um líquido vermelho em cada chip. Em seguida, Indolfo caminhou até bancada onde estava a unidade de controle – o computador que bate sessenta vezes por minuto, transportando ar comprimido para o chip, como se fosse um coração. Plugou os dutos de ar em parte dos chips, e depois os colocou dentro da estufa. O efeito do remédio seria medido em intervalos subsequentes: após os trinta minutos iniciais, e depois de uma, duas, três, seis, doze e 24 horas, de forma a mapear como o medicamento atua, no chip, ao longo de um dia.

Enquanto aguardava, perguntei a Marin quais seriam os próximos passos da pesquisa para desenvolver o Human on a Chip. “No ano que vem vamos integrar rim e tecido adiposo, para ter uma farmacocinética completa”, respondeu, referindo-se ao processo de absorção e a distribuição de um fármaco no corpo. Os testes de eficácia – ou seja, do efeito clínico de uma

substância – só devem acontecer quando o chip tiver mais organoides. “Aí, em vez de saber o que corpo faz com o remédio, saberemos o que o remédio faz com o corpo”, explicou. Para ela, o grande desafio é achar um meio de cultura – o substituto do sangue – que funcione igualmente bem para todos os tipos de células usados no chip. “Vai acontecer. Tem muita gente trabalhando para isso, no mundo todo.”

Eduardo Pagani, seu chefe no LNBio, é taxativo: “Não tem nenhuma chance de o Human on a Chip não dar certo.” Lembra que a pele reconstituída, inventada no final da década de 70, é hoje amplamente usada pela indústria de cosméticos. “Se funcionou para um organoide, vai funcionar para os outros”, disse. “Talvez demore três décadas. Eu vou estar gagá, em cadeira de rodas, mas vou ver.”

### **Reportagem 3:**

#### **O QUE SIGNIFICA MORRER**

Os esforços de uma mãe para provar que sua filha ainda está viva – e como isso colocou em questão a definição de morte cerebral

RACHEL AVIV

Antes de se submeter a uma cirurgia de amígdalas, Jahi McMath, uma garota negra de 13 anos, moradora de Oakland, na Califórnia, perguntou ao dr. Frederick Rosen quais eram suas qualificações. “Quantas vezes o senhor já fez essa cirurgia?” Centenas de vezes, o médico respondeu. “E dormiu bem essa noite?” Sim, tinha dormido bem. Nailah Winkfield, a mãe de Jahi, deu corda para ela continuar sua pesquisa. “É seu corpo”, disse. “Fique à vontade para perguntar o que quiser”.

Jahi não queria ser operada de jeito nenhum, mas a mãe jurou que a cirurgia melhoraria sua qualidade de vida. A adolescente, que sofria de apneia do sono, ficava cada vez mais exausta e dispersiva na escola. Roncava tão alto que sentia vergonha de dormir na casa de alguma amiga. Nailah havia criado quatro filhos sozinha, e Jahi, a segunda, era a mais atormentada. Quando via alguma notícia na televisão sobre guerras em outros países, perguntava baixinho: “Vai chegar aqui?” As colegas caçoavam por ela ser “truncudinha”. Jahi não protestava. Uma ou outra vez, Nailah foi até a escola pedir aos professores que controlassem os demais alunos.

A cirurgia, no Hospital Pediátrico de Oakland, durou quatro horas. Quando Jahi acordou, por volta das sete da noite de 9 de dezembro de 2013, as enfermeiras lhe ofereceram um picolé de uva para aliviar a garganta. Cerca de uma hora mais tarde, a menina começou a cuspir sangue. As enfermeiras a tranquilizaram e lhe deram uma tigelinha de plástico onde cuspir. Uma delas anotou que lhe havia recomendado “relaxar e, se possível, não tossir”. Por volta das nove daquela mesma noite, o curativo que envolvia o nariz da garota estava ensanguentado. Marvin, o marido de Nailah, motorista de caminhão, solicitou várias vezes a presença de um médico. Como resposta, uma enfermeira lhe comunicou que apenas um membro da família podia ficar no quarto. Ele saiu.

Nailah, que trabalhava no setor de vendas da Home Depot – uma rede de lojas especializadas em produtos e materiais para construção –, conta: “Ninguém nos dava ouvidos, e eu não posso provar o que vou dizer, mas sinto no fundo do meu coração que, se Jahi fosse branca, teriam sido mais solícitos e atenciosos.” Chorando, ela ligou para sua mãe, Sandra Chatman, que por trinta anos trabalhou como enfermeira numa clínica cirúrgica da Kaiser Permanente, empresa de assistência médica sediada em Oakland.

Sandra, uma mulher calma e cordial que com frequência usa uma flor nos cabelos, chegou ao hospital às dez da noite. Ao constatar que Jahi já havia enchido de sangue um recipiente de 200 mililitros, perguntou a uma enfermeira: “Isso não me parece normal, você não acha?” Outra enfermeira escreveu em suas anotações que os médicos de serviço naquele momento haviam sido “avisados várias vezes ao longo do turno” de que a garota estava sangrando. Uma outra registrara que os médicos estavam “a par do sangramento pós-operatório”, mas que tinham dito que não haveria “intervenção imediata nem da Otorrinolaringologia nem da Cirurgia”. Rosen já fora embora. No prontuário, o cirurgião havia escrito que a artéria carótida direita de Jahi talvez estivesse anormalmente próxima da faringe, uma anomalia congênita que pode aumentar o risco de hemorragia. Mas as enfermeiras responsáveis pela recuperação da paciente não pareciam ter ciência desse problema e não o mencionaram em seus apontamentos. (O representante legal de Rosen disse que seu cliente não podia falar sobre Jahi e que tampouco o hospital podia se manifestar, em razão das leis que regulam o sigilo médico; no entanto, um advogado declarou que o hospital considera adequados os cuidados dispensados a Jahi.)

Havia 23 leitos na Unidade de Terapia Intensiva, distribuídos por três salas. Na sala de Jahi, Sandra perguntou a um médico que estava no outro canto em que o leito da menina estava disposto: “Por que vocês não estão cuidando da minha neta?” O médico instruiu a enfermeira de serviço a não trocar a camisola da menina, a fim de que ele pudesse avaliar o

volume de sangue que ela estava perdendo, e pingar Afrin no nariz dela. Sandra, responsável por oficinas na Kaiser Permanente sobre como melhorar a empatia na relação médico-paciente, disse que ficou surpresa com o fato de o médico nem ter se apresentado: “Ficou ali, carrancudo e de braços cruzados, como se pensasse que fôssemos lixo.”

Às 0h13, Sandra viu no monitor da neta que os níveis de saturação de oxigênio tinham caído para 79%. Ela gritou para a equipe médica, e diversas enfermeiras e médicos correram até a garota e começaram a entubá-la. Sandra ouviu um médico dizer: “Merda, o coração dela parou!” Os batimentos cardíacos e a respiração só foram estabilizados duas horas e meia depois. Sandra diz que, na manhã seguinte, Rosen parecia ter chorado.

Dois dias mais tarde, declararam a morte cerebral da menina. Ela seguia respirando com o auxílio de uma máquina, mas suas pupilas não reagiam à luz, ela não apresentava reflexo nauseoso e os olhos permaneciam imóveis quando pingavam água gelada num e noutro ouvido. O respirador mecânico foi desligado por um instante, à guisa de teste, mas os pulmões de Jahi se encheram de dióxido de carbono. O eletroencefalograma não mostrou nenhuma atividade cerebral.

Como todos os estados norte-americanos, a Califórnia segue uma versão do Uniform Determination of Death Act, de 1981, a lei que regulamentou e uniformizou a definição de morte e estabeleceu que está morto todo indivíduo que tiver sofrido “cessação irreversível da totalidade das funções do cérebro como um todo, incluindo o tronco cerebral”. Na Califórnia, a lei exige que os hospitais permitam “um período razoável de acomodação” antes de desconectar o respirador – longo o bastante para permitir que a família se reúna, mas não a ponto de negligenciar “as necessidades de outros e eventuais pacientes igualmente necessitados de cuidados urgentes”.

Numa reunião com Rosen e demais membros da equipe médica, a família de Jahi exigiu um pedido de desculpa. Conforme registrou uma assistente social presente à reunião, Rosen “expressou condolências”. Para a família não foi o bastante. “Saia um pouco da sua função”, Marvin pediu ao médico. “Admita que houve um erro!” Sandra disse que Jahi não havia “recebido o tratamento que merecia”.

Ao longo dos dias que se seguiram, uma assistente social insistiu repetidas vezes que a família se planejasse para tirar Jahi do respirador. Recomendou ainda que pensassem em doar os órgãos da menina. Segundo Marvin, a reação da família foi: “Não, senhora: primeiro, diga o que foi que aconteceu com ela.” Solicitaram o prontuário médico, mas não foram autorizados a vê-lo enquanto Jahi estivesse internada. Nailah não entendia como a filha podia estar morta se sua pele seguia quente e macia e, vez por outra, a menina movia os braços, os

tornozelos e os quadris. Os médicos explicaram que aqueles movimentos eram apenas reflexo medular, o que a literatura médica chama de “sinal de Lázaro”.

Sharon Williams, uma médica negra especializada em terapia intensiva, solicitou à administração do hospital que desse à família um pouco mais de tempo para chorar sua perda: tirar Jahi do respirador de imediato “não atende plenamente ao interesse da família”. Mas, passada uma semana sem que os familiares mudassem de opinião, Williams pediu para ter uma conversa com Sandra “de mulher para mulher”. De acordo com Sandra, Williams teria dito que, se esperassem mais tempo para desligar o respirador, a menina não teria um bom aspecto no funeral, e acrescentou: “Você sabe como a gente é.” (Williams discorda que a conversa com Sandra tenha ocorrido nesses termos.)

“‘A gente’ quem?”, Sandra se lembra de ter pensado. “Os negros? Eu me senti tão diminuída! Sim, muitas crianças negras morrem em Oakland, e as pessoas fazem funerais para suas crianças – mas isso não quer dizer que somos todos iguais. Você acha que devemos nos acostumar a ver morrer nossos filhos, que isso é só parte do que os negros têm que suportar?” E acrescentou: “Naquele momento, eu simplesmente perdi toda a confiança.

O irmão mais novo de Nailah, Omari Sealey, passou a dormir junto ao leito da sobrinha, para ter certeza de que não “acabariam com ela”. Disse: “Senti que a vida dela não valia muito para eles. Era como se tentassem nos enxotar dali.” Ex-estrela do beisebol da Universidade Estadual de San Diego, Sealey tinha muitos seguidores nas redes sociais e anunciou, no Instagram e no Facebook, que o hospital estava pressionando a família a desligar o respirador mecânico de Jahi. “Ficam nos despejando toda uma patacoada jurídica”, ele escreveu. “Mas não acabou, não até que Deus diga que acabou.” Nos comentários, um amigo escreveu: “É uma cadeia universal de DESRESPEITO!!! SISTEMA DE SAÚDE FDP!!!” Outro disse: “Querem nos ver mortos ou na cadeia. Só não nos querem vivos.”

Uma semana depois da cirurgia, Sealey ligou para um advogado especializado em lesões corporais, Christopher Dolan, e disse: “Vão matar minha sobrinha.” Dolan aceitou cuidar do caso de graça, embora não tivesse nenhuma experiência em questões judiciais envolvendo o fim da vida. O advogado, que descreve a si próprio como um “católico quando convém”, resolveu agir motivado por um sentimento vago de que uma criança cujo coração ainda batia não podia estar inteiramente morta. Redigiu um documento solicitando a interrupção de toda e qualquer iniciativa por parte do hospital – a chamada *cease and desist order*. Se os médicos desligassem o respirador estariam violando os direitos civis de Jahi e de sua família. Sealey colou esse lembrete à cama da sobrinha e ao monitor de oxigênio.

Numa petição à Corte Superior do Condado de Alameda, Dolan também requisitou que um médico estranho ao hospital examinasse Jahi. Escreveu que, no caso do hospital, havia um conflito de interesses, porque, se seus médicos fossem condenados por imperícia ou negligência, “pôr fim à vida de Jahi reduziria drasticamente sua responsabilidade civil”. Para mortes por negligência ou omissão, o estado da Califórnia prevê um valor máximo de 250 mil dólares a título de indenização pela dor e pelo sofrimento. Mas, estando o paciente vivo, não há limite para essa soma. Numa moção em separado, Dolan argumentou que o hospital estava infringindo o direito de Nailah de dar expressão a sua crença religiosa: como cristã, ela acreditava que, enquanto o coração da menina batesse, sua alma seguia habitando o corpo.

Em 19 de dezembro, dez dias depois da operação, David Durand, vice-presidente e médico-chefe do hospital, promoveu uma reunião com a família, que lhe pediu para manter Jahi no respirador até o Natal, na esperança de que o inchaço no cérebro pudesse diminuir. Durand negou. A família também pediu que a menina fosse alimentada artificialmente. Durand negou mais uma vez. A ideia de que aquele procedimento pudesse ajudá-la a se recuperar era “absurda”, ele escreveu mais tarde, e apenas reforçaria a “ilusão de que ela não está morta”.

Ante a insistência da família, Durand perguntou: “O que é que vocês não estão entendendo?” De acordo com a mãe, o padrasto, a avó, o irmão da menina e Dolan, que tomou notas, Durand esmurrou a mesa, dizendo: “Ela está morta. Morta, morta.” (Durand nega ter esmurrado a mesa e repetido a palavra.)

Três dias antes do Natal, um grupo de líderes da igreja em Oakland se reuniu na frente do hospital, pedindo que a promotora de Justiça investigasse o que havia acontecido com Jahi. “Ela não é digna de todos os cuidados médicos?”, Brian K. Woodson, o pastor local da Christian Connection, perguntou numa coletiva.

No dia seguinte, Evelio Grillo, juiz da Corte Superior do Condado de Alameda, nomeou um perito para examinar Jahi: Paul Fisher, chefe da Neurologia Pediátrica do hospital infantil da Universidade Stanford. Durante a audiência, 200 pessoas marchavam diante do hospital, segurando cartazes que diziam: “Justiça para Jahi!” e “Médicos erram!” Cerca de um quarto dos manifestantes eram amigos e vizinhos da família. Nailah morava perto de sua mãe, que, por sua vez, vivia a poucas quadras da própria mãe, uma mulher que, de Opelousas, no estado da Louisiana, se mudara para Oakland no auge do movimento pelos direitos civis.

Fisher repetiu o exame padrão para determinar morte cerebral e confirmou o diagnóstico do hospital. Fez também um exame de cintilografia de perfusão cerebral. “O que se vê é um vazio completo, todo branco, na região da cabeça onde fica o cérebro”, ele disse a

Grillo no dia seguinte. “Normalmente, veríamos uma área escura, preta.” O juiz decidiu que o hospital poderia desligar o respirador em seis dias.

A família recorreu à plataforma de *crowdfunding* GoFundMe para juntar dinheiro e transferir Jahi a outro hospital por via aérea (“Reconhecemos que não temos muita chance”, Nailah escreveu), e desconhecidos que haviam se inteirado do caso pela mídia doaram mais de 60 mil dólares. A Terri Schiavo Life & Hope Network – uma organização fundada pelos irmãos e parentes de Terri Schiavo, que passou quinze anos em estado vegetativo persistente e se tornou um marco do movimento pelo direito à vida – pôs seus contatos à disposição na busca por outro hospital. Até então Nailah nunca havia pensado sobre o direito à vida. Na questão do aborto, era pró-escolha. “Eu só queria tirar Jahi dali”, ela disse. Sandra às vezes se perguntava: “Se o hospital tivesse sido mais compassivo, teríamos lutado tanto?”

Nailah pediu ao Hospital Pediátrico que fizesse uma traqueotomia, um procedimento que possibilita que o ar do respirador seja enviado diretamente para a traqueia, o que permitiria a Jahi respirar com mais segurança durante o transporte. A Comissão de Ética Médica do hospital decidiu por unanimidade que a cirurgia era inapropriada. “Nem um único objetivo da medicina – seja a preservação da vida, a cura de uma enfermidade, o restabelecimento das funções vitais ou o alívio do sofrimento – pode ser alcançado dando-se prosseguimento à respiração e ao auxílio artificial a um paciente em óbito”, escreveram. E mais: afirmaram que os médicos e as enfermeiras que cuidavam de Jahi estavam sendo submetidos a uma “tremenda pressão moral”, e que atender às solicitações da família acarretaria “preocupações significativas em matéria de justiça e equidade”.

Pouco antes de expirar o prazo determinado pelo tribunal, o juiz Grillo o prorrogou por mais oito dias. Não muito tempo depois disso, Dolan e os advogados do hospital chegaram a um acordo: o hospital liberaria Jahi para os médicos-legistas do Condado de Alameda, que a declarariam morta. A família teria então “total e exclusiva responsabilidade” sobre a menina.

Em 3 de janeiro de 2014, a autoridade competente emitiu uma certidão de óbito. Na causa da morte, informou: “Investigação em curso.”

Dois dias mais tarde, duas enfermeiras de um serviço de transporte aéreo entraram no quarto de Jahi. Um médico do Hospital Pediátrico desconectou a garota do respirador mecânico e a conectou a outro, portátil. As duas enfermeiras transferiram Jahi para uma maca e a levaram até uma ambulância sem identificação estacionada na porta dos fundos do hospital. O San Francisco 49ers estava jogando contra o Green Bay Packers naquele dia, e Dolan esperava que a partida de futebol americano distraísse a multidão de jornalistas reunida

na entrada principal. Não disse a ninguém para onde Jahi seria levada – nem mesmo à família –, porque teve medo de que o hospital descobrisse e, de alguma forma, frustrasse o plano.

Nailah, a mãe de Jahi, foi a única da família que teve permissão para em-barcar no avião, pago com o dinheiro arrecadado no GoFundMe. Estava apavorada com o barulho do respirador portátil, um ruído tão alto quanto o da turbina. Foi somente depois de pousar que ela descobriu que estavam em Nova Jersey, um dos dois estados norte-americanos em que as famílias podem rejeitar o conceito de morte cerebral, caso ele viole sua crença religiosa (o outro é Nova York). Nesses estados, as leis foram escritas para atender aos judeus ortodoxos, uma vez que, com base no Talmude, parte deles acredita que, se há respiração, há vida.

Jahi foi internada no Hospital Universitário de St. Peter, em New Brunswick, que é administrado pela diocese católica de Metuchen. Nailah conta: “Eu não tinha plano nenhum, não tinha onde morar, nada.” Levava consigo uma única mala. “Quando se trata da minha filha, sou um animal”, ela me disse. “Só mais tarde é que fui me perguntar: ‘O que foi que eu fiz?’”

O Hospital Pediátrico de Oakland contratou Sam Singer, especialista em comunicação de crise e gestão de reputação, para lidar com a mídia que cobria o caso. “A percepção geral no hospital era a de que estavam todos sitiados”, ele disse. “Não estavam acostumados a esse tipo de barraco.” Dois dias após a partida de Jahi, Singer (a quem o *San Francisco Chronicle* chama de “o bambambã do mercado”) declarou a um diário local: “Nunca vi desrespeito à verdade mais leviano.” E, numa coletiva em frente ao hospital, afirmou: “Dolan criou uma mentira. Uma mentira muito triste: que de alguma forma Jahi McMath está viva. Não está. Ela morreu, e isso de acordo com todas as leis em vigor no estado da Califórnia, bem como segundo toda e qualquer crença religiosa que se possa imaginar.”

Os bioeticistas também menosprezaram a decisão da família. Num artigo publicado no *Newsday*, Arthur Caplan, diretor e fundador do Departamento de Ética Médica da Universidade de Nova York e talvez o profissional mais conhecido do país nessa área, escreveu: “Mantê-la num respirador é o mesmo que profanar seu corpo.” À CNN, o cientista declarou: “A probabilidade de ela sobreviver muito tempo é nenhuma.” Por fim, numa entrevista para o *USA Today*, Caplan acrescentou: “Não se pode alimentar um cadáver”, e mais: “Ela vai começar a se decompor.” Laurence McCullough, professor de ética médica da Universidade Cornell, criticou todo e qualquer hospital que se dispusesse a receber Jahi. “Estão pensando o quê?”, ele perguntou. E completou: “Só há uma palavra para isso: loucura.”

Robert Truog, diretor do Centro de Bioética da Faculdade de Medicina de Harvard, se disse incomodado com o tom da cobertura por parte da imprensa. “Penso que a comunidade da área de bioética sentiu necessidade de apoiar o costumeiro entendimento que se tem da morte cerebral”, ele me disse, “inclusive a ponto de tratar a família com verdadeiro desdém, e eu me senti muito mal com isso.” Truog entendeu que o contexto social por trás da decisão da família havia sido ignorado. Duas vezes mais que os brancos, os negros pedem que a vida seja prolongada, mesmo em casos de coma irreversível – uma atitude que provavelmente deriva do medo da negligência. Um grande número de pesquisas mostrou que os pacientes negros têm menos probabilidades de obter medicamentos e cirurgias adequadas do que os brancos, independentemente do seu nível de seguro ou educação, e são mais propensos a receber intervenções médicas indesejáveis, como amputações. Nas palavras de Truog: “Quando um médico diz que seu ente querido está morto e ele não parece estar morto, eu compreendo que, mais uma vez, você possa achar que ele não recebeu o cuidado apropriado por causa da cor da pele.”

Até a década de 60, a única maneira de morrer era por falência cardiorrespiratória. A ideia de que a morte poderia ser diagnosticada a partir do cérebro só surgiu depois do advento do respirador mecânico, que permite o que à época ficou conhecido como “tratamento de oxigênio”: enquanto o sangue carregar oxigênio até o coração, este pode continuar batendo. Em 1967, Henry Beecher, renomado bioeticista da Faculdade de Medicina de Harvard, escreveu a um colega que “seria bastante desejável que um grupo da Universidade de Harvard chegasse a alguma conclusão razoável quanto a uma nova definição para a morte”. Pacientes em coma permanente mantidos por respiradores mecânicos estavam “crescendo em número pelo país todo, e há uma série de problemas que deveriam ser enfrentados corajosamente”.

Beecher criou uma comissão composta de homens que já se conheciam: dez médicos, um advogado, um historiador e um teólogo. Em menos de seis meses, concluíram um relatório publicado no *Journal of the American Medical Association*. A única citação do texto provinha de um discurso do papa. A comissão propunha que a morte fosse definida como a destruição irreversível do cérebro e dava duas razões para tanto: aliviar o fardo das famílias e dos hospitais, que estavam fornecendo cuidados inúteis a pacientes que jamais se recuperariam, e enfrentar o fato de que “o emprego de critérios obsoletos para a definição da morte pode resultar em controvérsia na obtenção de órgãos para transplante” – um campo que se desenvolvera com rapidez (nos cinco anos anteriores, médicos haviam realizado os primeiros transplantes de pâncreas, fígado, pulmão e coração). Numa versão anterior do documento, a segunda razão havia sido exposta de forma mais direta: “Há grande necessidade

dos tecidos e órgãos de pacientes em coma irreversível para que possamos restabelecer a saúde dos que ainda podem ser salvos.” (A formulação foi revisada depois de o chefe da Faculdade de Medicina de Harvard ter escrito que “a afirmação suscita conotação infeliz”.)

Nos doze anos seguintes, 27 estados norte-americanos reescreveram suas definições de morte para adequá-las às conclusões da comissão de Harvard. Milhares de vidas foram prolongadas ou salvas a cada ano graças à declaração de morte cerebral de pacientes – uma definição de morte que acabou sendo adotada no Reino Unido, no Canadá, na Austrália e em boa parte da Europa. Agora esses pacientes podiam doar seus órgãos. O filósofo Peter Singer descreveu a nova definição como “um conceito tão desejável em suas consequências que seria impensável abrir mão dele, e tão precário em seu embasamento que mal se pode apoiá-lo”. A nova morte era “uma escolha ética disfarçada de fato médico”, escreveu.

Ambiguidades legais persistiram – pessoas consideradas vivas numa região do país podiam ser declaradas mortas em outra – e, em 1981, a Comissão Presidencial para o Estudo de Problemas Éticos propôs uma definição unificada e uma teoria para a morte. Seu relatório, endossado pela Associação Médica Americana, afirmava que a morte é o momento em que o corpo para de operar como um “todo integrado”. Mesmo que a vida prossiga em órgãos e células individuais, a pessoa não está mais viva, porque os órgãos em funcionamento são apenas uma coleção de subsistemas mantidos artificialmente, os quais, é inevitável, vão se desintegrar. “Em geral o coração para de bater dentro de um prazo de dois a dez dias”, dizia o relatório.

O filósofo Daniel Wikler, professor de Harvard e principal autoridade em ética da Organização Mundial da Saúde, integrava a comissão. Disse-me que não achava que a teoria da comissão no tocante à morte fosse corroborada pelos fatos científicos arrolados. “Pensei que seria possível demonstrar que ela era falsa, mas e daí?”, ele se pergunta. “À época, não vi nenhuma desvantagem nela.” Wikler disse à comissão que o mais lógico seria afirmar que a morte ocorria quando da destruição do telencéfalo – o centro responsável pela consciência, pelos pensamentos e pelos sentimentos, características essenciais da identidade pessoal. Essa formulação teria abrangido um número bem mais amplo de pacientes: mortos estariam inclusive aqueles capazes de respirar sozinhos.

Apesar das reservas, Wikler redigiu o terceiro capítulo do relatório “Para entender o ‘significado’ de morte”. “Me puseram em apuros, e eu saí pela tangente”, ele contou. “Sabia que tinha um quê de má-fé nisso, mas fiz com que parecesse haver um bocado de incógnitas profundas e optei por uma linguagem vaga, para que ninguém pudesse dizer: ‘Ei, o filósofo de

vocês está afirmando que isso é absurdo.’ Foi o que pensei à época, mas não deixei transparecer no que escrevi.”

Quando Jahi chegou a Nova Jersey, ela não recebia nenhuma alimentação fazia mais de três semanas, e seus órgãos estavam entrando em colapso. A chefe da pediatria intensiva do St. Peter anotou que não havia “nenhuma esperança de recuperação do cérebro”. Nailah conta: “Eu não fazia ideia. Acreditava que ela seria alimentada artificialmente, que seria feita uma traqueotomia, que ela então se levantaria e ficaria tudo bem.” Na lanchonete do hospital, via outras famílias cochichando sobre ela.

Um cirurgião realizou a traqueotomia e espetou uma sonda em Jahi para alimentá-la com nutrientes e vitaminas. Nailah, que passava o dia todo no hospital, ficou amiga de umas enfermeiras que lhe contaram que o médico que realizara a traqueotomia estava sofrendo discriminação dos colegas. “Diziam para ele: ‘Você operou aquela garota morta?’”, Nailah relata. (O hospital não respondeu as minhas ligações para falar sobre o caso. No prontuário de Jahi, um médico anotou que a administração do St. Peter aceitara tratá-la “sem a concordância da equipe médica”.)

Nailah e Marvin dormiam numa casa pertencente ao hospital, até que, passados três meses, foram solicitados a sair para que outras famílias pudessem ocupá-la. Pegaram um táxi até um motel. Passaram os três meses seguintes vivendo no motel que oferecesse a melhor diária. A filha caçula de Nailah, Jordyn, foi morar com a tia, e o filho, Jose, com o pai, em Oakland. (A filha mais velha já era adulta e morava sozinha.) O Departamento de Recursos Humanos da Home Depot continuava ligando para Nailah, para saber quando ela voltaria ao trabalho. “Não sei”, ela respondia. Por fim, pararam de ligar. Nailah, que tinha casa própria em Oakland, disse: “Eu me sentia como se tivesse sido exilada de meu estado.”

Em março, a saúde de Jahi começou a se estabilizar. A pele ficou mais elástica, membros e rosto desincharam, a pressão se firmou. Sobre sua condição, os médicos escreveram simplesmente “estável”. Nenhuma clínica de reabilitação a aceitaria, razão pela qual Jahi permaneceu na Unidade de Terapia Intensiva do hospital, a um custo, segundo Nailah, de cerca de 150 mil dólares semanais, cobertos pelo Medicaid. De acordo com uma lei de 1991 do estado de Nova Jersey, as companhias de seguro não podem negar cobertura com base em “crenças religiosas relativas à aplicação de critérios neurológicos para a constatação do óbito”. Alan Weisbard, diretor executivo da comissão de bioética que redigiu a lei, disse-me: “Achei que nossa posição deveria ser de humildade, mais do que de certeza.”

Weisbard já havia atuado como diretor jurídico assistente na Comissão Presidencial que tratara da questão da morte e, como Wikler, sentia-se desconfortável com o resultado.

“Penso que as pessoas que se debruçaram conceitualmente e em profundidade sobre a questão da morte cerebral têm um QI bastante elevado, valorizam enormemente a própria capacidade cognitiva – gente que acredita que a capacidade de pensar, planejar e agir é o que dá sentido à vida. Mas há uma outra tradição que dá ênfase maior ao corpo.” O conceito de morte cerebral é rejeitado pela população indígena norte-americana, por muçulmanos, protestantes evangélicos e judeus ortodoxos. A ideia também é vista com ceticismo no Japão, o que se deve em parte à desconfiança na autoridade médica. O primeiro transplante de coração realizado no Japão, em 1968, tornou-se um escândalo nacional – não era evidente que o doador não poderia se recuperar, nem que o receptor (que morreu logo em seguida) precisasse de fato de um coração novo. Depois disso, o país jamais adotou uma lei abrangente que determinasse que a morte cerebral equivalia à morte do ser humano. Weisbard, um judeu praticante, disse não concordar que “comunidades minoritárias deveriam ser forçadas a aceitar uma definição da morte que viola suas crenças, práticas religiosas e seus sentidos”.

Nailah não parava de pensar numa conversa que tivera com os filhos um ano antes. Para provocá-los, havia dito: “Vou cuidar dos assuntos de vocês pelo resto da vida.” Quando o filho se gabou que viveria mais que ela, Nailah brincou: “Vão me pôr num respirador.” Jahi nunca tinha ouvido aquela palavra e perguntou o significado. “É uma máquina que mantém a gente viva”, Nailah explicou. E acrescentou: “Nunca vou esquecer. As crianças riram, mas Jahi disse: ‘Bom, se alguma coisa acontecer comigo, me ponha numa máquina dessa.’”

No St. Peter, uma musicoterapeuta visitava regularmente a UTI. Junto à cama de Jahi, ela tocava harpa – canções de ninar, melodias suaves. Nailah notou que o ritmo dos batimentos cardíacos da menina, em geral acelerado, diminuía com a música, e se perguntou se a filha não estaria relaxando com aquelas canções.

“Eu sabia que Jahi estava ali”, disse Nailah, que então começou a pedir à filha que movesse diferentes partes do corpo. Numa dessas tentativas, filmada no celular, Nailah está ao lado do leito da menina, sem tocá-lo. Os olhos de Jahi permanecem fechados, a cabeceira da cama ergue-se num ângulo de 45 graus. As mãos da garota repousam sobre uma toalha enrolada, para que ela não dobre os dedos em garra. “Mexa a mão”, pede Nailah. Dois segundos depois, Jahi ergue o pulso direito. “Muito bem!”, diz a mãe. “Você consegue fazer isso de novo? Mexa a mão para mim. Mexa bem.” Nove segundos depois, Jahi flexiona o antebraço, gira o pulso, derruba a toalha e ergue os dedos. Seu rosto segue quieto, sem expressão.

Em outro vídeo, Nailah diz: “Dê um chute.” O cobertor roxo foi dobrado para trás, deixando à mostra os pés descalços e os tornozelos de Jahi. Passados quinze segundos, ela

mexe os dedos dos pés. “Força, tente de novo”, Nailah pede. “Estou vendo você mexer os dedos, mas quero que você dê um chute.” Depois de 22 segundos, Jahi sacode o pé direito para cima. “Puxa, estou tão orgulhosa de você!”, diz Nailah, debruçando-se e beijando o rosto da filha.

Sete meses após a transferência para Nova Jersey, Jahi teve sua primeira menstruação. Sandra, que visitava a neta, requisitou ao médico de serviço uma bolsa de água quente e um analgésico – todas as mulheres da família tinham cólicas menstruais fortes –, e pediu que a menarca constasse do prontuário de Jahi. O médico disse que não podia ter certeza da causa daquele sangramento. Nailah respondeu: “Tem sangue saindo da vagina de uma adolescente, e de nenhum outro lugar, há cinco dias – o que o senhor acha que é? Conhece algum outro diagnóstico?” De acordo com Sandra, as duas ficaram tão agitadas que o médico por fim sugeriu: “Meninas, por que vocês duas não vão dar um passeio no parque, lá fora?”

No final de agosto de 2014, Jahi teve alta do St. Peter. No diagnóstico da alta constava morte cerebral. Ela se mudou para um apartamento de dois quartos que Nailah e Marvin haviam alugado num condomínio sem graça perto de New Brunswick. Os dois dormiam num colchão de ar sobre o chão, e Jordyn, que se mudara para estudar, dormia no sofá. O quarto de Jahi era o mais iluminado, com um janelão que dava para o estacionamento. Enfermeiras custeadas pelo Medicaid cuidavam da menina 24 horas por dia, revezando-se em turnos de oito horas. A cada quatro horas, Nailah as ajudava a virar o corpo da filha. Uma das enfermeiras mais leais à menina colou um aviso na parede do quarto: “Durante seu turno, interaja com ela”, escreveu. “Ela ouve você! Fale claro, devagar e com suavidade.” E acrescentou: “Ninguém sabe se ela entende, mas sua voz tranquila e seu toque podem ajudar.”

Não muito tempo depois de a família ter se mudado para Nova Jersey, dois investigadores e um policial apareceram no apartamento. O Departamento de Investigação da Polícia de Franklin tinha recebido uma denúncia anônima de que havia um cadáver na casa. Nailah conduziu os investigadores ao quarto de Jahi e mostrou-lhes o respirador. Os policiais concluíram que não havia nenhuma atividade criminosa e foram embora, mas a enfermeira de serviço ficou nervosa e pediu demissão. Havia meses, Nailah recebia e-mails e mensagens no Facebook acusando-a de maus-tratos e de explorar a filha por dinheiro. Desconhecidos abriram uma petição no Change.org com o intuito de “impedir Nova Jersey de seguir gastando dinheiro dos contribuintes para cuidar de um cadáver”; a petição dizia que Nailah havia comprado uma carteira de grife e vinhos caros, acusação baseada em fotos postadas no Instagram. Dolan, o advogado de Nailah, me disse: “Eles acham que ela é só uma mulher negra sugando recursos sociais.”

Nailah lia a Bíblia mais do que nunca e tentava se persuadir de que Deus a escolhera para sofrer porque ela era forte o bastante para suportar tudo aquilo. Em sua página no Facebook, descreveu a si mesma como “apenas uma negra forte que não está disposta a ouvir besteira de ninguém!”. Mas não aceitava que a lógica divina estivesse em jogo. “Eu realmente não sinto que foi esse o plano de Deus para a vida da minha filha”, ela disse.

Passado um mês da alta de Jahi, a Fundação Internacional para a Pesquisa Cerebral, um grupo de estudiosos de neurociências que apoia pesquisas inovadoras, ajudou a pagar ressonâncias magnéticas na Faculdade de Medicina Rutgers-Nova Jersey. Calixto Machado, o presidente da Sociedade Cubana de Neurofisiologia Clínica, voou até lá para analisar as imagens. Autor de mais de 200 artigos sobre distúrbios da consciência, Machado dirige um simpósio que, a cada quatro anos, atrai os principais pesquisadores do mundo no campo da morte cerebral. Ele disse: “Todo mundo falava de Jahi, Jahi isso, Jahi aquilo, mas ninguém conhecia o quadro neuro-lógico.” A menarca da menina – um processo mediado pelo hipotálamo, próximo da porção anterior do cérebro – sugeria que nem todas as funções neurológicas haviam cessado.

Dolan sentou ao lado de Machado no hospital, enquanto o cientista observava duas telas que exibiam imagens da cabeça e da coluna cervical de Jahi. Nos raros casos em que pacientes com morte cerebral são mantidos com o auxílio de um respirador, os neurologistas haviam observado um fenômeno batizado de “cérebro de respirador”: o cérebro se liquefaz. Para Machado, se o diagnóstico original estava correto e o sangue não circulava no cérebro de Jahi havia nove meses, ela apresentaria poucas estruturas de tecido na cavidade craniana, que só abrigaria fluidos e membranas desorganizadas.

Nas ressonâncias, Machado observou que o tronco cerebral de Jahi estava quase destruído. Mal se podiam reconhecer as fibras nervosas que ligam os hemisférios direito e esquerdo do cérebro. Mas grandes áreas do telencéfalo – que controla a consciência, a linguagem e os movimentos voluntários – permaneciam intactas do ponto de vista estrutural. Dolan gritou: “Ela tem um cérebro!”

Machado também realizou um teste que mede a interação entre os sistemas nervosos simpático e parassimpático, uma relação que regula estados de agitação e repouso. Valeu-se de três cenários experimentais, um dos quais chamou de “a mãe fala com a paciente”. Nailah postou-se ao lado da filha, sem tocá-la. “Ei, Jahi, estou aqui”, ela disse. “Amo você. Estamos todos tão orgulhosos.” Machado notou que o ritmo do batimento cardíaco da menina se alterava em resposta à voz da mãe. “Isso NÃO ACONTECE em pacientes com morte cerebral”, ele escreveu.

Três dias depois das ressonâncias, Dolan submeteu o relatório de Machado ao Departamento de Medicina Legal do Condado de Alameda e solicitou a anulação do atestado de óbito de Jahi – de modo que Nailah poderia retornar à Califórnia e Jahi seria tratada lá. Esse departamento e o de Saúde Pública rejeitaram o pedido. “O prazo para contestação da decisão da corte de que Jahi McMath teve morte cerebral expirou há muito tempo”, os advogados responderam.

Dr. Alan Shewmon, que acabara de se aposentar como chefe do Departamento de Neurologia do Centro Médico Olive View da Universidade da Califórnia em Los Angeles, leu o relatório de Machado e conjecturou se Jahi não seria vítima de um estado chamado de penumbra isquêmica, proposto pela primeira vez pelo neurologista brasileiro Cícero Galli Coimbra. A hipótese de Coimbra era que essa condição do cérebro podia conduzir a um diagnóstico equivocado de morte cerebral em pacientes com circulação sanguínea tão reduzida no cérebro que os exames habituais não conseguiam detectá-la. Se o sangue ainda fluía para certas partes do cérebro, em teoria, algum grau de recuperação talvez fosse possível.

Shewmon já diagnosticou morte cerebral em cerca de duas centenas de casos. É uma pessoa ponderada, formal e precisa. Quando lhe perguntei o que achava da cobertura da mídia, que afirmava que a morte de Jahi era iminente, ele fez uma pausa e respondeu: “Espero sentado.” Então riu mais alto do que eu teria imaginado, e calou-se.

Dois meses depois dos testes realizados por Machado, Shewmon voou para Nova Jersey e foi visitar Jahi. Empurrou uma cadeira para perto da cama da menina e, com um bloco de notas na mão, observou-a por seis horas. Jahi não respondeu a seus pedidos para que mexesse os membros, algo que Shewmon não considerou muito revelador. Ele havia analisado os vídeos gravados por Nailah, e eles lhe sugeriam que Jahi se encontrava num estado de consciência mínima, no qual os pacientes só têm consciência parcial ou intermitente de si mesmos e do ambiente. Escreveu que o estado da menina “representa um grande desafio tanto para a comprovação como para a refutação [*da morte cerebral*], porque é pequena a probabilidade de Jahi se apresentar em estado ‘reativo’ a um exame realizado aleatoriamente”.

Depois que Shewmon se foi, Nailah gravou mais vídeos. Obedeceu às instruções dele para não tocar na filha durante as gravações e para começá-las fora do quarto da menina. Shewmon acabou por analisar 49 vídeos contendo 193 comandos e 668 movimentos. Escreveu que os movimentos “seguem-se mais rapidamente ao comando do que seria de esperar de ocorrências aleatórias” e que “há uma correspondência muito forte entre a parte do corpo requisitada e aquela que se move a seguir. Não é razoável atribuí-la ao acaso”. Notou ainda que os movimentos “não apresentam nenhuma semelhança com qualquer tipo de

reflexo” e que, num dos vídeos, Jahi parece demonstrar um nível complexo de compreensão linguística. “Qual é o dedo que a gente usa para xingar?”, Nailah perguntou. “Quando você fica brava com alguém, que dedo você mostra?” Dois segundos depois, Jahi flexionou o dedo médio da mão esquerda. Depois, dobrou o mindinho. “Não é esse aí”, Nailah disse. Quatro segundos mais tarde, Jahi tornava a mover o dedo médio.

James Bernat, neurologista do Dartmouth College, ajudou no desenvolvimento da teoria da morte cerebral que embasou o relatório de 1981 da Comissão Presidencial. Ele me contou que Shewmon lhe mostrou alguns dos vídeos de Jahi. “Não tenho uma opinião formada sobre o assunto”, ele me disse, e completou: “Sou sempre cético quanto a vídeos, por causa dos vídeos de Terri Schiavo.” A família de Schiavo havia apresentado trechos de vídeos como prova de que ela estava consciente, mas eles haviam sido editados e davam a impressão de que ela seguia as pessoas com os olhos, embora estivesse cega. “Mas tenho enorme respeito por Alan”, Bernat continuou, “e, quando ele diz alguma coisa, eu presto atenção.” E acrescentou que Shewmon é “a pessoa intelectualmente mais honesta” que ele já conheceu.

Quando Shewmon estava no segundo ano da faculdade, em Harvard, ele teve uma epifania ao ouvir o *Estudo nº 2, de Três Novos Estudos*, de Chopin: a música o ex-tasiou de tal forma que ele passou a duvidar de que toda experiência consciente, e em especial a percepção da beleza, pudesse ser “mero epifenômeno eletrofisiológico”. A música parecia transcender as “limitações espaciais da matéria”. Ateu, ele se converteu ao catolicismo e foi estudar a filosofia aristotélico-tomista. Em 1971, entrou na faculdade de medicina e se especializou em neurologia, pois queria entender a relação entre mente e cérebro.

Ao longo dos quinze anos seguintes, Shewmon acreditou no conceito de morte cerebral e o defendeu, mas no início dos anos 90 a ideia começou a incomodá-lo cada vez mais. Em “conversações socráticas” com colegas, como chamava suas conversas, percebia que poucos médicos eram capazes de expor articuladamente e com segurança por que a destruição de um órgão era sinônimo de morte. Em geral, terminavam dizendo que aqueles pacientes ainda eram organismos biológicos vivos, mas que tinham perdido as capacidades que os tornavam humanos. Para Shewmon, essa formulação era muito parecida com a ideia de “morte mental”, uma noção que os nazistas adotaram após a publicação, em 1920, de um texto médico e jurídico muito lido: *Autorização do Aniquilamento da Vida Indigna de Ser Vivida*.

Em 1992, Shewmon foi solicitado a dar um parecer no caso de um garoto de 14 anos que, depois de cair do capô de um carro em movimento, teve sua morte cerebral atestada. A família do garoto era religiosa e insistiu que ele fosse mantido num respirador. Os médicos,

certos de que o coração não aguentaria muito tempo, atenderam ao pedido. O rapaz sobreviveu por 63 dias e entrou na puberdade. “Esse caso contrariou tudo que me haviam ensinado sobre a abrangência e a iminência do colapso so-mático na morte cerebral”, Shewmon escreveu mais tarde. “Ele me obrigou a repensar a questão toda.”

Shewmon começou a pesquisar casos semelhantes e encontrou 175 pessoas, muitas delas crianças ou adolescentes, que viveram meses ou mesmo anos depois de declaradas legalmente mortas. A que sobreviveu mais tempo foi um menino que, aos 4 anos de idade, teve sua morte cerebral declarada em decorrência de uma meningite. O coração seguiu batendo por outros vinte anos, ao longo dos quais o garoto se desenvolveu e se recuperou de pequenos ferimentos e infecções, embora não tivesse estrutura cerebral identificável e a camada externa do cérebro tivesse se calcificado. Em 1997, num artigo intitulado “Morte cerebral e recuperação: um neurologista se desculpa”, Shewmon renegou sua antiga convicção. Reconheceu que “aqueles que discordam do conceito de ‘morte cerebral’ são geralmente tidos por simplórios, religiosos fervorosos ou fanáticos antiaborto”, e anunciou que estava se juntando a suas fileiras.

A pesquisa de Shewmon sobre o que ele chama “sobrevivência crônica” e que se segue à morte cerebral acabou fazendo com que, em 2008, um novo Conselho Presidencial sobre Bioética se dedicasse a rever a definição de morte. O relatório desse conselho refere-se 38 vezes à pesquisa de Shewmon e, embora, em última instância, tenha reafirmado a validade do conceito de morte cerebral, abandonou a fundamentação biológico-filosófica apresentada pela Comissão Presidencial de 1981 – ou seja, a de que era necessário um cérebro em pleno funcionamento para que o corpo operasse como um “todo integrado”. O novo relatório afirmava que a destruição do cérebro era equivalente à morte porque significava que o ser humano já não era capaz de “interagir com o mundo ao redor”, que é “o que um organismo ‘faz’ e também aquilo que distingue todo organismo das coisas não dotadas de vida”.

Num comentário pessoal acrescentado ao final do relatório, o presidente do conselho, Edmund Pellegrino, lamentou a falta de precisão empírica. Escreveu que tentativas de aclarar as fronteiras da morte “terminam em alguma forma de círculo vicioso, definindo a morte com base na vida e a vida com base na morte, sem jamais chegar a uma ‘definição’ de fato de uma coisa ou de outra”.

Em 2015, o contador de Nailah ligou para dizer que sua declaração de imposto de renda havia sido rejeitada pela Receita Federal. A declaração listava uma dependente já falecida. “Eu disse: ‘Ah, meu Deus, agora vou ter que explicar para esse sujeito o que está acontecendo – que ela está viva em nível estadual, mas morta em nível federal’”, conta

Nailah. Resolveu não contestar a Receita: tinha certeza de que iria perder. “Nem é pelo dinheiro”, ela me disse. “O que importa é o princípio: eu realmente tenho aqui um ser humano de quem cuido todo dia, assim que acordo.”

Nailah vendeu sua casa em Oakland para poder pagar o aluguel em Nova Jersey. Quase nunca saía do apartamento. Atormentada pela culpa por ter insistido com Jahi para que operasse as amígdalas, foi diagnosticada com depressão. “Costumava ver as propagandas de antidepressivo, em que as pessoas ficavam olhando para fora da janela e diziam que não conseguiam sair, e pensava comigo: ‘Isso é ridículo’”, ela me contou. “Quem é que não consegue sair de casa? Quem não consegue sair da cama? No lugar de onde eu venho, você tem que aprender a sobreviver, aprende a se adaptar. Se for pobre, se alguma coisa deu errado, ainda assim você se vira. Mas aqui estou eu, nessa situação: não consigo me adaptar.”

Em março de 2015, Nailah entrou com um processo contra o Hospital Pediátrico de Oakland em busca de indenização pela dor, sofrimento e despesas médicas. O hospital argumentou que pessoas mortas não possuem o direito legal de abrir um processo. “Os demandantes estão impedindo o corpo de Jahi de tomar seu curso natural *post mortem*”, escreveram os advogados do hospital. “Seria contrário a toda política pública considerar profissionais de saúde responsáveis pelos custos das intervenções médicas inúteis que estão sendo realizadas num defunto.”

Dolan enviou vídeos de Jahi e declarações de Machado, de três médicos de Nova Jersey que tinham examinado a menina e de Shewmon, que concluiu que Jahi atendia aos requisitos de morte cerebral à época do diagnóstico, mas agora a situação era outra. “Com o passar do tempo”, ele escreveu, “o cérebro dela recuperou a capacidade de gerar atividade elétrica e, paralelamente, a capacidade de responder a comandos.” Shewmon a descreveu como “uma adolescente extremamente incapacitada, mas bastante viva”.

O hospital contratou seus próprios especialistas. Thomas Nakagawa, que em 2011 redigira as diretrizes sobre morte cerebral infantil, declarou que os únicos critérios aceitos para determinar a morte cerebral eram aqueles estipulados nas diretrizes – ressonâncias magnéticas, análises de batimentos cardíacos, vídeos de movimentos e prova de menstruação eram irrelevantes. Sanford Schneider, professor de pediatria da Universidade da Califórnia em Irvine, referiu-se a Jahi como um “cadáver” e disse à corte que ela “não pode responder a comandos verbais porque não dispõe de nenhum mecanismo cerebral para ouvir sons”, uma conclusão baseada num teste que mediu a atividade das ondas cerebrais da garota em resposta a diferentes ruídos. Nas palavras de Schneider, “não há nenhuma possibilidade médica de J. McMath ter se recuperado, ou vir algum dia a se recuperar, da morte”.

Em setembro do ano passado, um juiz da Corte Superior do Condado de Alameda rejeitou a argumentação do hospital de que o exame de morte cerebral de 2013 “deve ser considerado definitivo para todo e qualquer efeito”. Em vez disso, decidiu que “há matéria suscetível de julgamento no tocante a Jahi presentemente satisfazer ou não a definição estatutária de ‘morte’”. Assim, num julgamento que deverá se estender por um mês, um júri decidirá se ela está viva.

O caso de Jahi deflagrou o que Thaddeus Pope, bioeticista da Faculdade de Direito de Mitchell Hamline, chama de “efeito sombra de Jahi McMath”: um aumento do número de famílias, muitas delas pertencentes a minorias étnicas ou raciais, que recorrem aos tribunais para impedir que hospitais desconectem seus entes queridos do respirador mecânico. Em Toronto, a família de Taquisha McKitty, uma jovem mãe negra declarada morta em consequência de uma overdose, argumentou que ela não podia estar morta, porque seguia tendo seu ciclo menstrual. Numa audiência em outubro, seu médico declarou que teve ciência do sangramento vaginal, mas que “ninguém sabe se o sangue era menstrual”.

Um debate parecido ocorreu em 2015, quando uma estudante universitária etíope, Aden Hailu, teve sua morte cerebral declarada num hospital do estado de Nevada, depois de uma cirurgia exploratória motivada por dores estomacais. Uma corte distrital rejeitou o pedido do pai para que ela fosse mantida no respirador, mas a Corte Suprema de Nevada revogou a decisão, exigindo testemunho especializado para determinar se os testes usuais para constatação de morte cerebral “medem adequadamente as funções da totalidade do cérebro”. (A audiência nunca chegou a se realizar, porque o coração de Hailu parou de bater.)

Pope disse que “cada hora que uma enfermeira dedica a esses pacientes mortos é uma hora subtraída de outra pessoa”. Preocupa-o também que essas disputas, que frequentemente atraem a atenção da mídia, estimulem as pessoas a desistir de doar órgãos, uma prática cuja aceitação social depende, é claro, da constatação de que, antes que os órgãos vitais possam ser removidos, o paciente esteja morto. Quando lhe disse que temia que meu artigo pudesse contribuir para perpetuar o problema, Pope comentou que ele “poderia, sim, causar algum prejuízo”. Depois, pensou melhor: “Bom, isso já não é nenhum segredo.”

Dolan, o advogado de Nailah, ele próprio registrado como doador de órgãos, também luta contra as consequências práticas de defendê-la. “Tem uma parte de mim que diz, porra, isso pode ferrar com a doação de órgãos”, ele me disse. Quando famílias em situação parecida ligam para ele, Dolan conta a história de Nailah, a fim de dissuadi-las da ideia de seguir o mesmo caminho.

Truog, o diretor do Centro de Bioética de Harvard, certa vez me disse que, numa palestra acadêmica sobre morte cerebral, ele a descreveu como uma lesão cerebral catastrófica, em vez de caracterizá-la como morte. Um médico especializado em transplantes protestou: “O senhor deveria se envergonhar! O que está propondo é imoral: faz com que as pessoas desconfiem de uma prática que salva inúmeras vidas!” Troug comentou comigo: “Pensei muito e muitas vezes sobre isso. Mas, se quisermos ganhar a confiança do público, penso que a medicina estará mais bem servida a longo prazo se dissermos honesta e sinceramente o que sabemos.”

E Troug prossegue: “Não acho que seja moralmente errado extrair órgãos dessas pessoas, ainda que não exista razão científica para acreditarmos que estejam mortas. Creio que, do ponto de vista moral, é a atitude virtuosa a tomar, e nós deveríamos contribuir para isso. Estamos fazendo a coisa certa pelos motivos errados.”

Embora o caso de Jahi tenha acabado por ressignificar a definição de vida, a família dela não sabe ao certo se a manterá num respirador caso ela continue a atender aos critérios que definem a morte cerebral. Antes das ressonâncias feitas na Rutgers, conta Sandra, ela disse a si mesmo: “Se o cérebro dela virou geleia, vamos ter de aceitar isso. Acho que as pessoas não devem seguir vivendo desse jeito. Se morreram, morreram.”

A família acredita que Jahi é capaz de uma gama mais ampla de pensamentos do que aquela que ela consegue expressar, uma ideia que Shewmon também já considerou. “Dada a evidência de resposta intermitente”, ele escreveu numa declaração à corte, “tanto maior deveria ser a nossa dúvida quanto a seu estado mental interior durante os períodos em que inexistente reação, em vez de igualá-los automaticamente à inconsciência.” Avanços recentes no campo da medicina diagnóstica por imagens levaram certos médicos a considerar a possibilidade de que porção significativa dos pacientes que se acredita estarem em estado vegetativo – aqueles que não demonstram nenhuma consciência clara do entorno e que não fazem movimentos deliberados – tenha sido assim diagnosticada equivocadamente. Eles podem, afinal, ter períodos de consciência e capacidade de comunicação em algum grau.

Nailah diz que quase todo dia pergunta a Jahi: “Você aprova o que estou fazendo? Quer viver? Está sofrendo?” Ela diz: “Eu sei que as coisas mudam – as pessoas mudam. Se Jahi desistir e não quiser mais estar aqui, vou fazer exatamente a sua vontade.” De acordo com ela, a filha responde apertando sua mão ou curvando o indicador na direção do polegar – o sinal que Nailah lhe ensinou para dizer “sim”. “Quando vejo isso”, diz, “penso comigo: quem sou eu para não querer viver? Sim, porque tem muitos dias em que eu quero morrer mesmo. Mas aí vejo ela todo dia, fazendo tudo que pode.”

Em dezembro passado, visitei Nailah em seu apartamento e ela me contou que estava mais esperançosa. Mais confiante de que a Justiça lhe permitiria levar Jahi de volta para Oakland, embora o julgamento ainda nem tivesse sido marcado. Recentemente, havia perguntado a Jahi quanto tempo ela achava que levaria tudo isso. Seis meses? Um ano? Um ano e meio? Logo depois de dizer “um ano e meio”, Jahi apertou a mão dela. Nailah entendeu aquilo como a resposta da filha. “Estou planejando uma tremenda festa de boas-vindas na minha cabeça”, disse Nailah. “Sei que minha cidade ama a gente, e ama muito.”

“Ei, menina, está dormindo ou acordada?”, ela perguntou a Jahi quando entramos no quarto. Jahi vestia um pijama rosa, e seu rosto estava liso e sem manchas, mas inchado, efeito colateral de um esteroide para aumentar a pressão sanguínea. Os olhos estavam fechados. “Está dormindo? Quero saber”, perguntou Nailah, que tomou a mão da filha e a segurou com as palmas de ambas as mãos. A outra mão de Jahi repousava sobre a barriga de uma bonequinha, um bebê. Os cabelos estavam presos em tranças finas, que Nailah temia estarem ficando cada vez mais finas. Stacey, uma enfermeira que cuidou de Jahi durante todo o ano passado, estava ao pé da cama. Tinha passado a manhã lendo para ela uma história de Sherlock Holmes.

Nailah me falava sobre como havia se aproximado da própria mãe, que ligava para Jahi três vezes por dia, cantava para ela, lia orações, repassava as fofocas familiares e dava as últimas notícias sobre o Golden State Warriors, o time de basquete com sede em Oakland. Stacey a interrompeu: “Ela está mexendo a mão em cima da boneca.”

O indicador e o dedo médio de Jahi tinham subido cerca de 1 centímetro, passando da barriga para o peito da boneca. “Muito bem”, disse Stacey. “Muito bem, Jahi!” “Você consegue mover o dedo indicador?”, Nailah perguntou. As unhas da menina, que Nailah pintara de rosa, permaneceram imóveis. “É seu bebê”, disse Nailah, referindo-se à boneca. “É minha neta”, completou, rindo. O polegar de Jahi tremeu. “Não, não o dedão, o indicador”, Nailah voltou a dizer. “Eu sei que você consegue.” Poucos segundos depois, o indicador de Jahi moveu-se ligeiramente. Ela o ergueu um pouquinho, e depois o deixou cair. “Está vendo só?”, disse Nailah. “Obrigada.”

Daniel Wikler, o filósofo de Harvard, disse achar que os familiares de Jahi poderiam estar sofrendo de *folie à famille*, um transtorno raro, no qual uma fantasia é compartilhada pelos membros de uma família. Pareceu-me uma reação coerente com a morte de uma criança: quem não se consolaria com a ilusão de que a vontade da criança foi preservada? Parecia algo tão intuitivo que fiquei preocupada de também estar atribuindo significado indevido a gestos quase sutis demais para serem discernidos. Mas, considerando os indícios,

parecia improvável. Os médicos e as enfermeiras haviam se convertido também. Nas mensagens gravadas no celular de Nailah, que documentam os últimos quatro anos da vida da filha, podem-se ouvir diversas enfermeiras cumprimentando Jahi pela força e pelo comprometimento necessários para mover um pé ou um dedo.

Jordyn, a irmãzinha de Jahi, compartilhava da mesma crença. Magra e forte, de calça jeans apertada e tênis fluorescente de cano alto, ela entrou no quarto da irmã tão logo o ônibus a trouxe da escola. Em Oakland, ela e Jahi dividiam o mesmo quarto, e agora ela gostava de se deitar na cama com a irmã; às vezes passava um brilho nos lábios de Jahi ou esfregava um creme nas pernas dela. Jordyn era indisciplinada na escola, e Sandra se preocupava, imaginando se o mau comportamento não seria expressão do isolamento em casa. Certa vez, quando Jordyn parecia enciumada de todo o amor dedicado à irmã, Nailah perguntou: “Você acha que sua irmã faria o mesmo por você?” Jordyn respondeu que sim. “Bom, é por isso que a gente está fazendo tudo por ela”, Nailah explicou.

Jordyn aprendeu que, para conversar no quarto da irmã, é preciso ficar no mesmo lado da cama em que está o interlocutor. “Jahi não gosta quando duas pessoas conversam por cima dela no quarto”, Nailah diz. “O coração dela dispara.” Ser tratada como se não existisse a deixa nervosa e chateada, Nailah prossegue: “Ela ouve a conversa de todo mundo – não tem escolha. Aposto que guarda alguns segredos que poderia contar para a gente”, diz Nailah, alisando para trás os cabelos da filha. “Sabe quando, às vezes, você fica sentada quieta, pensando, e se transporta para outro lugar? Eu sempre digo: ‘Jahi, um dia, quero saber tudo que você sabe e conhecer todos os lugares onde esteve.’”.